



LUIZ GUILHERME ESTEVES DA SILVA

**A HISTORICIDADE E A COMPETÊNCIA DISCURSIVA:
AS CONTRADIÇÕES NO DISCURSO DA VIOLÊNCIA**

**LAVRAS - MG
2021**

LUIZ GUILHERME ESTEVES DA SILVA

**A HISTORICIDADE E A COMPETÊNCIA DISCURSIVA: AS CONTRADIÇÕES NO
DISCURSO DA VIOLÊNCIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Objetos Culturais e Produção de Sentidos, para a obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano
Orientador

**LAVRAS - MG
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Silva, Luiz Guilherme Esteves da.

A historicidade e a competência discursiva: as contradições no
discurso da violência/ Luiz Guilherme Esteves da Silva. - 2021.

107 p. : il.

Orientador(a): Márcio Rogério de Oliveira Cano.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2021.

Bibliografia.

1. Discurso da violência. 2. Contradição. 3. Competência
Discursiva. I. Cano, Márcio Rogério de Oliveira. II. Título.

O conteúdo desta obra é de responsabilidade do(a) autor(a) e de seu orientador(a).

LUIZ GUILHERME ESTEVES DA SILVA

**A HISTORICIDADE E A COMPETÊNCIA DISCURSIVA: AS CONTRADIÇÕES NO
DISCURSO DA VIOLÊNCIA**

**HISTORICITY AND DISCOURSE COMPETENCE: THE CONTRADICTIONS IN THE
VIOLENCE DISCOURSE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Objetos Culturais e Produção de Sentidos, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADO EM 24 de agosto de 2021.

Prof. Dra. Luciana Soares Silva UFLA

Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento PUC/SP

Prof. Dr. Márcio Rogério de Oliveira Cano
Orientador

**LAVRAS – MG
2021**

Ao meu pai e à minha tia por todo o carinho e apoio durante essa jornada.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter sido meu sustento em todos os momentos desse processo.

À minha tia Sebastiana por aturar todos os meus momentos de estresse e ser paciente quando nem mesmo eu conseguia ser.

Ao meu pai Luiz pelo apoio demonstrado, à sua maneira, mas que muito me fortalece.

À toda a minha família por terem me estimulado e dado todo o carinho.

Aos meus amigos de caminhada, Reynaldo e Luana, por cada momento compartilhado nos últimos dois anos e meio, tanto nos corredores da UFLA quanto nas reuniões do *Google Meet*.

A todos meus amigos de vida, os quais não vou me atrever a nomear por medo de esquecer algum. Todos vocês são meus cúmplices na realização dessa conquista.

Aos meus colegas do GPLPD – UFLA pelas leituras atentas e pelo conhecimento compartilhado. Muito do que sou enquanto pesquisador se deve a vocês.

Aos amigos e colegas da E.E. “Prof. Júlio Bueno” do município de Ibituruna - MG. Obrigado por cada palavra de incentivo e por entenderem as vezes em que me fiz ausente.

Aos meus alunos! Vocês me fazem acreditar que uma educação melhor e de qualidade é possível e esse momento também se concretiza por e para vocês.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFLA que muito contribuiu para a minha formação enquanto pessoa, profissional e pesquisador.

À Universidade Federal de Lavras por ter me aberto as portas e para tantos outros que acreditam na educação pública, gratuita e de qualidade. A UFLA é a minha segunda casa!

Aos professores Dr. Jarbas Vargas do Nascimento e Dra. Luciana Soares da Silva pela leitura atenta do meu trabalho na qualificação e no momento de defesa. As contribuições de vocês enriqueceram a minha pesquisa.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Márcio Cano, por cada palavra, cada conselho, cada momento de orientação. Nada disso seria possível sem a sua acolhida e a sua atenção na leitura. Obrigado por ter vivenciado essa etapa comigo.

Por fim, não posso deixar de agradecer à minha grande amiga, Teka! Obrigado por ter sido uma das primeiras incentivadoras desse mestrado. Sei que, onde você estiver, você está feliz por mim!

A todos, a minha gratidão!

FESTA DO CORPO DE DEUS

*Como um tumor maduro
a poesia pulsa dolorosa,
anunciando a paixão:*

*“O crux ave, spes unica
O passiones tempore.”*

Jesus tem um par de nádegas!

*Mais que Javé na montanha
esta revelação me prostra.*

*Ó mistério, mistério,
suspenso no madeiro
o corpo humano de Deus.*

*É próprio do sexo o ar
que nos faunos velhos surpreendo,
em crianças supostamente pervertidas
e a que chamam dissoluto.*

*Nisto consiste o crime,
em fotografar uma mulher gozando
e dizer: eis a face do pecado.*

*Por séculos e séculos
os demônios porfiaram
em nos cegar com este embuste.*

*E teu corpo na cruz, suspenso.
E teu corpo na cruz, sem panos:
olha para mim.*

*Eu te adoro, ó salvador meu
que apaixonadamente me revelas
a inocência da carne.*

*Expondo-te como um fruto
nesta árvore de execração
o que dizes é amor,
amor do corpo, amor. (Adélia Prado)*

RESUMO

O trabalho que apresentamos insere-se na Análise do Discurso em uma perspectiva enunciativa e ancora-se, principalmente, nas discussões de Dominique Maingueneau (2008; 2010; 2015), sendo fruto de pesquisas que se encontram nos estudos do Grupo de Pesquisa Leitura e Produção de Discursos (GPLPD-UFLA). Diante de uma sociedade permeada por situações violentas, tanto no que concerne aos atos quanto às formas mais sutis, como ataques verbais motivados por discriminações, constroem-se maneiras de combate e atenuação dessa mesma violência. Assim, a constituição do discurso da violência passa por um caminho contraditório, pois ao mesmo tempo em que os sujeitos se empenham em opor-se à violência, eles são, em vários aspectos, produtores dela. Baseamo-nos na afirmação de que todo discurso possui uma *competência discursiva*, como propõe Maingueneau (2008), e que dentro dela há um conjunto de *semas* que o possibilitam e que designam também os seus contrários. Desse modo, objetivamos analisar como o discurso da violência se apresenta de maneira contraditória. Ademais, a forma como o discurso se estrutura tem por base a sua historicidade, os moldes sociais e psicológicos que o sustentam no decorrer do tempo. Nesse viés, nos embasamos nos estudos das *condições sócio-históricas de produção* dos discursos (CP), levando em consideração os trabalhos de Orlandi (2015) e Courtine (2014). Além disso, faz-se necessário apresentar uma discussão sobre o modo como o sujeito se constitui e produz o seu dizer determinados pela *competência discursiva* e pelas *condições sócio-históricas de sua produção*. Nesse sentido, Orlandi (2015) também nos servirá de base para compreender como se dá a constituição dos posicionamentos e dos efeitos de sentido que emergem dos enunciados proferidos pelo sujeito discursivo. Além dos teóricos supracitados, nos pautamos em Muchembled (2012), Michaud (1989), Odália (2012), Bourdieu (1989; 2020), entre outros, para a abordagem da violência. O *corpus* constituído se insere no campo discursivo religioso e é proveniente de duas postagens da rede social *Facebook*. A primeira é do bispo e presidente da CNBB, Dom Walmor Azevedo, e a segunda é da ONG “Católicas pelo Direito de Decidir”. Os enunciados eleitos tratam sobre o caso de estupro sofrido por uma criança de dez anos e do conseqüente aborto legal. Adotamos uma metodologia de análise qualitativa para que seja possível aplicar o referencial teórico ao *corpus* eleito. Como resultados, reconhecemos que a maneira como os enunciados são construídos podem conceber um discurso de violência que se orienta por marcas de historicidade que são perceptíveis por meio das CP. Isso, aliado à competência discursiva, permite observar como é possível que um dizer se materialize de maneira contraditória, tanto em um enunciado proferido por um único sujeito quanto por sujeitos diferentes que circulam dentro de uma mesma formação e campo discursivo.

Palavras-chave: Discurso da Violência. Contradição. Competência Discursiva. Condições de Produção. Historicidade.

ABSTRACT

The present work is part of Discourse Analysis, in an enunciative perspective and is mainly anchored in the discussions proposed by Dominique Maingueneau (2008; 2010; 2015), being the result of research done in the studies of the Research Group “ Leitura e Produção de Discursos” (GPLPD-UFLA). In the face of a society permeated by violent situations, both in terms of acts and more subtle forms, such as verbal attacks motivated by discrimination, ways of combating and mitigating this same violence are built. Therefore, the constitution of the discourse of violence goes through a contradictory path, because at the same time that the subjects strive to oppose violence, they are, in various aspects, producers of it. This work is based on the assertion that every discourse has a discursive competence, as it was proposed by Maingueneau (2008), and that within it there is a set of semes that make it possible and that also designate its opposites. Thus, we aim to analyze how the discourse of violence presents itself in a contradictory way. Furthermore, the way the discourse is structured is based on its historicity, the social and psychological molds that sustain it over time. In this sense, we base this work on studies of the socio-historical conditions of discourse production (CP), considering the works of Orlandi (2015) and Courtine (2014). In addition, it is necessary to present a discussion on how the subject is constituted and produces his speech determined by the discursive competence and by the socio-historical conditions of his production. In this sense, Orlandi (2015) will also serve as a basis for understanding how positions and meaning effects that emerge from the statements made by the discursive subject are constituted. In addition to the theorists previously mentioned, we based on Muchembled (2012), Michaud (1989), Odália (2012), Bourdieu (1989; 2020), among others, to address violence. The corpus constituted is part of the religious discursive field and comes from two posts on the social network Facebook. The first is from the Bishop and President of the CNBB, Dom Walmor Azevedo, and the second is from the NGO “Católicas pelo Direito de Decidir”. The chosen utterances deal with the rape case faced by a ten-year-old child and the resulting legal abortion. We adopted a qualitative analysis methodology so that it is possible to apply the theoretical framework to the chosen corpus. As a result, we recognize that the way in which the utterances are constructed can conceive a discourse of violence, which is guided by historicity marks that are perceptible through CP. This, alongside discursive competence, allows us to observe how it is possible for a saying to materialize in a contradictory way, both in an utterance given by a single subject and by different subjects that circulate within the same formation and discursive field.

Keywords: Discourse of Violence. Contradiction. Discursive Competence. Conditions of Production. Historicity.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O DISCURSO, SUAS DELIMITAÇÕES E A CONSTRUÇÃO DOS EFEITOS DE SENTIDO	13
2.1	As concepções do discurso	13
2.2	O interdiscurso e os lugares discursivos	20
2.3	A competência discursiva.....	25
2.4	O sujeito e o os efeitos de sentido na análise do discurso	36
3	AS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO DO DISCURSO ..	42
3.1	Sobre os conceitos de condições sócio-históricas de produção	43
3.2	<i>O corpus</i> e as condições sócio-históricas de produção.....	48
3.3	As condições sócio-históricas de produção do discurso da violência	49
3.4	O discurso da violência.....	60
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO: UMA CONTRADIÇÃO NO DISCURSO DA VIOLÊNCIA?	66
4.1	Metodologia de trabalho	66
4.2	<i>O corpus</i> no campo discursivo religioso.....	69
4.2.1	As condições de produção do discurso da violência manifestadas na materialidade do discurso.....	78
4.2.2	Uma competência discursiva da violência	85
4.2.3	Os efeitos de sentido e o sujeito discursivo da violência.....	94
5	CONCLUSÃO.....	99
	REFERÊNCIAS.....	104

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas que giram em torno das questões de violência representam um ponto importante no que diz respeito ao entendimento da constituição das nossas sociedades. A Análise do Discurso, levando em consideração o seu caráter interdisciplinar, tem o papel de propor trabalhos que possam ajudar a compreender como a violência é representada no discurso. Nesse sentido, é dentro das pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Leitura e Produção de Discursos (GPLPD-UFLA/CNPq) e no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFLA que nasce uma inquietação em investigar os mecanismos que dão sustentação ao discurso da violência.

Sabemos que a violência é um fator estruturante das nossas relações, pois organizamos o nosso espaço em função dela, seja no sentido de nos colocarmos distantes, protegendo-nos, seja no sentido de lidarmos com ela nos noticiários, nos programas de TV, nas dimensões mais simples do nosso cotidiano. Reconhecemos que a não percepção da violência se torna quase impossível, pois os indivíduos a rejeitam, mas também a consomem e, em certa medida, a reproduzem. Além disso, é possível que a forma como se diz sobre a violência na atualidade retome marcas de historicidade que podem ser percebidas no discurso.

Diante disso, o problema que delimitamos em nosso trabalho consiste no fato de que acreditamos que há uma contradição constitutiva dos sujeitos e que ela é responsável por produzir certos efeitos de sentido. Assim, elegemos como objetivo principal analisar como se dá a constituição do discurso da violência por meio do viés da contradição.

Além disso, os nossos objetivos específicos consistem em: i) examinar quais restrições semânticas do discurso da violência possibilitam uma competência discursiva da violência; ii) verificar as escolhas lexicais dos sujeitos que emergem do discurso em questão; iii) compreender em que medida os posicionamentos que se manifestam podem corroborar para que a contradição se constitua no discurso.

Para tanto, o nosso trabalho se divide em três capítulos. No primeiro, lançamos o nosso olhar sobre as definições basilares da Análise do Discurso, bem como a sua constituição histórica. Apresentamos os estudos, principalmente, de Dominique Maingueneau (2008; 2015) sobre o *discurso*, propriamente dito, o *interdiscurso* e a *competência discursiva*. Esses dois últimos conceitos são importantes, pois possibilitaram a compreensão do que acreditamos se tratar de *contradição no discurso*. Ainda nessa primeira parte, discutimos as definições do

sujeito discursivo e do posicionamento, nos moldes propostos por Eni Orlandi (2015) e Maingueneau (2008; 2015).

No segundo capítulo, enfatizamos as noções das *condições sócio-históricas de produção* do discurso a partir dos estudos de J-J. Courtine (2014) e Orlandi (2015). Em tais estudos há reflexões que autorizam entender como as marcas de historicidade constituem o discurso. Também nesse capítulo, apresentamos as condições de produção do discurso da violência, levantando a sua historicidade e dispendo como referência os estudos de Robert Muchembled (2012), Nilo Odália (2012), Marilena Chauí (2018), entre outros. Por fim, apresentamos os conceitos de estados de violência e violência simbólica, partindo dos estudos de Yves Michaud (1989) e Pierre Bourdieu (1989; 2020), visto que acreditamos serem estudos importantes para compreender o discurso da violência.

O terceiro e último capítulo do nosso trabalho se constitui da análise e discussão do *corpus*, que é constituído por duas postagens da rede social *Facebook*. A primeira é do bispo católico Dom Walmor de Oliveira Azevedo e a segunda postagem é da ONG “Católicas pelo Direito de Decidir”. As duas postagens referem-se ao episódio do estupro e interrupção da gravidez de uma criança de dez anos. Acreditamos que as postagens se enquadram dentro do campo discursivo religioso, por conta de algumas temáticas que são abordadas nos discursos analisados. Desse modo, analisamos em nosso *corpus* as marcas de historicidade que podem propiciar um efeito de sentido que se encaminha para o discurso da violência e, em consideração às restrições semânticas que são possibilitadas nos enunciados em questão, abordamos sobre como a competência discursiva pode ajudar a compreender como se dá a contradição no discurso. Por fim, assumindo como base a análise das *condições sócio-históricas de produção* do discurso e da competência, apresentamos reflexões sobre como emergem os efeitos de sentido e os posicionamentos de um sujeito discursivo.

Partindo das análises, é possível afirmar que há uma contradição que se faz presente no discurso da violência, tanto entre os sujeitos que circulam dentro de uma dada formação discursiva quanto nos dizeres de um único [específico] sujeito. Assim, visualizamos que tal contradição é causada tanto em razão da historicidade dos discursos, como também pelas restrições semânticas que definem uma competência discursiva.

Reconhecemos que existem vários trabalhos, tanto na Análise do Discurso quanto em outras áreas, como a sociologia e filosofia, que dissertam sobre o discurso da violência. Entretanto, esperamos que o nosso trabalho contribua para as discussões dessa problemática em um sentido diferente, pois utilizamos das marcas de historicidade, isto é, das condições sócio-históricas de produção, para compreender como o discurso se comporta e, assim, alcançar os

objetivos que definimos para essa pesquisa. Nesse limiar, almejamos que as reflexões que traçamos se constituam como mais uma forma de compreender as delimitações da violência.

2 O DISCURSO, SUAS DELIMITAÇÕES E A CONSTRUÇÃO DOS EFEITOS DE SENTIDO

Quando nos inserimos no campo da Análise do Discurso (tratada a partir de então também por AD) de linha enunciativa-discursiva, faz-se necessário uma compreensão um pouco mais apurada de como se dá essa disciplina no interior dos estudos linguísticos. Considerada por alguns teóricos como uma disciplina à parte, afirmamos, em consonância com os teóricos amparados, que ela deve, sim, ser sistematizada dentro da Linguística. Desse modo, pretendemos expor as definições dos principais conceitos da disciplina e como se deu seu percurso histórico, bem como o que faz com que ela se insira no campo da Linguística.

Dividido em quatro partes, apresentamos neste capítulo, primeiramente, um percurso histórico da AD. Para tanto, utilizaremos principalmente os teóricos Dominique Maingueneau (2015) e Orlandi (2015), além de outros que se fizerem necessários para a sustentação de nossas discussões. A segunda parte compreende uma explanação a respeito do conceito de *interdiscurso*, pautada na teoria de Maingueneau (2008). Com ela, esclarecemos como se dá a constituição de qualquer discurso, demonstrando ser um conceito pertinente aos objetivos deste trabalho. A terceira parte aborda como se dá a constituição da *competência discursiva*, conceito teórico apresentado também por Maingueneau (2008). Por fim, no último tópico deste trabalho, refletimos sobre como se dá a manifestação do *sujeito discursivo* e como seus *posicionamentos* refletem nos *efeitos de sentidos*, conforme os estudos de Eni Orlandi (2015).

Com tudo isso, proporcionamos uma reflexão acerca das questões primeiras pelas quais nos amparamos. Adiantamos que os conceitos trabalhados podem vir a ser interligados, já que o discurso só se constitui por meio do interdiscurso e a competência discursiva pode ser considerada uma competência interdiscursiva. Além disso, consideramos que a competência discursiva é um dos meios pelo quais o sujeito se constitui. Assim, como veremos a seguir, para que possamos adentrar nos discursos e analisá-los é preciso passar por esse caminho inter-relacional.

2.1 As concepções do discurso

Na Análise do Discurso, devemos propor algumas observações para melhor compreensão da trajetória de nosso trabalho. Primeiramente, acreditamos que a AD se constitui em uma perspectiva interdisciplinar. Há, de acordo com o percurso histórico de delimitação da disciplina, grandes contribuições provenientes da Filosofia, da Sociologia, da Psicologia, da

História e, evidentemente, da Linguística. Contudo, afirmar a interdisciplinaridade da AD não faz com que ela se instale da mesma maneira no interior das disciplinas apontadas, mas que se façam usos dessas disciplinas para compô-la. Desse modo, reconhecemos que a Linguística representa a base teórica na qual a AD se insere e as outras disciplinas representam um conjunto de conceitos e metodologias que podem ser usados para enriquecer os trabalhos dos analistas do discurso (CANO, 2012).

O percurso histórico de constituição da AD permite confirmar o seu traço interdisciplinar. Os primeiros estudos se deram em meados dos anos 60 do século XX, porém, de acordo com Orlandi (2015), antes disso já haviam vários trabalhos no campo da Linguística que poderiam se aproximar do que hoje reconhecemos como esse campo de estudos. Tais estudos possuíam o objetivo de analisar as estruturas das frases ou dos textos por meio de descrições estruturais. Para Orlandi (2015), o estudo do discurso se refere à língua produzindo sentidos em unidades que vão além da frase, no caso, o texto. Diante disso, reconhecemos que o campo dos estudos em AD se coloca nitidamente dentro da Linguística. Além disso, a autora aponta trabalhos que apareceram desde o final do século XIX e início do século XX, que relacionam questões referentes à constituição do sujeito numa perspectiva da Psicanálise e também questões referentes ao materialismo histórico, que contribuíram e/ou se assemelhavam ao que hoje reconhecemos como nosso campo de atuação, mais uma vez confirmando o caráter interdisciplinar.

Entretanto, de acordo com Maingueneau (2015), não é possível reconhecer um grande fundador dos estudos em AD, visto que eles são advindos de diversas discussões e posicionamentos, pois trata-se de um espaço em que as pesquisas são muitas e não remetem a um lugar de emergência exato. Dentro do escopo da AD, e em consonância com as abordagens de Orlandi (2015) e Cano (2012), as filiações teóricas são provenientes dos estudos foucaultianos, que abordam as questões do discurso, pècheutianos, que retomam os apontamentos lacanianos ao tratar questões sobre o sujeito da Psicanálise, e os apontamentos feitos por Althusser ao retomar as questões inerentes do marxismo filosófico.

Ademais, ao tratar da AD de forma ampla, Brandão (2004) postula que os formalistas russos foram os responsáveis por criar uma teoria do discurso em uma abordagem filológica e impressionista do texto. Sabemos, porém, que não havia uma preocupação com questões exteriores a ele, analisando o texto por si próprio. Brandão (2004) aponta, ainda, o trabalho do estruturalista americano, Harris (1952), como uma fonte importante para as discussões iniciais em AD. Orlandi (2015) também considera com tons valorativos os conceitos traçados por Harris

(1952), visto que este propõe uma análise para além das frases. Ainda assim, não existiam, nesse caso, preocupações com questões exteriores ao texto.

Para Brandão (2004), o posicionamento do trabalho de Harris, mesmo considerado um dos marcos da AD, não se aproxima dos questionamentos que atualmente se relacionam com a disciplina, por conta da abordagem que se colocava apenas no interior do texto. Com isso, Maingueneau (2015) afirma que o “projeto [de Harris], que hoje diria respeito à linguística textual, era, de fato, analisar a estrutura de um texto, fundamentando-se na recorrência de alguns elementos, particularmente dos pronomes de alguns grupos de palavras” (p. 16).

Além disso, Brandão (2004) adiciona à sua discussão os estudos de Benveniste (1995), sobre as questões do enunciado, como meio de dar forma ao estudo do discurso, porém como um trabalho que caminha em uma direção oposta ao de Harris. Para o autor francês, o sujeito falante tem grande importância no processo de enunciação e a posição sócio-histórica dos enunciadores é de grande valia para as reflexões acerca do discurso. Benveniste (1995) considera a relação que se estabelece entre o locutor, seu enunciado e o mundo. Esses trabalhos, e outros que viriam a surgir, fizeram com que a AD fosse se tornando uma rede heterogênea de conceitos. Isso contribui, posteriormente, para a grande diversidade de linhas e para as relações interdisciplinares no âmbito dos estudos da AD.

Assim, reconhecemos que há vários conceitos para o que se denomina “discurso”. Maingueneau (2015) afirma que, a partir de 1980, as pesquisas em análise do discurso cresceram consideravelmente, apresentando-se, em alguns casos, pela terminologia de “análises do discurso”. Pesquisas realizadas em diversos lugares surgiram com correntes teóricas diversas, como a publicação de uma coletânea organizada por Van Dijk (*Handbook of Discourse Analysis, 1986*) na qual “[...] agrupava, de fato, sob o mesmo rótulo trabalhos extremamente diversos realizados de um e de outro lado do Atlântico” (MAINGUENEAU, 2015, p. 16). Talvez esse agrupamento se justifique pelo fato das problemáticas iniciais do discurso não terem surgido como um projeto unificado. Na França, nos Estados Unidos e na Inglaterra as abordagens seguiram caminhos diferentes, mas compartilhavam o mesmo espaço de pesquisa.

Compreendemos, desse modo, que o termo “discurso” possui uma noção que não é estável. Ele pode designar tanto uma forma transcendente e que faz parte da constituição de cada indivíduo, como pode ser compreendido também como as representações que se fazem de alguns acontecimentos da fala. De acordo com Maingueneau (2015), essas perspectivas favorecem teorias de caráter filosófico, ao pensar a dimensão transcendente, e de caráter empírico, já que se voltam para o funcionamento de textos específicos. É necessário pensar

como essas noções são trabalhadas e como elas se enquadram na perspectiva deste trabalho. Partindo desse ponto, consideramos que o termo discurso, segundo Maingueneau (2015), possui uma concepção singular, quando considera a dimensão filosófica e transcendental, e outra plural, quando determina o funcionamento de diversos textos, é o que permitiria situar discursos diferentes, como os discursos da publicidade, os discursos políticos, religiosos etc.

Quando olhamos para o interior dos estudos linguísticos, de acordo com Maingueneau (2015), há uma predisposição em tratar o discurso pelo uso que se faz da língua, como uma associação da dicotomia *língua e fala* proposta pelos estudos saussurianos. Assim, desconsidera-se uma série de características, que apresentamos a seguir, que podem determinar o que deve ser considerado como discurso. Longe de excluir pressupostos formais da Linguística, a AD propõe o uso de outras áreas do conhecimento para que o seu objeto seja estudado. Nesse sentido, acreditamos que o discurso, a partir do que defendemos, pode ser considerado por meio de uma máxima: ele sempre produzirá os seus possíveis efeitos de sentidos por meio de um contexto.

Maingueneau (2015) defende que aqueles que se ligam à problemática do discurso devem associar a língua, a atividade comunicacional e os diversos conhecimentos individuais ou coletivos que são ativados na construção dos efeitos de sentido dos enunciados. Portanto, não podemos considerar essas três dimensões como espaços diferentes entre si, a fim de não produzir uma redução do discurso meramente ao caráter linguístico ou simplesmente a questões da realidade social ou psicológica.

Levando em conta a afirmação anterior, Maingueneau (2015) postula ainda que todo discurso, para ser tratado como tal, deve ser considerado por meio de um conjunto de ideias-força, ou *leitmotiven*. Contudo, tais considerações não devem ser pensadas como um sistema fechado e arbitrário, pois “[...] cada corrente, ou cada pesquisador, vai pôr em primeiro lugar um ou outro dos *leitmotiven* associados ao termo ‘discurso’, sem com isso excluir os outros, que ficam em segundo plano” (MAINGUENEAU, 2015, p. 29). Assim, tomamos os postulados do autor para designar o que pode ser compreendido como discurso.

Maingueneau (2015) considera que todo discurso é uma manifestação que vai além da frase. Há regras específicas destinadas aos gêneros, tanto orais quanto escritos, que motivam toda a organização discursiva. Contudo, a faculdade de ser um discurso não é exclusiva daqueles enunciados que se organizam somente por um encadeamento de frases. Provérbios, ordens como: “Proibido fumar” e tantos outros enunciados que funcionam com apenas uma frase, carregam um conjunto de regras que determinam a condição de existência de um discurso.

Isso ocorre porque se inserem em um determinado contexto com motivações específicas e são destinados também a sujeitos específicos inseridos nesse mesmo contexto.

Outra característica apontada por Maingueneau (2015) é a de que o discurso será sempre responsável por determinar uma forma de ação. Assim, o autor retoma as teses dos atos de fala, (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969 apud. MAINGUENEAU, 2015), atos de discurso ou atos de linguagem e afirma que toda enunciação constitui uma ação. Por isso, o discurso faz com que as atividades sejam relacionadas a gêneros específicos, que são, também, atividades sociais (prometer, sugerir, afirmar, perguntar).

A afirmação de que todo discurso é interativo também é uma das ideias-força apresentadas por Maingueneau (2015). Nesse sentido, reconhecemos que todos os discursos são produzidos na interação de dois ou mais parceiros, o que é mais evidente na troca oral. Entretanto, a regra também é válida para aqueles enunciados em que, no momento de sua produção, não existe um parceiro atestado, como os textos escritos. Por isso, ele considera que:

Qualquer enunciação, mesmo que produzida na ausência de um destinatário ou na presença de um destinatário que parece passivo, se dá em uma interatividade constitutiva. Qualquer enunciação supõe a presença de outra instância de enunciação, em relação à qual alguém constrói seu próprio discurso (MAINGUENEAU, 2015, p. 26).

Dando continuidade à sua linha de raciocínio, Maingueneau (2015) diz que todo discurso deve ser contextualizado. Assim, uma enunciação está sempre dentro de um contexto que será considerado no momento da análise. Tal contexto pode ser associado às condições de produção em que os discursos efetivamente acontecem. Essas condições podem se relacionar tanto com as motivações mais imediatas de sua realização, que pressupõem os suportes e os interlocutores, quanto com as questões de motivações mais amplas, se as relacionarmos às questões históricas, sociais e psicológicas.

Maingueneau (2015) acrescenta a ideia de que todo discurso deverá ser assumido por um sujeito. Desse modo, ele só será compreendido como tal se estiver relacionado a um EU, que pode ser referenciado de forma pessoal, temporal e espacial. Ainda assim, o enunciador poderá se situar como responsável pelo que fala ou atribuir a responsabilidade a outro; por exemplo: “Paulo diz que chove”. Quando um enunciador produz uma frase como essa, ele está transferindo a responsabilidade para outro, o que seria diferente se ele dissesse apenas “Chove”. Contudo, chamamos a atenção para a falsa percepção de que os sujeitos têm de serem os donos daquilo que enunciam. Por isso, o autor afirma que “a fala é dominada pelo dispositivo de comunicação do qual ela provém” (MAINGUENEAU, 2015, p. 27). Isso implica em considerar

que toda enunciação está condicionada a dizeres que são anteriores e determinam como uma enunciação deverá acontecer.

Em seguida, Maingueneau (2015) trata das normas que regem o discurso. Ele explica que “[...] o ato da linguagem implica normas particulares [...], que existem normas que regem todas as normas verbais: ser compreensível, não se repetir, dar informações apropriadas à situação etc.” (2015, p.27). Em outro momento, Maingueneau (2013) afirma que tais regras devem ser respeitadas pelos interlocutores e que elas designam um acordo tácito que não se separa da atitude verbal, ou seja, os parceiros devem respeitar tais regras sem que seja necessário um contrato explícito de concordância.

O último postulado apresentado por Maingueneau (2015) diz respeito à construção social dos sentidos. Com isso, ele alega que as produções, tanto aquelas que ocorrem oralmente entre duas pessoas quanto aquelas que são destinadas a várias pessoas, não são acessíveis de forma transparente. Todo o sentido deve ser construído e até mesmo reconstruído de acordo com as configurações sociais onde os sujeitos se colocam. É por isso que determinados enunciados possuem interpretações diferentes, em tempos diferentes e feitas por sujeitos diferentes.

Como dissemos, essas afirmações sobre as características que definem o discurso são assumidas de acordo com as motivações de pesquisa que são colocadas pelo analista. Assim, o discurso pode ser apreendido como objeto de estudo de maneira distinta em relação aos objetivos e as hipóteses que são levantadas. Entretanto, há um entendimento geral, que une todos os analistas, que diz respeito à compreensão do funcionamento discursivo. Patrick Charaudeau (2016), em exemplificação, diferentemente dos objetivos que traçamos, tem uma definição do discurso que se desenha em uma teoria semiolinguística, que integra a Semiótica e a Linguística. O autor, em seus conceitos, designa o discurso por meio dos “atos de linguagem”. Segundo ele:

O ato de linguagem não pode ser concebido de outra forma a não ser como um conjunto de atos significadores que *falam* o mundo através das condições e da própria instância de sua transmissão. De onde se conclui que o Objeto do Conhecimento é o *do que* fala a linguagem através do *como* fala a linguagem, *um constituindo o outro* (e não um *após* o outro). O mundo não é dado a princípio. Ele *se faz* através da estratégia humana de significação (CHARAUDEAU, 2016, p. 20, grifos do autor).

Portanto, evidenciamos a importância de tomar uma prática discursiva, considerando toda a sua complexidade. A partir da fala do autor, reconhecemos que a simbolização do mundo se dá por meio da linguagem. Para Charaudeau (2016), a produção dos sentidos, e

consequentemente a forma como as coisas significam, está no jogo entre os sujeitos da comunicação, que estabelecem uma relação entre o explícito e o implícito do ato de linguagem. Atuando de maneira conjunta, diz que “[...] é o sentido implícito que comanda o sentido explícito para constituir a significação de uma totalidade discursiva” (CHARAUDEAU, 2016, p. 26). Mesmo assim, tal constituição da significação só ocorre à medida que percebem as marcas das condições de produção e interpretação de linguagem, tratadas por Charaudeau (2016) como *circunstâncias de discurso*.

No que concerne a este trabalho, atentemo-nos para as características do discurso que levam em consideração as especificidades das condições sócio-históricas de produção e como elas permitem ao sujeito proferir o seu discurso. Assim, recorreremos a autores que postulam sobre esse caráter específico, como veremos mais à frente. Segundo Maxièrè (2007), a AD não pretende separar os enunciados da estrutura linguística, mas permite que apareçam regras próprias de leitura, que possam propiciar uma interpretação por meio das condições de produção, das condições históricas e políticas e das interações subjetivas.

Portanto, é preciso situar tais enunciados em práticas que vão além das questões que se dedicam somente ao texto em sua dimensão estrutural, mas que passam também pelos níveis contextuais e pelas condições sócio-históricas de produção. Consideramos que a investigação da materialidade linguística se dá por meio de enunciados concretos, tanto orais quanto escritos, que se relacionam com vários campos da atividade humana e da comunicação, ou seja, que passam pelos diversos contextos de uso.

Maxièrè (2007) alega que aquilo que interessa ao analista é sempre um enunciado ou um grupo de enunciados que serão, para ele, um discurso e que uma discursivização dos enunciados pode ser analisada por meio de uma interdiscursividade, afetando os sentidos que podem vir a ser produzidos em diferentes contextos sociais. Assim, ela aponta que “o discurso propriamente não é individual. Ele é a manifestação atestada de uma sobredeterminação de toda fala individual” (MAXIÈRE, 2007, p. 13). Logo, rejeitamos afirmações de que os discursos são totalmente individuais, isto é, que compreendem um princípio e um fim em si mesmos. Tudo isso nos leva a crer que os discursos não se constituem livremente, mas que eles se organizam e se constroem no interior de um imenso interdiscurso, como assegura Maingueneau (2008). Desse modo, passamos a tratar desse conceito, o *interdiscurso*, proposto pelo autor.

2.2 O interdiscurso e os lugares discursivos

Acreditamos que todo discurso se constrói no interior de um imenso interdiscurso, por isso devemos explicitar a forma como tratamos esse aparato teórico. Nesse sentido, tomamos por base o conceito de Maingueneau (2008) que se refere ao primado do interdiscurso. Trata-se de um empreendimento metodológico que permite enquadrar os discursos em lugares específicos e, por meio desse enquadramento, constituir um espaço de troca como forma de delimitação dos discursos.

Maingueneau (2008) alega que há uma heterogeneidade no âmago discursivo que orienta todas as formas de dizer. Tal heterogeneidade, que é retomada dos estudos de Authier-Revuz (2004) sobre a heterogeneidade enunciativa, pode ser encarada de duas maneiras: mostrada e constitutiva. A primeira está no nível das citações, das autocorreções, são mais fáceis de serem apreendidas no nível linguístico. A segunda é menos perceptível e está mais diretamente ligada ao interdiscurso, pois são marcas de dizeres anteriores que se fazem presentes em qualquer enunciado.

Retomamos aqui uma premissa importante, que está representada na atitude responsiva proposta por Bakhtin (2016). Nela afirma-se que os enunciados são caracterizados por vozes que orientam a sua formulação. Tais vozes provocam uma atitude de resposta em outros enunciados. Por isso, eles são sempre responsivos a enunciados anteriores, mesmo que abordem gêneros monológicos, conseqüentemente, também suscitam enunciados posteriores. Por essa perspectiva, apresenta-se a ideia de que não existe um enunciado que seja proferido pela primeira vez, como algo inédito, isto é, sem que se constitua como “[...] um elo na cadeia da comunicação discursiva” (GRILLO; VÓLKOVA, 2017, p. 357). Segundo o autor, os falantes, no ato enunciativo, estabelecem relação com enunciados que já foram ditos, seja para uma aceitação, seja para uma refutação; nisso consiste a afirmação de que “o enunciado está voltado não só para o seu objeto mas também para os discursos do outro sobre ele” (BAKHTIN, 2016, p. 61).

Desse modo, podemos associar as duas teorias, a responsividade e o interdiscurso, elaborando uma distinção entre elas. Para Bakhtin (2016), o que origina novos dizeres são as vozes já existentes e que provocam também vozes futuras no momento de sua produção, produzindo uma espécie de fio discursivo. Por sua vez, na perspectiva de Maingueneau (2008), os discursos se constituem por meio de um discurso Outro, que está inserido dentro de um Mesmo, sem que exista uma separação entre eles.

Orlandi (2015) considera que o interdiscurso representa um conjunto de formulações discursivas já produzidas e esquecidas que determinam o que se diz. Nesse aspecto, possui uma relação direta com a memória e a maneira como ela faz retomar os sentidos já produzidos, construindo a significação em dado contexto. Esse processo é denominado pela autora como memória discursiva, ou seja:

[...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2015, p. 29).

Por isso, acreditamos que os efeitos de sentido produzidos anteriormente em outros enunciados fazem com que a significação aconteça. Desse modo, Orlandi (2015) acentua a importância da ligação entre a história e a ideologia na maneira como os enunciados produzem os seus sentidos, possibilitando a sustentação de todas as formas de dizer. Em outras palavras, é o interdiscurso, através dos saberes discursivos que vão se constituindo ao longo da história, que possibilita a significação dos dizeres. Dessa forma, para a autora o dizer só se constitui quando está em ligação direta com a memória, que envolve a história, e o momento exato de sua elaboração na atualidade. Isso, segundo Pêcheux (2008), faz com que o interdiscurso esteja relacionado às condições de produção do discurso.

Além das observações feitas acima, Orlandi (2015) elabora ainda outras questões referentes ao interdiscurso. Entretanto, tratamos delas mais à frente, quando discutimos os conceitos de condições de produção. Acreditamos que estabelecer como se dá a constituição do discurso, e dos enunciados no caso de Bakhtin (2016), é importante para entendermos o campo vasto da AD, não no sentido de refutar ou apresentar novas teorias que podem substituí-las, mas no de entender aquelas com as quais trabalhamos. Diante disso, o conceito que abordamos é o apresentado por Maingueneau (2008) sobre o primado do interdiscurso.

Maingueneau (2008), ao tratar de forma mais precisa sobre o interdiscurso, propõe uma tríade na qual todos os discursos devem se encaixar. Trata-se de um percurso metodológico que serve ao analista do discurso para melhor situar e organizar os trabalhos de pesquisa. Tais lugares são denominados por: Universo Discursivo; Campo Discursivo e Espaço Discursivo.

De acordo com Maingueneau (2008), apesar de levar o nome de Universo Discursivo, o primeiro termo não deve ser pensado como um local infinito, com uma quantidade infinita de discursos. Ele representa um conjunto de formações discursivas, um espaço finito, onde há uma interação e que não pode ser apreendido em sua totalidade. Dentro dele encontra-se o Campo

Discursivo que representa o lugar onde os discursos realmente se emolduram. Incluem-se no campo discursivo as formações discursivas concorrentes, seja por neutralidade aparente, seja por confronto direto, seja por aliança, diferenciando-se pela maneira como são preenchidos (MAINGUENEAU, 2008).

A concepção dos Campos Discursivos serve como uma maneira mais clara de delimitação dos discursos, como aponta Maingueneau (2008), representando um ponto de partida para os empreendimentos de análise. É dentro dele que se encontram os discursos em suas práticas sociais, como o discurso escolar, o discurso político, o discurso religioso etc. Entretanto, como dito anteriormente, os discursos não se comportam da mesma forma no interior dos campos por causa das relações concorrentes e das questões referentes à heterogeneidade. Maingueneau (2008) afirma que “[...] uma hierarquia instável opõe discursos dominantes e dominados e todos eles não se situam necessariamente no mesmo plano” (p. 34-35). Assim, não é possível determinar como as relações que se colocam dentro do campo discursivo são produzidas. É por isso que se isolam, dentro do campo discursivo, os Espaços Discursivos.

Os Espaços Discursivos são subconjuntos de formações discursivas que são delimitadas pelo analista em razão dos objetivos de pesquisa. Esses objetivos, segundo Maingueneau (2008), são provenientes de hipóteses que serão confirmadas ou não durante o percurso de análise. Tais hipóteses referem-se ao conhecimento que se tem dos textos e do saber histórico. Constata-se que a história contribui, dessa forma, para compreender a relação que se estabelece dentro do Espaço Discursivo.

Portanto, dentro de um discurso, o qual Maingueneau (2008) denomina como Mesmo, é preciso compreender que há sempre a marca de um Outro em sua constituição. O Espaço Discursivo pode ser o local em que o Outro se faz presente para se inserir em um Mesmo, colocando em confronto formações discursivas que propiciam um determinado dizer. Desse modo, o Outro não se insere de forma aparente, pois está no núcleo constitutivo do discurso. É aqui, portanto, que podemos retomar a perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que faz com que as marcas do Outro apareçam de maneira que não se deixe visível. Maingueneau (2008) diz que:

[...] o Outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade externa; não é necessário que ele seja localizável por alguma ruptura visível da compacidade do discurso. Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma. Ele é aquele que faz sistematicamente falta a um discurso e lhe permite encerrar-se

em um todo. É aquela parte de sentido que foi necessário o discurso sacrificar para constituir a própria identidade (MAINGUENEAU, 2008, p. 36-37).

Por meio dessa afirmação, pensamos que o modo como o Mesmo se comporta está relacionado também com a forma como o outro é traduzido pela sua formação discursiva. Tudo aquilo que é negado, que não é dito, que é rejeitado como algo contrário, faz parte da discursivização, porque o negado também constitui o Mesmo. Dizendo de outra maneira, o Outro define tudo aquilo que pode e que não pode ser dito dentro de uma formação discursiva.

Além dessa relação de tríade, Maingueneau (2010a) propõe uma outra forma de associar os discursos em lugares em que eles podem ser ordenados. Essa outra divisão encontra-se além da organização de efetivação dos discursos no sentido de sua constituição. Ela se orienta por meio da aceitação dos discursos na sociedade e pela sua forma de legitimação social.

Reconhecemos que há certos discursos que possuem a capacidade de orientar a vida em sociedade e que determinam formas específicas de dizer. Esses discursos, o científico, o filosófico, o religioso e o literário, são chamados de discursos constituintes por conta de sua condição paratópica. De acordo com Maingueneau (2010a):

Eles, certamente, participam da sociedade (há igrejas, faculdades de letras, laboratórios...), mas eles só podem fazer isso porque se situam como excedendo essa sociedade, porque fazem fronteira com o indizível e o Absoluto, porque seus falantes mais prestigiosos são impulsionados por alguma força transcendente (MAINGUENEAU, 2010a, p. 23).

Estabelecendo tal relação com o indizível e o Absoluto, os discursos constituintes têm a propriedade de se autolegitimarem, não recorrendo a nenhum outro para que possam constituir a sua existência. Entretanto, eles não possuem a faculdade de circular livremente na sociedade, pois é necessário que eles estejam presentes em outros discursos para que possam chegar a toda sociedade.

Por outro lado, existem os discursos atópicos. Esses discursos necessitam de outros discursos para circularem na sociedade. Contudo, eles não são assumidos pelos sujeitos que os produzem e não têm um lugar de existência definido, esgueirando-se pelos espaços sociais (MAINGUENEAU, 2010a).

Os discursos atópicos são os que ferem a dignidade dos sujeitos ou que possuem uma construção duvidosa. Assim, vários discursos como o discurso machista, o discurso homofóbico, o discurso racista e tantos outros que trazem uma discussão problemática no sentido da sua existência, da credibilidade e dos suportes nos quais eles se colocam. São discursos que circulam na sociedade às escondidas e que, a princípio, não são tão evidentes,

pois estão embrenhados em outros discursos que possuem uma função social bem delimitada. Cano (2012) afirma que os discursos atópicos se encontram nas fronteiras e que, quando são perceptíveis, são apenas tolerados ou são passíveis de criminalização, como já acontece com as construções do discurso racista.

A nomenclatura utilizada por Maingueneau (2010a) para definir os discursos legitimados na sociedade e que possuem a capacidade de ser o suporte dos outros é a de discursos tópicos. Essa legitimidade se dá pelo fato de serem atravessados pelos discursos constituintes que dão a sustentação necessária para que eles circulem e provoquem a credibilidade basilar. Se tomarmos o discurso escolar evidenciamos, por exemplo, a utilização do discurso científico para que se construa um determinado respeito em relação ao campo escolar. Do mesmo modo, o discurso jornalístico pode vir a utilizar todos os discursos paratópicos para conseguir a sua fiabilidade.

Entretanto, os discursos tópicos podem carregar em sua constituição os discursos atópicos. Sabendo que são discursos que estão presentes na sociedade e que não possuem um lugar de emergência exato, eles têm a capacidade de se inserir nos discursos legitimados e circular nas diversas esferas sociais. Isso é possível de ser evidenciado em discursos proferidos por políticos, que carregam um tom pouco convencional ao ambiente político, ou em templos religiosos nos quais os líderes fazem uso de construções que não seriam adequadas à sua formação discursiva.

Estabelecemos, então, uma relação entre esses *lugares do discurso* (MAINGUENEAU, 2010a) e a *tríade do interdiscurso* (MAINGUENEAU, 2008). Reconhecemos que o Universo Discursivo é o lugar no qual todos os discursos provêm e não representam uma particularidade pela qual os analistas se debruçam. O Campo discursivo, no que lhe diz respeito, pode ser visto como o local de realização efetiva dos discursos e no qual eles delimitam as suas funções sociais. Assim, é no campo discursivo que será possível encontrar os discursos tópicos. Por sua vez, é no Espaço Discursivo, considerado um subconjunto de formações discursivas e onde o Outro estabelece a sua relação de constituição do Mesmo, que será possível encontrar os discursos paratópicos e atópicos. São neles que, na maioria das vezes, os analistas do discurso depreendem as suas tarefas de pesquisa.

Partindo de tudo o que foi exposto, é importante reforçar que as questões sociais e históricas que propiciam a constituição dos discursos nessa relação interdiscursiva. Da mesma forma, Orlandi (2015) diz que a memória faz retomar sentidos e é de grande importância para o que acreditamos se tratar dos efeitos de sentido que são possibilitados no discurso, bem como Maingueneau (2008) aponta que os saberes históricos reforçam a constituição das hipóteses que

delimitam os Espaços Discursivos. Ademais, a problematização das questões sociais na dimensão do interdiscurso encontrou um ponto de ancoragem na apresentação da topia dos discursos (MAINGUENEAU, 2010a). Sabemos que é na constituição do social que as formas de dizer recebem ou não a sua aceitação, se pensamos na problematização dos discursos tópicos, paratópicos e atópicos. Desse modo, no funcionamento discursivo o Outro permite que o Mesmo seja envolvido tanto pelo social quanto pelo histórico.

Considerando essa rede de possibilidades de apreensão dos discursos e suas relações com o social e o histórico, podemos afirmar que o Outro é capaz de definir uma rede de discursos que são suscetíveis de estarem dentro de uma formação discursiva dada. Além disso, como já afirmamos anteriormente, é possível que essa rede também seja capaz de delimitar aquilo que não deve fazer parte dela, fazendo, assim, parte daquilo que é negado e refutado. Desse modo, o interdiscurso poderá ser visto como a forma de reconhecer a competência dos sujeitos falantes em elaborar os seus discursos. Passamos, conseqüentemente, a discutir sobre essa questão.

2.3 A competência discursiva

Para adentrarmos na discussão sobre a competência discursiva, faremos, brevemente, uma explanação sobre o que se entende pelo termo “competência”. De acordo com o dicionário *online* Houaiss¹, ela representa, entre outras coisas a “capacidade que um indivíduo possui de expressar um juízo de valor sobre algo a respeito do que é versado; idoneidade”; ou a “soma de conhecimentos ou de habilidades”; e um “indivíduo de grande autoridade num ramo do saber ou do fazer; notabilidade” (2020, s/p). Diante do exposto, a competência refere-se à aptidão de uma determinada pessoa para desempenhar um ato nas mais diferentes instâncias, sejam elas institucionalizadas, no que se refere a questões jurídicas, acadêmicas etc., ou não. Além disso, o dicionário dedica uma definição do termo para os limites da linguística, representando-o como:

o saber linguístico inconsciente do indivíduo, graças ao qual ele é capaz de construir, reconhecer e compreender frases gramaticais em sua língua, mesmo as nunca ouvidas antes; gramática internalizada [Resulta da aplicação da sua capacidade inata para a aquisição da linguagem aos dados linguísticos assistemáticos ouvidos na infância.] (HOUAISS, 2020, s/p).

¹ Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#1>. Acesso em: 15 jul. de 2021.

Por conseguinte, tomamos a competência como a capacidade para desempenhar as várias funções existentes no meio social. Além disso, há uma competência que se situa nos limites da Linguística. Primeiramente, designada por Chomsky (1978), a noção de competência teve os seus desdobramentos em vários campos da Linguística. Destacamos, a princípio, a competência linguística, propriamente dita, e a competência textual. Falamos delas nos parágrafos a seguir.

A primeira aparição do termo competência nos estudos linguísticos se deu em Chomsky (1978), na obra *Aspectos da Teoria da Sintaxe*. A noção de competência linguística, nesse sentido, se refere ao conhecimento sobre uma determinada língua, de maneira a revelar uma competência que fizesse com que os falantes pudessem ter uma performance adequada em uma situação comunicacional. Para tanto, Chomsky (1978) tenta construir um modelo de gramática que permitisse dar conta dessa competência. Tal empreendimento foi a base para a corrente gerativista.

Chamamos a atenção para o fato de que tal competência não pode ser compreendida como um sistema dominado efetivamente pelos falantes, ou seja, não há uma consciência dos saberes que a propiciam. Chomsky (1978) afirma que:

[...] cada falante de uma língua dominou e interiorizou uma gramática generativa que exprime o seu conhecimento da sua língua. Isto não quer dizer que ele tenha consciência das regras da gramática ou sequer possa vir a ter consciência delas, ou que as suas afirmações acerca do seu conhecimento intuitivo da língua sejam necessariamente corretas (CHOMSKY, 1978, p. 89).

Assim, percebemos a preocupação do autor em produzir uma gramática que pudesse dar conta das capacidades dos falantes, mesmo que elas não fossem aparentes. Tais gramáticas foram criadas como forma de criticar as gramáticas tradicionais, que não conseguiam apreender situações particulares do uso da língua. Assim, acreditou-se que o aspecto criativo da linguagem poderia ser demonstrado por meio de uma gramática gerativa. Isso implicaria, segundo Veronez (2016), e de acordo com os pressupostos de Chomsky (1978), em ter “[...] como objeto teórico de análise um falante-ouvinte ideal, que está dentro de uma comunidade linguística homogênea e que conhece sua língua perfeitamente” (VERONEZ, 2016, p. 1134).

Quando se reconhece esses fatores, o falante-ouvinte e sua comunidade, é possível ter um esboço da competência linguística, que é revelada por meio da performance exercida pelo falante. Contudo, Chomsky (1978) acredita que tal performance não dá conta de demonstrar todas as particularidades de uma competência linguística, fazendo com que a corrente gerativista se configure em uma perspectiva mental. Em outras palavras, os falantes conseguem

produzir na mente, de forma abstrata, virtual e intuitiva, um conjunto de regras que se relacionam aos aspectos sintáticos, fonéticos e semânticos das produções linguísticas.

Em semelhança à competência linguística, os estudiosos do gerativismo começaram a se preocupar em produzir uma gramática textual que pudesse descrever uma competência textual (KOCH, 2018). Desse modo, as gramáticas textuais tinham por tarefas básicas analisar as propriedades que fazem com que um texto seja efetivamente um texto, levantar os critérios de delimitação dos textos e diferenciar os tipos de textos. A competência textual, nesse sentido, postula que:

[...] todo falante de uma língua tem a capacidade de distinguir um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados, competência que é também especificamente linguística, em sentido amplo: qualquer falante é capaz de parafrasear, de resumir um texto, de perceber se está completo ou incompleto, de atribuir-lhe um título, ou de produzir um texto a partir de um título dado (KOCH, 2018, p. 21).

O empreendimento foi um dos marcos da história da Linguística Textual e, a partir de então, deixa-se de lado as análises que se iniciavam no âmbito da frase. Koch (2018) afirma que os estudos em relação ao texto deveriam se iniciar em uma dimensão hierarquicamente mais elevada, o texto, para que fosse possível compreender as unidades menores e estabelecer as classificações necessárias. Contudo, ao parafrasear Hartmann (1968), a autora considera que:

[...] tem-se claro que a segmentação e a classificação só poderão ser realizadas, desde que não se perca a função textual dos elementos individuais, tendo em vista que o texto não pode ser definido simplesmente como uma sequência de cadeias significativas. O texto é considerado o signo linguístico primário, atribuindo-se aos seus componentes o estatuto de signos primários (KOCH, 2018, p. 21-22).

Assim, a produção de gramáticas textuais, que definiriam uma competência textual, poderia ser capaz de fixar as regras que estabelecem estruturas, presentes em cada língua, e que organizam o texto como uma “entidade de um sistema linguístico” (KOCH, 2018), se o considerarmos como o mais elevado dentro de uma hierarquia linguística.

Apresentamos esses conceitos de competência linguística e competência textual para termos um panorama sobre como a competência vem sendo trabalhada na Linguística, de acordo com o passar do tempo e com a perspectiva assumida. Ademais, os estudos que apresentamos até então se inserem em uma perspectiva mais formal e está em um lado oposto aos dos estudos discursivos. Dito isso, sabendo que o nosso campo de atuação se institui nos limites da AD, tratamos agora sobre como é possível falar de uma competência discursiva e de

como a compreensão desse conceito nos ajuda na concretização dos objetivos da nossa pesquisa.

De acordo com os apontamentos feitos na obra *Dicionário de Análise do Discurso* por Charaudeau e Maingueneau (2020), a noção de competência discursiva é, muitas vezes, confrontada com a competência linguística de Chomsky (1978). Como vimos, a competência linguística e a competência textual assumem um papel ligado aos aspectos formais da atividade verbal. Por seu turno, a competência discursiva pode assumir valores diferentes a depender do(s) sentido(s) que se dá ao termo discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2020). Nesse viés, tomamos os conceitos apresentados por Maingueneau (2008), que propõe uma abordagem mais restritiva no que concerne à competência discursiva. Uma vez que é essa relação que nos é necessária para o desenvolvimento deste trabalho e a qual passamos a abordar.

Maingueneau (2008) afirma que a competência discursiva deve ser compreendida não no sentido dado à gramática normativa, visto que “[...] não existe uma língua específica a um discurso, mas enunciados gramaticais do português submetidos a restrições específicas, que fazem com que esses enunciados façam parte desse ou daquele discurso” (2008, p. 47). Desse modo, o autor define o que chama de *sistema de restrições semânticas*, que são os filtros capazes de demarcar critérios, para que certos textos façam parte de formações discursivas específicas.

Esses filtros atuam de maneira interiorizada, não consciente, sobre dois domínios que serão responsáveis por definir aquilo que pode ou não ser dito dentro de um discurso. São eles: i) o universo intertextual no qual circulam os sujeitos, as regras, as formas de dizer; ii) os vários dispositivos retóricos acessíveis ao discurso, como os gêneros, modos de argumentação etc. Nesse limiar, o que se insere nesses dois domínios depende dos discursos que são tomados em análise. Assim, a forma como esses filtros são tratados dentro dos discursos se dá por meio de um sistema de restrições único, e que deve ser compreendido, de acordo com Maingueneau (2008), como *competência discursiva*.

Contudo, o uso do termo competência é, segundo Maingueneau, visto com maus olhos por alguns analistas do discurso. Isso decorre do fato de que essa noção, cunhada por Chomsky (1978), leva em consideração um aparelho mental que seria comum a todos os falantes e excluiria a ligação essencial entre os discursos e a história. No entanto, os analistas do discurso que desconsideram uma noção de competência para os discursos têm por base somente aquela que diz respeito à língua. Contrariando tal visão, a competência discursiva deve ser aquela capaz de associar tanto as questões da língua quanto as questões de historicidade dos discursos.

Abrir o estudo do discurso para termos de competência é uma forma de perceber quais enunciados podem ou não ser ditos dentro de uma formação discursiva. Desse modo, não se pode pensar nos enunciados como um sistema fechado na sua relação com a língua. Por isso, Maingueneau (2008) critica análises que se debruçam na simples descrição, nas palavras do autor:

A partir do momento em que alguém não se contenta em percorrer um *corpus* ponto por ponto ou em resumi-lo, mas constrói uma estrutura na qual as relações permanecem invariantes através dos termos particulares que vêm saturá-la, mergulha-se esse *corpus*, *ipso facto*, em um conjunto aberto de enunciados virtuais bem formados (MAINGUENEAU, 2008, p. 49, grifos dos autor).

Consideramos que a importância de um modelo de competência discursiva está em proporcionar uma melhor concepção dos dizeres já proferidos e não os resumir em modelos que são, *a priori*, limitados e escassos. Diante disso, seria possível ter uma melhor compreensão dos possíveis efeitos de sentidos não só do que foi proferido anteriormente, mas também de tudo aquilo que pode ser dito dentro de uma formação discursiva. Portanto, ter em vista os aparatos históricos é uma maneira de não evidenciar somente as questões da língua (MAINGUENEAU, 2008).

Quando o foco é dado somente à competência da língua, os questionamentos ficam por conta de quais enunciados seriam possíveis de serem proferidos e a partir de quais regras eles surgem. No caso de uma competência discursiva, questiona-se sobre o surgimento dos enunciados e o fato de não terem surgido outros em seu lugar. Assim, é necessário pensar a competência discursiva fazendo uma junção dos planos discursivo, histórico e da língua para que se chegue a um modelo coerente.

Ademais, a formulação da competência discursiva faz com que não se pense em uma exterioridade entre o sujeito e a posição enunciativa ocupada por ele. Desse modo, refletimos sobre a capacidade de todos os sujeitos em produzir enunciados e que possa também dominar as regras que tornam os discursos possíveis. Nesse sentido, percebemos a possibilidade de que os sujeitos, inseridos em um grupo social dado, podem se adequar a tal discurso. Maingueneau (2008) afirma que essa dominação dos discursos se dá por conta da simplicidade do sistema de restrições que eles possuem, o que faz com que os sujeitos sejam capazes de dominar enunciados que fazem parte de formações discursivas diferentes ao longo da vida. Com isso, acreditamos que os sujeitos são suscetíveis a se adequarem às novas formas de dizer.

Não é porque em determinado momento a dominação discursiva oscilou, que um discurso se tornou improdutivo ou se marginalizou, que todos os usuários se calaram ou passaram a palavra a outros enunciadores. A capacidade de adaptação da grande maioria não deixa dúvida: a maior parte dos pregadores, dos jornalistas etc.... católicos pré-Concílio Vaticano II não deu lugar a outros; eles mudaram de discurso. É possível dar conta mais facilmente desses fenômenos se se postula a existência de uma competência de regras simples: os Sujeitos estão tanto menos presos a um ‘paradigma’ quanto mais o acesso a um novo paradigma discursivo é formalmente fácil (MAINGUENEAU, 2008, p. 53).

Diante disso, ele pondera sobre uma crítica feita em relação ao estruturalismo linguístico e, conseqüentemente, à competência linguística, que se preocupa apenas com aspectos formais da estruturação dos enunciados. No caso da competência discursiva, existe a possibilidade de vislumbrar como os sujeitos usam, de maneira inconsciente, as regras que tornam os enunciados, diferentes de suas formações discursivas, possíveis. Todavia, há uma preocupação em compreender que a escolha não é “livre” na produção dos discursos, mas é historicamente determinada.

Para que um Sujeito seja capaz de produzir um enunciado é necessário que ele tenha familiaridade com um conjunto de textos que sejam decorrentes de uma formação discursiva dada, o que sugere, de acordo com Maingueneau (2008), uma competência. Assim, segundo o autor, chega-se à discussão do que é ser um enunciador de um discurso:

[...] ser capaz de reconhecer enunciados como ‘bem formados’, isto é, como pertencentes a sua própria formação discursiva, mas também ser capaz de produzir um número ilimitado de enunciados inéditos pertencentes a essa formação discursiva (MAINGUENEAU, 2008, p. 54).

No jogo entre reconhecer e produzir enunciados dentro de uma formação discursiva é que se encontra o centro de uma competência, de um “conhecimento tácito”. Contudo, pensando na perspectiva do interdiscurso, o autor também afirma que é necessário considerar essa questão. Nesse âmbito, a competência discursiva passaria a ser considerada uma competência interdiscursiva, pois supõe-se que

[...] a aptidão para reconhecer a incompatibilidade semântica de enunciados da ou das formação(ões) do espaço discursivo que constitui(em) seu Outro; a aptidão de interpretar, de traduzir esses enunciados nas categorias de seu próprio sistema de restrições (MAINGUENEAU, 2008, p. 55).

Por conta disso é que se fazem as asserções sobre a imitação dos discursos de seu Outro. A competência permite que os sujeitos se apresentem como imitadores de formações discursivas que são diferentes das que eles se inserem em razão do conhecimento que possuem

sobre outras formações discursivas. Entretanto, tal imitação só é concebida por meio de restrições semânticas da competência que possuem. Segundo Maingueneau (2008), a imitação “[...] só poderá produzir textos decorrentes de sua própria competência” (p. 55). Nesse caminho, são produzidos registros negativos por meio do fechamento semântico existente na formação discursiva da qual um sujeito faz parte.

O conceito de competência discursiva visa a dar conta, conforme Maingueneau (2008) salienta, das regularidades do interdiscurso que são definidas por meio da história, excluindo-se as regularidades biográficas dos sujeitos, que são enunciadores de determinados discursos, mesmo que elas pareçam interessantes em um percurso de análise. O que deve ser considerado é o grau de coesão existente dentro da formação discursiva que permite a enunciação de um discurso. Dessa forma, o autor postula que não há uma homogeneidade discursiva e que ela não deve definir o discurso a partir do seu exterior e nem ser anterior a ele.

Acreditamos, portanto, que há entre alguns estudiosos uma certa necessidade de buscar aquilo que é considerado fonte pura de um discurso, como se os discursos tivessem o seu princípio em um momento específico e fossem enunciados primeiramente por uma entidade que daria voz a todas as outras. Percebemos também que esse percurso pretende dar uma determinada homogeneidade aos discursos, o que pode ser perigoso. Esse caminho pode vir a proceder uma perda de especificidades, recusando as afirmações do primado interdiscursivo, como se os discursos fossem resumidos a ideias muito particulares de grupos fundadores. Assim, Maingueneau (2008) afirma que essa busca pela *pureza discursiva* faz com que o conjunto da produção se dê a partir de uma *perda progressiva do sentido*.

Pensando nas questões da heterogeneidade discursiva, percebemos que certos discursos estariam incluídos em várias competências que são distintas entre si, colocando-se também em formações discursivas diferentes. Portanto, há uma falsa crença de que seja possível produzir discursos homogêneos, mas, por meio de uma análise semântica minuciosa, prova-se que esses discursos estão inseridos em outras formações discursivas, sem que os sujeitos que os proferem tenham consciência. Nesse caminho, “a representação que os Sujeitos se fazem de seu pertencimento não coincide necessariamente com sua situação efetiva” (MAINGUENEAU, 2008, p. 57).

Maingueneau (2008) afirma que “[...] a competência discursiva, longe de excluir o heterogêneo, confere-lhe um lugar privilegiado” (p. 58, grifos do autor). Bem como ocorre no interior do interdiscurso, dentro da competência discursiva o Outro constitui o Mesmo de cada discurso de forma a dar a heterogeneidade esse papel importante. Assim, quando tomamos um discurso de um enunciador qualquer encontram-se, nele, aspectos que constituem o dizer e que

não são, necessariamente, provenientes de uma formação discursiva específica ou que corroborem com ela. Assim, diferentemente dos estudiosos que prezam por uma homogeneidade discursiva, pressupomos que a historicidade pode ajudar a compreender como se dá o processo de heterogeneidade, pois os sujeitos perpassam diversas formações discursivas durante a vida e, assim, moldam a sua competência.

O modelo de competência discursiva deve ser pensado de forma ampla, ou seja, não considerando apenas análises esparsas. Nesse sentido, entra em jogo a formulação de um *corpus* amplo que pretenda dar conta da complexidade dos aparatos discursivos que estão sendo analisados. Um *corpus* que não é bem formulado pode ser considerado insuficiente para tratar das questões referentes à competência discursiva. Maingueneau (2008) elabora uma crítica quanto à relação dos analistas do discurso na constituição dos *corpora* de pesquisa, pois, segundo ele, eles consideram:

[...] como pertencendo a tal discurso textos que a história das ideias, certos critérios externos, sua intuição pessoal lhe dirão que são assim, mas, uma vez constituído o *corpus*, qualquer recuo, qualquer pergunta sobre o pertencimento discursivo de seus elementos é praticamente impossível e tende a passar por uma manipulação indevida dos ‘dados’ (MAINGUENEAU, 2008, p. 62-63).

Diante do exposto, acreditamos que a caracterização de um *corpus* de pesquisa não deve estar ligada apenas aos textos que fazem parte de um discurso em específico, mas devem dar conta de um plano mais amplo, como se todos os textos que não estão inseridos pudessem ser capazes abordar a complexidade do campo discursivo que se coloca em evidência. No momento em que se tem um *corpus* amplo e bem formado é possível encontrar características que ajudariam a estabelecer critérios para a delimitação da competência discursiva que os enunciadores possuem.

Por meio de tudo que já foi dito, chegamos, então, a um conceito metodológico que deve ser aplicado aos discursos para aprofundar o conhecimento do que se entende por competência discursiva. Utiliza-se, na perspectiva adotada por Maingueneau (2008), dois discursos para a elaboração do modelo, para que se perceba como um discurso interpreta o outro como o seu contrário. Dessa forma, o autor assevera que se constrói um modelo (M) e dele se extraem dois submodelos M_1 e M_2 , que colocam em evidência as particularidades semânticas de cada discurso. A eles devem ser associados duas funções, F_1 e F_2 , que tem a peculiaridade de definir como os enunciados traduzem os seus discursos contrários em “simulacros”. Em seguida, efetuam-se algumas operações que se destinam a produzir um conjunto de semas que os

discursos reivindicam como positivos ou negativos (M1+ ou M2+/M1- ou M2-). Desse modo, observa-se que os discursos não buscam o registro negativo fora da sua formação discursiva, mas por meio daquilo que consideram como o seu contrário. De acordo com Maingueneau (2008),

Em cada um de seus dois submodelos, os semas se organizam em duas classes complementares: os que o discurso reivindica como ‘positivos’ (M1+ ou M2+) e seus contrários, que ele põe como negativos, rejeita (M1- ou M2-). A relação polêmica, como vimos, baseia-se nesta dupla bipartição: cada polo discursivo recusa o outro, como derivando do seu próprio registro negativo, de maneira a melhor reafirmar a validade de seu registro positivo (MAINGUENEAU, 2008, p. 64).

Tendo em vista a construção dos modelos para os dois discursos, Maingueneau (2008) aponta os operadores *Concentração*; *Contrariedade*; *Enfraquecimento* e *Harmonização* como os eixos que estruturam os semas. Para o primeiro discurso analisado, serão usados os operadores de *Concentração*, *Enfraquecimento* e *Contrariedade*. Apresentamos o quadro a seguir de maneira que seja possível melhor visualizar a proposta:

Quadro 1 - Competência Discursiva

DISCURSO x			
M1+	M1-	M1+	M1-
Semas obtidos pela operação de Concentração	Semas obtidos pela operação de Contrariedade	Semas obtidos pela operação de Enfraquecimento	Semas obtidos pela operação de Contrariedade
(c)	(não c)	(E)	(não E)

Fonte: Maingueneau (2008).

Os semas produzidos no operador *Concentração* (c) são uma espécie de ponto máximo, aquilo que é representado como sendo o ponto mais forte e importante de um determinado discurso. Nesse ponto, são considerados os semas com valor positivo, M1+, ou seja, aqueles que são valorizados em maior grau. No sentido inverso, todos os semas apreendidos em M1+ serão submetidos ao segundo operador, o de *Contrariedade*, registrado como (não c). Os semas obtidos representam o lado oposto de M1+, portanto M1-.

Como dito anteriormente, de acordo com Maingueneau (2008), os semas encontrados na operação de *Concentração* representam um lado máximo na estrutura semântica do discurso em questão. Assim, efetua-se uma segunda operação, a de *Enfraquecimento*, registrada como (E), para que os semas de M1+ sejam abrandados, apresentando os semas que são considerados

de forma positiva, mas que não são considerados como um ponto máximo. São uma espécie de lado inferior, mas que em sua constituição semântica têm o mesmo sentido dos semas obtidos na operação de Concentração, portanto são um segundo M1+. Além disso, todos os semas encontrados também passam pela operação de Contrariedade, (não E), que designa todos os contrários que podem ser observados na relação de oposição, um segundo M1-. O conjunto de semas obtidos nessa operação, de Contrariedade, pode vir a ser muito maior que o das duas primeiras operações.

O operador de Harmonização, ou somente H, segundo Maingueneau (2008), atua sobre o discurso que é considerado o contrário do primeiro. É por meio desse operador que são gerados os semas de M2+. Com isso, é possível que se encontrem os semas positivos, ultrapassando as oposições apresentadas nos registros de M1+ e M1-. Entretanto, a operação de Harmonização não é independente dos modelos produzidos na construção anterior do modelo, pois ela “[...] associa então a todas as duplas de semas contrários de M1 uma imagem em M2+” (MAINGUENEAU, 2008, p. 67). Ademais, nos esquemas produzidos em M2, segundo o autor, não é necessário que exista contradição. Um modelo negativo, M2-, constrói-se fazendo uso da operação de Contrariedade (que denominamos ‘não H’), determinando uma última etapa dos modelos criados. Desse modo, em um último movimento, os semas de M2- traduzem os semas de M1+ como os seus próprios negativos.

No Quadro 2 apresentamos como se dão as operações do segundo discurso que se coloca em evidência:

Quadro 2 - Competência Discursiva

DISCURSO y	
M2+	M2-
Semas obtidos pela operação de Harmonização (H)	Semas obtidos pela operação de Contrariedade (não H)

Fonte: Maingueneau (2008).

Cabe dizer que os modelos criados tiveram por base dois discursos que podem ser considerados polarizados no campo discursivo religioso francês, o discurso jansenista e o discurso humanista devoto. Desse modo, é possível ponderar que nem todos os modelos que venham a existir sigam as regras propostas por Maingueneau (2008). É necessário que exista, assim, uma adequação de acordo com os discursos analisados em consonância com as

especificidades de cada um. Nos modelos propostos, afirma-se que há uma dissimetria importante e que ela não deve propor uma redução das especificidades de cada discurso. Por sua vez, os operadores que atuam sobre os modelos do discurso jansenista produzem a polarização dos semas; no caso do humanismo devoto, o operador de harmonização produz semas que são positivos dentro do seu próprio fechamento, mas que não são, ao mesmo tempo, extremamente contraditórios em relação ao primeiro modelo proposto.

Por conseguinte, os modelos criados para a competência discursiva servem como forma de delimitar a estrutura dos discursos e revelam uma possível unidade no interior deles. Eles demonstram a forte ligação semântica dos semas que os constituem e propiciam uma melhor delimitação estrutural. De acordo com Maingueneau (2008), tudo isso contribui para que o conceito de competência discursiva seja reforçado, pois:

[...] qualquer que seja o campo semântico com o qual possa ter de confrontar, o enunciador dispõe de um sistema simples e muito fortemente estruturado. Como já sugerimos, é conveniente ver nesses sistemas não arquiteturas estáticas, mas esquemas de processamento do sentido. Sem cessar, o enunciador se encontra diante de materiais semânticos inéditos; para produzir enunciados conformes à formação discursiva, ele não dispõe de sequências realizadas que deveria imitar, mas de regras que lhe permitem filtrar as categorias pertinentes e fazer com que estruturam os conjuntos dos planos do discurso (MAINGUENEAU, 2008, p. 69).

Além disso, afirmamos, em consonância com o autor, que as estruturas obtidas pelo modelo não devem ser pensadas como um sistema linguístico fechado. As escolhas feitas, e registradas nos modelos, derivam de ações que têm suas determinações em aspectos culturais e que estão em funcionamento na língua. O que interessa ao analista do discurso é o funcionamento discursivo.

Maingueneau (2008) afirma que os sistemas de restrição propostos poderiam muito bem ser analisados e inseridos em discursos diferentes, caracterizando uma “pobreza” desses sistemas. Contudo, os discursos, em geral, devem ser pensados de maneira individual, pois o que os definem são os códigos que atuam dentro de um contexto histórico. Ou seja, cada discurso atua dentro de um sistema de restrição único, que leva em consideração os aspectos históricos e os aparatos retóricos nos quais estão inseridos. Ele considera ainda que “[...] os mesmos sistemas, associados a códigos diferentes em outras conjunturas, produzem textos aparentemente tão distanciados, que não se pensará em aproximá-los dos primeiros” (MAINGUENEUAU, 2008, p. 72). Em decorrência disso, o mesmo sistema de restrição pode

ser pensado de maneira totalmente diferente em um contexto histórico também diferente, o que permite pensar e examinar dois discursos em suas condições de existência.

2.4 O sujeito e o os efeitos de sentido na análise do discurso

Ao abordar a concepção de sujeito para a AD, tratamos de uma instância que se constitui no momento da produção discursiva, o que é diferente de tomar um ser em sua personalidade e sua existência concreta no mundo. O sujeito é proveniente de marcas da historicidade, da formação discursiva, do posicionamento e da língua. Assim, aquilo que produzimos em nossa fala gera os possíveis efeitos de sentidos em determinação de tudo o que já foi dito antes.

Nesse limiar, pretendemos nesta seção tratar das concepções do sujeito, a fim de compreender a sua constituição. Sabemos que essa especificidade da AD possui ligação com a história e o meio social, o que se liga à noção das condições de produção do discurso. Além disso, os pressupostos do sujeito também se relacionam aos da competência discursiva, visto que as restrições semânticas possibilitam que um sujeito diga dentro de determinadas formações discursivas em razão dos posicionamentos assumidos. Para tanto, utilizamos, principalmente, os estudos de Orlandi (2015) e, ao retomar conceitos da competência discursiva, Maingueneau (2008).

Brandão (2004) postula que Benveniste (1995) foi um dos primeiros teóricos a apontar questões que se referem ao sujeito, mais precisamente ao tratar sobre a subjetividade. Diante dessa perspectiva, a subjetividade diz respeito ao ato do sujeito se instituir com um *eu*. Maingueneau (2015), por sua vez, considera que todo discurso só poderá ser um discurso se for assumido por um sujeito que “[...] se coloca ao mesmo tempo como fonte de referências pessoais, temporais, espaciais (EU-AQUI-AGORA) e indica qual é a atitude que ele adota em relação ao que diz e a seu destinatário (fenômeno da modalização)” (MAINGUENEAU, 2015, p. 27), o que pressupõe uma marca de subjetividade.

Em caminho assimétrico, o *eu* sempre institui um *tu*, visto que os enunciados são dirigidos a um outro. Esses dois são colocados como protagonistas da enunciação e possuem o *status* de pessoa – *eu*: pessoa subjetiva; *tu*: pessoa não-subjetiva. Ainda, em oposição, existe a figura do *ele*, que é considerada a não pessoa, pois não se refere a um indivíduo específico e estaria fora da relação de subjetividade. Percebe-se que a subjetividade, nessa perspectiva, tem uma centralidade na figura do *eu*, ou do *Ego*, identificando-o à noção de sujeito.

Contudo, Brandão (2004) aponta que, de acordo com estudos atuais, a noção de subjetividade deve ser pensada de forma mais ampla, pois ela “[...] é inerente a toda linguagem

e sua constituição se dá mesmo quando não se enuncia o eu” (BRANDÃO, 2004, p. 57). Nesse viés, em relação a perspectiva de Benveniste (1995), em situações de enunciados impessoais se produziria um processo de ausência das marcas de subjetividade. Tal processo de apagamento é contraditório, visto que as próprias marcas de impessoalidade resultam de uma estratégia de subjetividade. Além disso, segundo Brandão (2004), há outro problema nos postulados de Benveniste (1995), pois ele considera que uma enunciação histórica não carrega marcas de subjetividade. A problemática se coloca, nesse ponto, no fato de que toda enunciação se faz por meio da língua e, assim, “[...] impõe-se, necessariamente, a figura de um sujeito, de alguém que pratica o ato de apropriação” (BRANDÃO, 2004, p. 58). Portanto, mesmo que não exista um sujeito gramaticalmente marcado, ele continua sendo subjetivo.

Desse modo, Orlandi (2015) afirma que para que os sujeitos e os sentidos existam, é necessário que a história e a língua os afetem. Em outras palavras, não são os sujeitos, em sua relação de subjetividade centrada no *eu*, que constroem os sentidos de acordo com a própria vontade, mas é por meio da história e da língua que os sentidos se manifestam no discurso. Entretanto, essa condição de ser afetado não é consciente. Diante disso, pode-se retomar a afirmação da autora:

O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (ORLANDI, 2015, p. 30).

Ademais, considerando o interdiscurso da maneira como propõe Orlandi (2015), o sujeito é capaz de retomar, através da memória discursiva, outros dizeres, provenientes de momentos históricos que propiciam uma produção discursiva, e esse processo ocorre de maneira inconsciente.

Para determinar como o interdiscurso estrutura a constituição dos sujeitos é necessário lançar um olhar para o que Pêcheux (1995) determina como Esquecimentos. O autor francês considera duas formas de esquecimento: a primeira está no nível do inconsciente, é a que faz com que sejamos afetados pela ideologia. Esse esquecimento permite ao sujeito ter a ilusão de ser fonte de qualquer dito, como se o sentido fosse proveniente dele. Já a segunda forma de esquecimento parte da enunciação. Segundo Orlandi (2015), esse esquecimento consiste em produzir nos sujeitos a impressão da realidade do pensamento. Denominada de ilusão referencial, faz acreditar que uma enunciação só pode ser dita de uma maneira. Entretanto, a autora nos mostra que este é um esquecimento parcial, pois “[...] recorreremos a margem de

famílias parafrásticas para melhor especificar o que dizemos” (ORLANDI, 2015, p. 33). Ou seja, é possível que os enunciados sejam recriados para um melhor controle do significado.

Diante do exposto, podemos dizer que os dois esquecimentos contribuem para a perspectiva de um sujeito que não é a fonte do seu dizer. Mesmo que se constitua por marcas de subjetividade, ele é afetado por condições anteriores a sua constituição, como a história e a própria língua. Desse modo, os esquecimentos também colaboram para que os efeitos de sentidos se realizem. Segundo Orlandi (2015):

Os sujeitos ‘esquecem’ que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e variadas maneiras. Sempre as mesmas mas, ao mesmo tempo, sempre outras (ORLANDI, 2015, p. 34).

Portanto, é por meio dos esquecimentos, mas não só deles, que as coisas ditas são recobertas de sentido. Não se deve pensar nos esquecimentos como uma falha na concepção da linguagem, mas como ponto estruturante. Assim, podemos retomar o que diz Pêcheux (1995) quando assevera que o sentido e o sujeito não são dados automaticamente e/ou conscientemente, mas são constituídos no discurso por meio da ideologia.

Em razão da interpelação pela ideologia, podemos dizer que as formações discursivas também determinam a constituição dos sujeitos e dos sentidos, por isso ela deve ser evidenciada. Tendo sua origem em Foucault (2008), inicialmente, em sua *Arqueologia do Saber* e, posteriormente, trabalhada nos estudos pècheutianos, ela deve ser entendida como um sistema de restrições que permite que algo seja dito ou não no interior dela mesma, valendo-se de posições ideológicas. Nessa acepção, quando um sujeito se filia a uma formação discursiva ele causa um efeito de sentido e não outro em seu lugar. Entretanto, esses efeitos de sentidos não são produzidos porque a formação discursiva é homogênea, pelo contrário, ela é constituída pela contradição, de forma instável, o que dá a ela um caráter heterogêneo (ORLANDI, 2015).

Podemos, assim, retomar o que afirma Maingueneau (2008) sobre o caráter heterogêneo de uma formação discursiva. Ele alega, ao tratar do sistema de restrições semânticas que constituem uma competência discursiva, que a heterogeneidade de uma formação discursiva merece um lugar privilegiado, pois “o fato de dispor desses sistemas de restrições permite justamente ler heterogeneidade lá onde só se percebia um imenso campo em que se embaralhavam em todos os sentidos o mesmo e o outro” (MAINGUENEAU, 2008, p. 58).

Nesse viés, consideramos que a competência discursiva também possui um ponto de confluência na constituição dos sujeitos. Ao ponderar sobre o caráter heterogêneo das formações discursivas e sobre os sistemas de restrições semânticas, afirmamos, amparados em Maingueneau (2008), que é possível produzir enunciados e, conseqüentemente, se constituir como sujeito em diferentes formações discursivas ao longo do tempo. Isso ocorre, segundo o autor, por conta de uma regra simples, a de que “[...] os sujeitos estão tanto menos presos a um ‘paradigma’ quanto mais o acesso a um novo paradigma discursivo é formalmente mais fácil” (MAINGUENEAU, 2008, p. 53). Essa relação de acesso a novas formações discursivas pode encontrar sua justificativa no fato de que ocupamos diversas posições sociais com o decorrer do tempo, isso contribui para o acesso a elas e, paralelamente, a uma nova competência, para a constituição do sujeito discursivo.

Além do que foi dito, voltamos a considerar o caráter heterogêneo das formações discursivas por meio da relação própria que elas possuem com a ideologia. De acordo com Orlandi (2015), amparada nos pressupostos de Pêcheux (1995), a ideologia possibilita a constituição dos sujeitos e dos sentidos por mediação da interpretação. A autora afirma que:

Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero (ORLANDI, 2015, p. 43).

As evidências apresentadas por Orlandi (2015) sobre o sentido, primeiramente como se ele estivesse sempre pronto e transparente e, num segundo momento, como se sempre existisse um sujeito dado, fazem com que a interpretação possa ser produzida de maneira que tragam significações estáveis e transparentes. Nesse viés, a ideologia pretende produzir nas evidências uma forma de colocar “[...] o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2015, p. 44).

A ideologia, entretanto, se enquadra na dimensão de uma relação que se faz necessária entre o sujeito, a língua e a história, para que assim a significação aconteça. Ela está, desse modo, na dimensão do inconsciente e, por isso, pode-se concluir que não há sujeito sem ideologia e nem discurso sem sujeito. Assim é que se produz a interpretação que resulta em uma marca de subjetivação. Em outras palavras, é possível dizer que a ideologia e o inconsciente subjetivam o sujeito. Em vista disso, todo esse processo só é possível por conta da ligação que se estabelece entre a língua e a história (ORLANDI, 2015).

Para considerar a ideologia, é preciso reconhecer que a interpretação se dá por determinação da memória, que, segundo Orlandi (2015), pode ser institucionalizada e constitutiva. A memória institucionalizada é a representada por meio de arquivo que *não se esquece* (ORLANDI, 2017) e que concebe “[...] o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e quem não tem direito a ela” (ORLANDI, 2015, p. 45). Por sua vez, a autora também considera que a memória constitutiva é a que designa o interdiscurso e, assim, “[...] o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo)” (p. 45).

Nesse viés, a interpretação se dá na relação entre essas duas memórias: *institucionalizada* e *constitutiva*. Contudo, ela não é determinada como se estivesse fixando os sentidos. Para que ela ocorra, nesse jogo entre as duas memórias supracitadas, é necessário que a língua e a história atuem de maneira a intervir nos sujeitos pelo seu caráter de opacidade, de espessura material (ORLANDI, 2015).

A partir das afirmações que apresentamos e dos objetivos que concernem a este trabalho, tomamos o sujeito segundo os posicionamentos por ele assumidos. Isso decorre do fato de que os sujeitos ocupam lugares, mesmo que esses lugares não sejam acessíveis na forma como o discurso se constitui. Tal declaração, de que os sujeitos ocupam lugares e não um lugar único e específico, procede da particularidade de que ocupamos várias funções sociais com o decorrer do tempo, como já mencionamos anteriormente. Desse modo, por conta de noções como a historicidade, acreditamos que essas posições são definidas por meio da história, da língua, da ideologia e, com isso, constituem a posição do sujeito na discursividade de forma inconsciente.

É importante também retomar o que afirma Maingueneau (2008) sobre a forma como os sujeitos podem ocupar várias formações discursivas e, assim, possuir competências discursivas diferentes no decorrer da vida. Portanto, ao enunciar em uma certa situação, os possíveis efeitos de sentido são construídos de acordo com a formação discursiva que se ocupa, ou seja, de acordo com a posição sujeito que se ocupa. De acordo com Orlandi (2015):

Quando falo a partir da posição de ‘mãe’, por exemplo, o que digo deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem dessa mesma posição. Quando, ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala ‘Isso são horas?’ ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam. Exatamente. Podemos até dizer que não é a mãe falando, é sua posição. Ela aí está sendo dita. E isso a significa. Isso lhe dá identidade. Identidade relativa a outras: por exemplo na posição de professora, de atriz etc (ORLANDI, 2015, p. 47).

A significação e os efeitos de sentido ocorrem, portanto, de acordo com a *posição sujeito* que ocupamos e isso só pode acontecer por conta do trabalho exercido pela ideologia. Como postula Orlandi (2015), através dos esquecimentos e da memória, temas já tratados anteriormente, é possível que a ideologia trabalhe os efeitos da literalidade, fazendo com que os sujeitos acreditem produzir os efeitos de sentido e as significações de acordo com a própria vontade. Entretanto, isso só ocorre por conta dos posicionamentos assumidos pelos sujeitos, seja na sua posição mãe, seja na sua posição professora, seja em qualquer outra posição. Os efeitos de sentido só significam por já terem sido trabalhados anteriormente em outras situações de comunicação. Além disso, por terem sido trabalhados anteriormente, é possível que os sentidos sejam construídos de maneiras diferentes, por sujeitos diferentes. Esse processo se realiza por conta das visões, das histórias, das percepções e das posições diversas que são ocupadas pelos sujeitos ao longo da vida.

Em consonância, seria possível considerar que “o sujeito é segundo o seu entorno” (POSSENTI, 2009, p. 82). Nessa perspectiva, de acordo com Possenti (2009), “o entorno” pode ser determinado por suas características sociais, da língua, das ideologias, da cultura. Além disso, como propõe Orlandi (2015), é possível determinar que o sujeito possui a sua forma histórica, pois ele também é definido por conta das relações que se estabelecem de acordo com as condições sócio-históricas de produção. Nesses termos, a forma-sujeito existente em nossa sociedade atual é determinada pelo capitalismo, que rege as interações sociais.

Desse modo, Brandão (2004) considera que o sujeito é marcado por uma subjetividade encapsulada. Assim, partimos da percepção de que o sujeito não é nem totalmente livre, nem totalmente assujeitado. Dizendo de outro modo, o sujeito poderia ser designado por sua subjetividade, por uma determinada individualidade, ao fazer escolhas, por exemplo. Entretanto, esses mecanismos não operam no sentido de provocar uma consciência nos sujeitos.

Orlandi (2015), ao retomar os estudos de Haroche (1987), aponta que a forma-sujeito que encontramos em nossas sociedades atuais é diferente das que existiam no passado, como nos tempos da Idade Média. O que existe, como já apontamos, é uma forma-sujeito do capitalismo ou o sujeito-de-direito, pois as relações hoje se definem por causa de uma suposta liberdade que é permitida pelas leis. Contudo, essa liberdade é ilusória, pois ao mesmo tempo que são expostos a essa suposta liberdade, com os seus direitos, suas escolhas, sua autonomia, os sujeitos se colocam em uma situação de submissão às leis. Por isso, esse é um percurso de assujeitamento menos perceptível, pois “[...] preserva a ideia de autonomia, de liberdade individual, de não-determinação do sujeito” (ORLANDI, 2015, p. 49).

3 AS CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO DO DISCURSO

Tendo por base todo o percurso teórico já apontado, especialmente sobre as concepções de discurso e *competência discursiva*, buscamos tratar nesta seção de um outro conceito caro aos nossos objetivos, as *condições sócio-históricas de produção*. Como esclarecemos, todo discurso se constitui no interior de um imenso interdiscurso. Esse, por sua vez, se constitui por meio de discursos que são anteriores a ele e que delimitam a forma como se diz. Acreditamos que as condições sócio-históricas de produção também exercem um fator importante na composição desse imenso interdiscurso.

As condições sócio-históricas de produção (que denominamos, a partir de então, por CP), das quais pretendemos tratar, não devem ser compreendidas apenas como as características que são percebidas de forma objetiva e que podem ser recuperadas imediatamente, como os suportes, os produtores, os receptores de um discurso ou até mesmo questões sociais ligadas à constituição discursiva. O modo como se produz qualquer discurso, na atualidade, pode ter ligações com a maneira como esse discurso foi produzido através dos tempos, ligando-se à história e às questões sociais. Para tanto, esse momento de nosso trabalho é dedicado a tratar das CP dos discursos levando em consideração a dimensão social e histórica. Desse modo, tomamos os estudos de Courtine (2014) e Orlandi (2015) para dar embasamento às noções que defendemos.

É preciso, além disso, que coloquemos em evidência como a constituição de um *corpus* se faz necessária dentro desse campo. Sabemos que a importância maior na delimitação de quaisquer *corpora* em AD está na representatividade, que permite melhor abarcar tudo aquilo que é referente às finalidades da pesquisa empreendida pelos analistas. Contudo, convém que tais questões sejam aprofundadas e que um *corpus* seja recuperado de maneira mais profunda, levando em consideração as determinações históricas, sociais e psicológicas.

Assim, tomamos como princípio norteador desse posicionamento a manifestação das CP dos discursos. Entretanto, consideramos que esse pressuposto teórico deve ir além das simples condições imediatas em que um discurso se produz, ou seja, aqueles que dizem, em que situação dizem, para quem dizem e o que dizem. Portanto, as questões históricas, de como os discursos se comportam através dos tempos, podem ser de grande valia para uma análise de um *corpus* e dos efeitos de sentido que podem vir a ser produzidos por ele.

3.1 Sobre os conceitos de condições sócio-históricas de produção

Ao assumirmos as perspectivas tratadas anteriormente, competência discursiva e sujeito, faz-se necessário entender as questões que propiciam uma abordagem das CP, pois existe uma ligação entre esses três conceitos. Courtine (2014) afirma que as noções de CP dos discursos se configuram como uma das dificuldades da realização prática dos métodos da AD, tanto pelo conceito quanto pela definição do seu conteúdo. Tal dificuldade se instaura à medida em que se tomam questões de heterogeneidade e de contradição, que são inseridas na dimensão do que é tratado como CP dos discursos.

Traçando uma origem da noção das CP, Courtine (2014) aponta para três áreas nas quais inicialmente ela foi trabalhada de forma direta ou indireta, cada uma dando sua contribuição: na Análise de Conteúdo; na Sociolinguística e no texto de Harris – *Discourse Analysis* – em que a noção de situação é relacionada ao discurso (HARRIS, 1952 *apud*. COURTINE, 2014).

Segundo Courtine (2014), a primeira aparição do termo se dá na ordem da Análise de Conteúdo, ligada à Psicologia Social, que tem como objeto a condição de produção dos textos. Nesse viés, ele assinala, principalmente, os “serviços” que a psicologia poderia prestar à AD. Dessa forma, liga-se à segunda ordem, que é a da Sociolinguística.

A Sociolinguística tem um papel indireto na realização dos pressupostos das CP do discurso. Isso se dá pelo fato de que essa disciplina, dentro dos estudos americanos, ignora a AD (COURTINE, 2014). A sua contribuição, mesmo que indireta, encontra seus pontos de apoio ao passo em que se consideram os aspectos das variações sociais, tanto daqueles que produzem quanto daqueles que recebem um determinado discurso, e todas as suas condições sociais de produção. Ademais, esse ponto de apoio só passou a ser considerado após uma reavaliação do quadro de uma “análise sociolinguística francesa do discurso”.

Por fim, de acordo com Courtine (2014), a terceira origem das CP se dá a partir dos escritos de Harris (1952 *apud* COURTINE, 2014), não com o nome Condições de Produção, propriamente dito, mas o termo “situação” correlacionado ao termo “discurso”. Esse processo de correlação servia para considerar frases produzidas em uma única situação ou para considerar a correlação entre as características individuais dos enunciados com as particularidades advindas do que Harris considerava como “situações interpessoais condicionadas socialmente” (1969 *apud*. COURTINE, 2014, p. 47). Partindo desse ponto, acreditamos que aquilo apontado como “situação” no trabalho de Harris se identifica com algo que está fora do objeto linguístico.

Compreendemos, portanto, que os três trabalhos apresentados como introdutórios da noção de CP são complementares, visto que a noção de situação de Harris pode ser associada à Análise de Conteúdo, com a sua Psicologia Social, e à Sociolinguística, com as questões das variações sociais. Courtine (2014) observa que, diante de tudo o que foi colocado, tais formulações permitem associar os moldes iniciais das CP ao que a Linguística considera como sujeito da enunciação e situação de enunciação. Maingueneau (2010b) postula, entretanto, que a situação de enunciação é, muitas vezes, confundida como o lugar físico ou social no qual se encontram os interlocutores. Desse modo, a situação de enunciação se apresenta tão somente como posições abstratas que são preenchidas na atividade enunciativa pelos dêiticos espaciais e temporais.

Nesse viés, a associação apresentada também permite fazer relação com uma perspectiva multidisciplinar da AD. Courtine (2014) reconhece que há uma articulação exercida pela Linguística e pelas Ciências Humanas e Sociais na estruturação do discurso, porém, há nessa articulação duas faltas, são elas:

[...] a AD se inaugura sob o signo da articulação de duas faltas, da qual a noção de CP constitui o mais certo sintoma: a psicologia social à qual falta a possibilidade, ao caracterizar o enunciado, de se sustentar sobre a base material da língua, o que não falta à Linguística; a Linguística, por sua vez, para a qual faz falta uma ‘teoria do sujeito da enunciação’, ou seja, das CP do discurso, invoca as disciplinas psicológicas e sociais (COURTINE, 2014, p. 48).

Logo, a noção da multidisciplinaridade, de acordo com Courtine (2014), permite dar uma maior ênfase àquilo que ele caracteriza como uma falta de construção teórica do discurso. Além disso, as delimitações dadas à noção das CP possibilitam que tal construção teórica seja tratada de maneira a reconhecer as contribuições das disciplinas que não estão inseridas no limite da Linguística, ou seja, as Ciências Humanas e Sociais.

A noção de CP, conforme Courtine (2014), tem a sua primeira definição empírica nos estudos de Pêcheux (2019), na sua obra *Análise Automática do Discurso*. Nessa perspectiva, Pêcheux (2019) considera que existem lugares que são definidos pelo espaço social e “[...] designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais” (PÊCHEUX, 2019, p. 39). Tal definição se faz constitutiva no quadro psicossociológico, em que a representação subjetiva (imaginária) apaga as representações objetivas que propiciam um processo discursivo. Desse modo, a posição que os sujeitos ocupam se define a partir das formações imaginárias que determina as imagens que “[...] atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 2019, p. 39,

grifos do autor). Contudo, o conceito que Courtine (2014) se propõe a produzir tenta romper com o quadro da psicossociologia.

Courtine (2014) afirma que existe uma passagem da história, relacionando-se com o estado e o contexto das relações sociais, ao discurso por uma mediação psicossociológica, que envolve todas as relações do indivíduo ou dos indivíduos, se for o caso, com o grupo social em que se colocam. Entretanto, apenas o aspecto psicossocial era levado em consideração, pois as questões de ordem histórica eram apagadas. Assim, ele afirma que:

[...] a caracterização do processo de enunciação em cada discurso não corresponde ao efeito de uma conjuntura, mas às características individuais de cada locutor ou ainda às relações interindividuais que se manifestam no âmago de um grupo (COURTINE, 2014, p. 51).

Por esse viés, as noções de condição de produção se constituem como uma noção empírica que une apenas os planos psicossociológico e linguístico, de maneira heterogênea, sem que se estabeleça uma hierarquia entre eles. Portanto, demonstra-se a particularidade dessa noção ser instável, de acordo com Courtine (2014). Como dito anteriormente, a vertente psicossociológica tende a prevalecer em relação às outras, mas há casos, a depender do tipo de trabalho, em que um ou outro plano será mais relevante, o que comprova, mais uma vez, o caráter instável da noção de CP dos discursos.

Courtine (2014) assegura que o seu trabalho pretende se fazer distante da noção que privilegia a situação psicossociológica da comunicação. Isso porque ele reconhece que, sendo instável e heterogênea, as CP do discurso fazem com que se produza “[...] uma *psicologização espontânea* das determinações propriamente históricas do discurso” (COURTINE, 2014, p. 51, grifos do autor). Tal proposta proporciona um perigo que transformaria os sujeitos em objetos individualizados de análise, entretanto, a proposta de Courtine (2014) é a de levar em consideração as dimensões históricas e sociais que condicionam o sujeito como portador e efeito dessas dimensões.

Diante do que apresentamos, Courtine (2014) situa duas ocorrências como impasses para a sua pesquisa sobre as CP do discurso. Por um lado estão as operações que fazem com que as CP coincidam com as situações de enunciação e de outro o uso que se faz da pragmática para analisar o jogo das interações verbais.

Em relação à situação de enunciação, como já apresentado, ela corresponde, no limite da linguística, às posições abstratas dos interlocutores de um ato enunciativo, sendo preenchida pelos dêiticos. Nesse sentido, os parceiros da enunciação seriam apreendidos tão somente pelo

viés enunciativo e discursivo. Não se consideraria, nesse caso, os aparatos sociais e históricos que possibilitam uma dimensão mais ampla das CP do discurso.

Por sua vez, de acordo com Courtine (2014), o uso da pragmática se dá por meio de duas metáforas. A primeira concerne ao teatro, que reduz as CP a uma análise das circunstâncias, permitindo vislumbrar uma unidade de um todo discursivo, visto que a argumentação pode ser representada de forma teatral (VIGNEAUX, 1974 *apud*. COURTINE, 2014). A segunda metáfora é a dos combates, referindo-se, mais precisamente, ao combate político.

Nessas duas metáforas, o que age é a psicologia social da língua, segundo Courtine (2014), com o intuito de reformular as noções do papel no tratamento dos textos. Nesse caminho, não desconsideramos essas questões, mas entendemos que é preciso reformulá-las no sentido de associar o que é inerente à Língua e à História, pois “[...] é em campo fechado, na cena do teatro ou entre as cordas do ringue, que se passam as peripécias discursivas, ao abrigo das determinações da história” (COURTINE, 2014, p. 54).

Ao considerarmos os posicionamentos assumidos por Courtine (2014) em razão de elaborar uma hipótese de definição das CP dos discursos, podemos nos aproximar daquilo que é defendido por Orlandi (2015). Há, nessa autora, a valorização dos aparatos históricos e sociais, mas há, também, uma separação que leva em consideração as questões imediatas da enunciação. Segundo ela, as CP “[...] compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação. Também a memória faz parte da produção do discurso. A maneira como a memória atua e faz valer as condições de produção é fundamental” (ORLANDI, 2015, p. 28).

De acordo com Orlandi (2015), existem duas formas de CP: uma no sentido estrito e outra no sentido amplo. As CP do sentido estrito compreendem o contexto imediato, os suportes, o momento, a quem se dirige e quem produz o ato discursivo. Por outro lado, as CP em sentido amplo se ligam ao contexto sócio-histórico e ideológico. Em referência a Courtine (2014), podemos compreender que é o momento em que o discurso tem a sua passagem pela história. De acordo com Orlandi (2015):

O contexto amplo é o que traz para a consideração dos efeitos de sentidos elementos que derivam da forma de nossa sociedade, com suas instituições, [...] no modo como eleger representantes, como organiza o poder, distribuindo posições de mando e obediência. E, finalmente, entra a história, a produção de acontecimentos que significam (ORLANDI, 2015, p. 29).

Portanto, a definição das CP em sentido amplo passa, necessariamente, pela relação que se estabelece com a memória. É justamente ela que faz retomar, por meio do interdiscurso, o

que já foi dito, como se diz e como tudo isso permite a um sujeito produzir o seu discurso. Esse processo é denominado por Orlandi (2015) como memória discursiva.

Charaudeau (2016), na sua proposição de uma análise semiolinguística do discurso, discute como as CP proporcionam a realização do dito. Entretanto, o autor usa do termo Circunstâncias do Discurso no lugar de condições. Para o teórico, elas se caracterizam “[...] como conjunto de saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem” (CHARAUDEAU, 2016, p. 32). Assim, podemos associar, com algumas ressalvas, às características das CP propostas por Courtine (2014).

Para Charaudeau (2016), o primeiro conjunto de saberes é o que se relaciona com o mundo, com as práticas sociais que são partilhadas em determinados grupos. O segundo conjunto corresponde aos pontos de vista que os protagonistas do ato de linguagem possuem e que definem os filtros que possibilitam a construção do(s) sentido(s). Para o primeiro conjunto de saberes, especificamente, podemos retomar as formas pelas quais o discurso passa pela história, visto que é na própria história que os sujeitos pertencentes aos grupos sociais constroem as suas práticas e saberes.

Diante de tudo o que foi visto, notamos que tomar as questões de historicidade dos discursos faz com que se tenha uma compreensão mais aprofundada dos efeitos de sentido possíveis que emergem das práticas discursivas. Ressaltamos, desse modo, a importância de não tomar apenas as questões mais imediatas que se relacionam à produção do ato discursivo. Assim, nosso entendimento é o de que os sentidos que hoje são produzidos pelos sujeitos estabelecem relação com as questões históricas e psicossociais. Portanto, temos a percepção de como as CP, tanto na sua modalidade mais aparente quanto naquela que se relaciona com a história e os elementos psicossociais, permitem produzir efeitos de sentido nas práticas discursivas que circulam na sociedade atual, o que pode ser demonstrado por meio de uma competência discursiva.

Além disso, acreditamos que uma boa análise se constrói por meio de um *corpus* bem formulado. Logo, passamos a tratar, no tópico seguinte, sobre como as CP do discurso ajudam no estabelecimento de um *corpus* consistente.

3.2 O *corpus* e as condições sócio-históricas de produção

Como afirmamos, é importante salientar que a construção de um *corpus* deve passar pelo reconhecimento das CP do discurso. No entanto, é evidente que tal construção se dá em razão dos objetivos de pesquisa e das hipóteses levantadas para que elas sejam confirmadas ou refutadas.

Courtine (2014, p. 54) admite que a delimitação de um *corpus* se dá por meio de uma extração de *sequências discursivas* que estão dentro de um campo discursivo de referência. Para que essa extração aconteça é necessário que sejam realizadas algumas imposições de maneira a tornar o *corpus* homogêneo. Desse modo, as CP servem como maneira de dar legitimidade ao processo de homogeneização.

A forma como as CP do discurso agem nas sequências discursivas se assemelham à definição dos lugares discursivos proposta por Maingueneau (2008). Courtine (2014) postula que:

A definição das CP do discurso age, portanto, no que se refere às sequências discursivas que compõem o *corpus* discursivo à maneira de um funil, ou melhor, de um filtro que opera por extrações sucessivas: extração de um campo discursivo determinado de um ‘universal de discurso’, extração ou isolamento de sequências discursivas determinadas, uma vez delimitado o campo discursivo de referência (COURTINE, 2014, p. 54-55).

Da mesma maneira que um discurso é tomado para análise na perspectiva de Maingueneau (2008), quando define as relações interdiscursivas, as CP mostram-se também como um trajeto teórico capaz de realizar tal tarefa. Em um processo de associação, podemos dizer que o Universo Discursivo e o Campo Discursivo de Maingueneau (2008) se ligam, respectivamente, ao Universal Discursivo e ao Campo Discursivo de Referência de Courtine (2014). Os processos são análogos, pois designam uma maneira metodológica de seleção do discurso sobre o qual se fará a análise. Entre o Espaço discursivo do primeiro e as Sequências Discursivas de Referência do segundo também é possível estabelecer relações. O Espaço discursivo é o lugar em que, na perspectiva interdiscursiva, se delimitam os discursos que serão analisados, assim como as Sequências Discursivas se constituem de sequências orais ou escritas em uma dimensão maior que a frase. Nesse viés, tanto a noção de Sequência Discursiva quanto a noção de Espaço Discursivo levam em consideração os objetivos da análise.

Em relação às operações que concernem as CP e a constituição do *corpus*, Courtine (2014) afirma que se estabelece uma delimitação dentro de um *universal discursivo* de um campo discursivo de referência. No campo, portanto, serão feitas restrições que

homogeneizarão os discursos para que eles possam ser analisados. Ele postula também que as CP agem de maneira a filtrar as sequências discursivas para que essa homogeneização ocorra de maneira legítima e atue de forma colaborativa com os objetivos de análise.

Amparado em Gardin & Marcellesi (1974), Courtine (2014) considera que os critérios que delimitam qualquer *corpus* devem se solidificar em exigências que respondam as ordens da exaustividade, da representatividade e da homogeneidade. Assim, quando um *corpus* se orienta pela exigência da exaustividade ele deve dar um panorama amplo de todos os fatos discursivos pertencentes a ele, sem que nada fique às escondidas. Quando se fala em exigência da representatividade, afirma-se que um *corpus* não pode tomar como regra os fatos que são constados apenas por uma única amostra, mas que deve se colocar de forma representativa. Desse modo, intuímos que esses dois princípios representam uma restrição ao postulado de que existe uma verdade geral nas análises discursivas dos *corpora*. Por fim, a terceira exigência, a da homogeneidade, é tida como um conceito difícil de ser apreendido, isso porque “[...] *o estudo dos contrastes discursivos exclui a homogeneidade*” (COURTINE, 2014, p. 56, grifos do autor).

Partindo dessa última exigência, Courtine (2014) diz que o *corpus* receberá um formato representado por combinações simples ou complexas. Essas combinações designam restrições que atuam na homogeneização do *corpus*. Elas podem ser dos tipos: constituído por uma sequência discursiva ou por várias; constituído por um locutor ou por vários; constituído por ideologias homogêneas ou heterogêneas; constituído em sincronia ou em diacronia; constituído por meio de arquivos ou por meio experimental; de dimensões simples e de dimensões complexas.

Tomando por base as afirmações apresentadas, especialmente dentro da perspectiva que assumimos neste trabalho, o *corpus* que constituirá esta pesquisa pretende dar um panorama do comportamento discursivo assumido na atualidade em relação ao discurso da violência. Desse modo, tratamos, a seguir, sobre as condições de produção sócio-históricas desse discurso, o discurso de violência.

3.3 As condições sócio-históricas de produção do discurso da violência

Como nossa opção para estudar as CP se inserem na dimensão de recuperar as condições sociais, históricas e psicológicas que possibilitam o dizer de um sujeito, buscamos, a partir da presente seção, tratar como elas propiciam a construção de um discurso da violência. Abordamos como as visões da violência se colocam em relação ao tempo e às sociedades, do século XVI até o momento atual, refletindo se há uma permanência ou uma modificação dessas visões. Além disso, examinamos como as ações de violência podem acarretar um discurso

violento que não se situa apenas na focalização do ato, mas também na forma como se diz sobre o outro e/ou sobre um determinado grupo.

Para tanto, utilizamos os estudos de Robert Muchembled (2012) sobre a história da violência a partir do século XVI. Nesse percurso de definição histórica, recorreremos também aos autores Odália (2012) e Chauí (2018), entre outros, para proporcionar uma visão sobre o que se considera violência nas dimensões sociais, psicológicas e filosóficas. Por fim, como nos inserimos dentro da perspectiva dos estudos da linguagem, mais especificamente da AD, aprofundamos as reflexões sobre como o discurso da violência se apresenta na atualidade, considerando as abordagens apresentadas ao longo desta seção.

A sociedade é permeada por diversos atos e situações nos quais a violência se faz presente. É possível encontrá-la todos os dias nos noticiários, nas telas de cinema, nos livros etc. Somos impelidos a considerar violentas as situações que vão de encontro às questões morais e éticas, como a falta de cuidado dos detentores do poder para com aqueles que necessitam de atenção, os mais pobres, por exemplo, e aqueles que, por razões históricas e/ou sociais, são considerados excluídos. Odália (2012) afirma que a violência é tão presente em nossa sociedade que “[...] pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma de ver e de viver o mundo do homem” (ODÁLIA, 2012, p. 9). Em outras palavras, não é possível produzir uma visão do mundo atual sem que se perceba a violência, seja no seu grau físico, seja no seu grau mais sutil e de difícil percepção. Entretanto, por ser uma constante, por estar diante dos olhos em situações diversas, há uma banalização da violência, fazendo com que ela seja considerada, em determinadas situações, como ações normais e que despertam pouco interesse/revolta.

É em consonância às questões que já apresentamos que é válido ressaltar que os conceitos de violência variam de acordo com a sociedade, a cultura e o tempo. Traçar uma discussão acerca dos caminhos que nos fazem pensar sobre o que é a violência, reconhecer, de acordo com o tempo, se essa visão muda ou permanece e como as condições sociais atuais a representam é um ponto importante para a condução deste trabalho. Portanto, buscamos elencar alguns elementos históricos, psicológicos, sociais e filosóficos que viabilizam uma possível definição desse campo sobre o qual nos debruçamos.

Muchembled (2012) e Chauí (2018) afirmam que o termo violência é proveniente do latim “*vis*”, que designa força ou vigor. Com isso, notamos que os usos do termo se mantêm e se ampliam, já que se consideram violentas situações e contextos que não compreendem somente uma ação física, mas também a forma como se diz sobre o outro. Chauí (2018) diz que a violência se opõe à ética, visto que “[...] trata seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem

e de liberdade, como se fossem coisas” (CHAUI, 2018, p. 36). Nesse viés, podemos considerar que o tratamento das “coisas” não se faz apenas no campo físico, mas também no campo da linguagem, na forma como se diz sobre alguém e/ou sobre algum grupo de pessoas.

Entretanto, tratar a violência pode ser um caminho complicado no sentido em que as sociedades, os lugares, os espaços e os momentos que definem o termo podem fazê-lo de maneira diferente. Assim, corroborando com essa afirmação, Muchembled (2012) diz que “em termos legais, a violência designa os crimes contra as pessoas [...]. A classificação desses fenômenos não é idêntica segundo os países e as épocas” (MUCHEMBLED, 2012, p. 8-9). Odália (2012), por sua vez, reconhece que a vida em sociedade sempre foi violenta e que, por mais que se procedam recuos temporais, sempre se encontrarão essas ações.

Muchembled (2012) postula que a violência possui duas acepções antagônicas que podem ser pensadas na dimensão biológica, social e filosófica: uma que define o homem como um ser ordinariamente violento e que defende a vida no sentido da sobrevivência; outra que afirma que não há uma vontade consciente em ferir o semelhante. Desse modo, cremos que essas duas considerações são complementares, visto que, impelidos pela defesa da vida e/ou pela perpetuação da espécie, os sujeitos são capazes de atos violentos mesmo que esse não seja um ato verdadeiramente consciente.

Além dessa primeira afirmação, Muchembled (2012) constata que existem outras duas significações que são também antagônicas em relação à violência, mas que levam em conta uma dimensão histórica. Segundo ele,

[...] os séculos passados nos legaram uma dupla concepção da violência: legítima, quando é estabelecida por instituições, como os Estados decidindo sobre a guerra ou as Igrejas decretando perseguições contra os ‘heréticos’; ilegítima, se ela se exerce individualmente de encontro às leis e à moral (MUCHEMBLED, 2012, p. 11).

Diante de tal afirmação, constatamos que a violência era vista como legítima dentro dos princípios defendidos pelos grandes impérios da antiguidade, pela Igreja, que fazia valer de sua ampla influência para conquistar os seus intentos provocando perseguições e punindo os infiéis, até mesmo antes de Cristo.

Retomando alguns fatos históricos, Odália (2012) assevera que desde a pré-história a violência esteve presente. Os primeiros homens eram capazes de tornar ferramentas comuns, utilizadas em trabalhos diários, em armas que serviam para ferir o outro. Além disso, o autor considera que a Bíblia se mostra um documento “[...] incomum de violências, um abecedário

completo e variado, que vai da violência física à violência sutil e maliciosa, do estupro ao fratricídio, do crime passional ao crime político” (ODÁLIA, 2012, p. 18).

Considerando a dimensão religiosa cristã da história, a primeira grande atitude violenta produzida na sociedade está na expulsão de Adão e Eva do paraíso. Entretanto, Odália (2012) diz que isso é considerado uma forma de violência menor, resultante de uma sutileza violenta maior. Ele reconhece que o homem, por não ter conhecimento da distinção do que é o bem ou o mal, age na ingenuidade, não tendo consciência da sua própria condição de existência, que não se equipara à figura de Deus. Ao comer a maçã, fruto da árvore proibida, o homem e a mulher tomam conhecimento do bem e do mal, se igualam a Deus e, por isso, recebem o castigo. Assim, a verdadeira violência não está na expulsão, mas, sim, “[...] na fixação de regras e normas de conduta que amesquinham e diminuem o homem, sem que ele disso tenha consciência” (ODÁLIA, 2012, p. 23).

Quando se aborda a perspectiva bíblica, o primeiro grande crime é apresentado na cena em que Caim mata o seu irmão, Abel. A partir disso, inferimos que todos os crimes físicos, que causam morte, são derivados desse, claro, se tomamos como base apenas visão religiosa judaico-cristã. Ainda nesse contexto, podemos retomar as pragas do Egito, no livro do *Êxodo*, que espalham o sangue, a destruição e a fome sobre as famílias egípcias diante do pretexto de libertar o povo Hebreu escravizado. Há uma série de outras passagens, até mesmo na morte de Cristo, que pregam uma violência fundada em preceitos e valores que devem ser aprendidos pelos seres humanos, para que se voltem para uma vida de plenitude e conquistem uma suposta paz. Embora não estejamos falando de acontecimentos concretos, pois são espécies de alegorias para a explicação da existência humana que partem de uma perspectiva religiosa judaico-cristã, inaugura-se um modo de pensar os valores, especialmente na sociedade ocidental.

Um acontecimento que podemos destacar, e que contribui para a reflexão sobre esse histórico de violência, é representado pelos torneios de gladiadores que aconteciam na Roma Antiga. Eles ocorriam em grandes arenas construídas especificamente para esse fim. Nesses locais, a sociedade romana podia encontrar tanto uma forma de entretenimento quanto uma forma de socializar, compartilhando de algo corriqueiro com o aval de toda a nobreza e de todos aqueles que eram responsáveis pelo culto religioso em Roma. No trecho do trabalho de Guarinello (2007) é possível encontrar uma descrição dos acontecimentos em torno das disputas entre os gladiadores romanos, por exemplo o seguinte excerto:

Eram um fato normal da vida cotidiana há muito tempo. [...] As primeiras disputas entre gladiadores ocorreram na cidade de Roma em 264 a.C., [...]. Ao longo da república os combates foram raros, sempre associados a um ritual em

homenagem a um morto. Durante o Império, embora sem perder sua vinculação com a esfera do sagrado, os combates de gladiadores aumentaram de frequência e se difundiram por todo o mundo romano. No ocidente, como no oriente, surgiu um tipo especial de edifício, o anfiteatro, que funcionava como palco das lutas entre gladiadores e de outras formas de espetáculo. Em Roma, assim como nas províncias, as lutas de gladiadores estavam sempre ligadas à pessoa do imperador. Era ele quem as oferecia em Roma e, nas províncias, eram os sacerdotes do culto imperial os responsáveis por sua realização. Os anfiteatros funcionavam como uma espécie de microcosmo da sociedade romana, como parte e reflexo da vida cotidiana. Os assentos eram repartidos segundo as classes da população e o próprio anfiteatro era um espaço onde a população não apenas via, mas se fazia ver e ouvir, no qual imperador e plebe, dirigentes e dirigidos, se confrontavam face a face, onde o anonimato da massa conferia força e consistência para o apoio ou as reivindicações da plebe. Nesse espaço, sagrado e mundano, as lutas entre gladiadores ocupavam um lugar especial, ao mesmo tempo de honra e degradação (GUARINELLO, 2007, p. 128).

Percebemos, então, que tais atos não eram vistos como formas de violência ou eram formas de violência tidas como aceitáveis para os padrões éticos daquela sociedade. De acordo com Guarinello (2007), ser um gladiador era motivo de honra e satisfação para aqueles que se expunham a esse perigo e, mesmo que a taxa de mortalidade em combate fosse consideravelmente baixa para uma prática em que a perda da vida era esperada, em torno dos 20%, a morte, caso acontecesse, era vista como honrada.

Do mesmo modo, Muchembled (2012) considera que a prática violenta, entre o século XIII e o século XVI, era acompanhada das festas, implementadas por jogos de caráter brutal, que aconteciam nas aldeias e pequenos círculos da vida pública. O autor diz que “[...] aldeões e cidadãos colocam regularmente o mundo às avessas, bebem, comem, dançam e se entregam a todas as loucuras imagináveis para esquecer suas preocupações quotidianas, abandonando por um tempo a seriedade que reclamam deles” (MUCHEMBLED, 2012, p. 54). Nessa situação, não era incomum que se encontrasse nas praças, nos lugares sagrados, como as igrejas e até cemitérios, e nas tabernas bandos de jovens que praticavam a violência como forma de proteger a honra e demonstrar a virilidade do sexo masculino.

Assim, essas festas, que estavam sempre relacionadas aos momentos de celebrações religiosas, exerciam um papel contraditório. Isso decorre do fato de que, sendo cultos produzidos muitas vezes pela Igreja para agradecer a colheita, celebrar o Natal, a Páscoa, os mortos e os santos, pressupõe uma determinada virtude e celebração da vida. Contudo, o que ocorria era a prática desenfreada de atos de violência, inclusive, da exibição dos homens para as mulheres. Além disso, tal exibição poderia acarretar até mesmo na morte de opositores que porventura aparecessem, vindos de outras aldeias, e abalasse a regularidade viril do espaço

comum. Toda essa prática era apoiada pelas pessoas mais velhas, pois “se o esporte moderno ainda não foi inventado, múltiplas e rudes competições físicas contribuem para esgotar sua plenitude de energia, tranquilizando os espectadores adultos sobre as capacidades de sua progeneritura de enfrentar o futuro” (MUCHEMBLED, 2012, p. 67).

Dentro dessas considerações históricas das ações violentas, Muchembled (2012) coloca o fato de que os grandes feitos agressivos na sociedade passada, em meados do século XVI, eram, essencialmente, produzidos por homens jovens e não eram, até certo ponto, suscetíveis de punição. Nesse sentido, é possível considerar que existia uma predisposição sócio-histórica para a defesa da honra, da reprodução, da exibição para o sexo oposto e para a proteção feminina. Muchembled (2012) afirma ainda que:

Durante sua longa espera pelo casamento, tanto na aldeia quanto na cidade, seus representantes praticam uma cultura de bandos de solteiros centrados na competição entre semelhantes, para aumentar seu valor aos olhos das moças e para compensar as frustrações ligadas a esse estado desconfortável, entre a infância e a completa vida de adulto. Sua principal preocupação consiste em exaltar uma virilidade que os faz existir aos olhos de todos. Eles portam armas, em especial facas ou espadas, das quais gostam de se servir quando dos combates destinados a provar sua valentia, provocando ou recebendo um ferimento, que a infecção e ineficiência da medicina do tempo tornam, muitas vezes, mortal (MUCHEMBLED, 2012, p. 17).

Além disso, o autor assevera que a violência é tida como algo inaceitável para o sexo feminino. Ao contrário da educação dos homens, voltada para a exaltação da força física, a das mulheres se volta para exaltação da docilidade, além de demonstrar que podem cuidar dos lares e dos filhos. Nesse sentido, as moças que se comportam de maneira diferente, provocando algum ato de agressão, são punidas de forma dura. “As mulheres que quebram as regras não escritas lhes proibindo matar ou ferir são tratadas com maior severidade e consideradas como duplamente anormais, se elas atacam um homem da casa, principalmente o esposo” (MUCHEMBLED, 2012, p. 53). Assim, evidencia-se que a posição assumida pela mulher era de submissão, até mesmo no que diz respeito ao uso da força.

Para além de tudo o que dissemos, notamos que há uma certa indiferença dos Estados Nacionais e dos Monarcas em interferir nos atos violentos, a não ser que eles fossem praticados diretamente contra a realeza. Havia uma indiferença, o que fazia com que tudo isso fosse considerado normal tanto por aqueles que possuíam o poder, quanto pelos cidadãos. No entanto, ao mesmo tempo, também exercia uma interferência nas leis morais que regiam os costumes sobre a violência. Desse modo, a maioria dos crimes passíveis de punição em meados do século XVI eram aqueles que feriam direta ou indiretamente os membros da nobreza dos vários

impérios existentes. Outrossim, os cidadãos que não possuíam poder diante da sociedade viam-se obrigados, quando necessário, a fazer justiça à própria sorte, defendendo sua honra e também daqueles que se julgasse necessária a defesa.

Ainda de acordo com Muchembled (2012), a nobreza não se preocupava em interferir nos casos de violência nos territórios que possuíam. Casos de violência que acometiam as cidades, praticados pelos cidadãos comuns, eram, muitas vezes, vistos com normalidade e despertavam pouco interesse, isso porque desempenhavam “[...] um papel estruturante nas sociedades locais, estabelecendo as hierarquias” (MUCHEMBLED, 2012, p. 22). Ainda assim, a mesma nobreza era capaz de produzir atos de agressividade de acordo com objetivos específicos. Basta pensar nas ocasiões de colonização da América, da África e de partes da Ásia, por exemplo. A Igreja também não hesitava em praticar a violência se os sujeitos fossem contra a autoridade religiosa ou questionassem os ensinamentos cristãos.

Assim, essas duas instituições, o Estado e a Igreja, eram coniventes e, em determinado grau, produtores da violência, se ela fosse considerada algo imprescindível para que se produzisse uma possível estabilidade religiosa [moral] e civil.

A punição aos chamados hereges, por exemplo, se concretizava por meio de “mãos decepadas, purificações em fogueiras, mortes públicas e castigos exemplares” (ODÁLIA, 2012, p. 15). Tudo isso acontecia como uma forma não apenas de punição, mas também de ensinamento, para que a sociedade, que assistia a tudo, não viesse a cometer os mesmos fatos e tivessem o mesmo destino.

Essas punições concretizadas pela Igreja e pelo Estado também podem ser consideradas uma forma de entretenimento, de espetáculo, para a sociedade antiga. Esse tipo de acontecimento representava uma encenação que era apreciada por homens, mulheres e crianças com atenção. Portanto, além do lado “educativo”, assistir a essas punições era uma forma de alegrar a vida, uma performance. Odália (2012), referindo-se à população da época, aponta que “todos esses acontecimentos eram espetáculos que animavam a vida incolor e sombria daqueles homens rústicos” (p. 16).

Uma forma de espetáculo pode ser retomada de Michel Foucault (2014) ao discorrer sobre o suplício de Damians. No início da obra *Vigiar e Punir*, o autor nos mostra a execução de um regicida. Assim, aqueles que detinham o poder acreditavam que tais castigos exemplares exerciam um papel de prevenção no combate aos atos violentos.

O quadro passou a mudar a partir do momento em que a sociedade “inventou” a adolescência como uma idade perigosa e que deveria ser moldada para que evitasse praticar atos sanguinários, por volta do final do século XVI e início do século XVII, de acordo com

Muchembled (2012). É claro, para nós, que o termo adolescente não nasceu no mesmo momento que trata o autor, mas os seus moldes começaram a ser delineados a partir de tal momento. Esse pensamento pode ser constatado nas afirmações de Márques (2011). Segundo essa estudiosa, a partir de meados do século XVI, a infância passou a ser vista como uma idade que inspirava cuidados, surgindo, desse modo, um “enclausuramento” das crianças nos primeiros modelos de escola. Foi nesse período que as instituições de família passaram a ter mais importância para a sociedade como um todo.

Isso contribuiu para que as práticas violentas passassem a ser observadas pelo Estado de forma particular, punindo aqueles que cometessem atos sanguinários contra um semelhante. Nesse contexto, já no século XVII houve uma crescente queda nos registros de violência bem como um controle acentuado da matéria (MUCHEMBLED, 2012).

Com o aparecimento dos primeiros modelos de polícia, acontece também uma busca por aqueles que cometiam os atos violentos. Segundo Muchembled (2012), com o intuito de tornar as cidades mais atraentes e menos perigosas criam-se formas de atenuar ou mesmo mascarar a violência. Assim, visava-se à perseguição, à captura e ao isolamento daqueles que infringiam a lei civil e/ou religiosa vigente. As cidades do fim da Idade Média europeia constroem em volta de si muralhas que pretendiam preservar o ambiente comum. Para fora dos muros eram mandados todos os infratores ou reincidentes de crimes perdoados em outros momentos.

Como resultado dessa maior atenção, produziu-se uma rejeição da violência em todas as esferas. Com a atuação do Estado, coibindo atos de criminalidade, passou-se, então, a atribuir a agressividade a homens marginalizados na sociedade, em muitos casos aqueles de camadas sociais de menor prestígio e aqueles que poderiam ser considerados “inimigos” de um sistema político. Muchembled (2012) assegura que “[...] a agressividade tem a reputação de ligar-se, principalmente, aos marginais ou aos perdedores do sistema” (p. 19). Além disso, ele afirma que o apoio da polícia, das autoridades e, mais recentemente, das mídias faz com que a violência se acentue em termos de rejeição pelas pessoas consideradas de bem.

A história da violência foi se construindo, principalmente, pela contradição entre a sua rejeição e a sua institucionalização e isso não se faz diferente quando abordamos a história da violência em nosso país. Tratamos, até aqui, da violência da forma como se apresenta em uma cultura europeia e ocidental. Reconhecer a história da violência em solo nacional deve ser uma tarefa que necessita ser pensada a partir da época de nossa colonização.

O acontecimento de nossa “descoberta” demonstra uma violência praticada contra os índios, povos nativos, detentores da terra. Os homens brancos ao invadirem o território, tomam

posse do lar, da riqueza e fazem uso da terra como se os habitantes, brasileiros legítimos, fossem indignos e sem valor. O panorama só veio a se reverter por meio de uma bula papal que declarou a existência da alma nos nativos (ODÁLIA, 2012). Esse fato, entretanto, não fez cessar a violência praticada contra os indígenas, visto que eles foram obrigados a serem catequizados e a aprender a língua dos homens brancos para que pudessem ter direito à salvação, com o aval da Igreja e da Coroa Portuguesa. A manobra que obrigava os indígenas a abandonarem suas crenças e cultura aponta para uma prática de violência velada, sob a justificativa de humanização, como se isso representasse um ato de abnegação.

Chauí (2018) coloca em questão o fato de existir no Brasil um mito de que a nossa história tenha sido construída sem sangue. Esse mito se instala porque a derrota do colonialismo na América Portuguesa se deu de maneira diferente do restante da América. Se nas colônias da Inglaterra e da Espanha a independência foi conquistada por meio de grandes revoluções, no Brasil ela aconteceu de forma mais amena, o que se repetiu também na nossa Proclamação da República. De acordo com a autora:

[...] bastou que o herdeiro da coroa portuguesa fizesse ecoar ‘num brado retumbante’ as célebres palavras ‘Independência ou Morte!’ para que julgássemos ter saído da condição colonial. Da mesma maneira, bastou que um marechal gritasse nas praças do Rio de Janeiro ‘Viva a República!’ Para que acreditássemos estarmos pacificamente livres do poder imperial (CHAUÍ, 2018, p. 36).

Todavia, chamamos a atenção para o fato de que esses dois acontecimentos são, na sua constituição, violentos. Segundo Chauí (2018) o que realmente acontece é um golpe de Estado, nas duas ocasiões, o que é ignorado e faz perpetuar o mito de uma não violência brasileira. Além disso, esses episódios fazem apagar grandes revoltas de caráter libertário, como a Inconfidência Mineira, a Revolução Praieira, a Sabinada, a Guerra dos Farrapos, os movimentos dos escravos, como a Guerra dos Palmares, e tantas outras revoltas de caráter violento. Esse tipo de apagamento se perpetua até hoje na medida em que é possível reconhecer que a história recente do Brasil é construída por golpes de Estado. O século XX, para nos servir de exemplo, viu a passagem de pelo menos dois golpes, o Estado Novo e a Ditadura Militar. Ademais, ainda em seu início, o século XXI já contabiliza outro golpe para as páginas da história do Brasil. Esses dois estágios da história nacional fizeram apagar a luta de pessoas contra a violência produzida pelo Estado. Não obstante, os dias atuais preservam um discurso de que foram épocas de harmonia, repercutindo o mito da não violência e perpetuando outras violências que se instauram, na maioria dos casos, em questões sociais.

Desse modo, a relação que se estabelece com a violência em solo brasileiro passa, necessariamente, por essa contradição entre o que é ou não violento. Práticas que hoje podem ser consideradas brutais foram amplamente utilizadas pelas sociedades brasileiras do passado, para que pudessem consolidar uma cultura de nobreza, de superioridade. Isso é possível constatar, por exemplo, no período da escravidão dos negros. Assim, a violência exercida na atualidade contra as minorias, negros, indígenas, mulheres, pode encontrar a sua origem nas ações violentas praticadas contra esses grupos no passado.

Ademais, alguns atos de crueldade são perceptíveis nas sociedades atuais. De acordo com Chauí (2018),

[...] o crime, anteriormente confinado às favelas e às quadrilhas de ‘marginais’, parece ter penetrado nos melhores lares: estupros, adultérios vingados a bala, parricídio, matricídio, delinquência, furtos, corrupção financeira, prepotência no trânsito, aumentando acidentes e mortes, tudo isso, de repente, entrou no cotidiano das cidades (CHAUÍ, 2018, p. 67).

Assim, admitindo a existência da violência, ela não pode ser aceita, não pode compor o universo da sociedade tida como de bem, por isso, sustenta-se o mito de uma não violência. Diante desse quadro, a autora apresenta duas condições sobre as quais a violência deve ser considerada: “[...] ou como acidente que não afeta nossa índole não violenta, ou como ato irresponsável dos pobres” (CHAUÍ, 2018, p. 67). Tais condições, segundo a autora, colaboram para que uma ideologia de negação da violência se dissemine.

Quando lançamos olhar sobre os moldes da violência na atualidade, somos chamados a nos questionar sobre como a tratamos. Odália (2012), por exemplo, chama a atenção para como a sociedade convive com a violência nos diferentes espaços sociais. Para ele, a classe mais abastada, ao desejar conter a violência, produz uma série de artifícios que apenas causam uma sensação de distanciamento dos atos violentos. Casas são construídas como forma de proteger dos assaltos, com muros altos e grades, bem como o uso da tecnologia se faz aliado na produção dessa condição de afastamento da violência. Contudo, sabemos que esses artifícios apenas produzem uma falsa sensação de segurança. A violência continua presente e é um dos fatores estruturantes da sociedade.

Em outro sentido, as classes menos abastadas são obrigadas a conviver com a violência nas diversas situações do dia a dia. Diferentemente da classe média ou dos mais ricos, os mais pobres não constroem para si lugares onde a violência se faz afastada. As casas não possuem muros eficientes contra os assaltantes ou depredadores e a tecnologia é escassa. Nesse sentido, Odália (2012) afirma que:

Na favela, no cortiço, embaixo das pontes, como o isolamento é uma quimera, a única arma contra a violência é permitir que a promiscuidade e o hábito teçam uma rede de conformismo que, aqui ou ali rompida, não deixam de funcionar como uma falsa proteção (ODÁLIA, 2012, p. 12).

Diante do exposto, percebemos que a violência apresenta um fator estruturante e contraditório em nossa sociedade. A relação estruturante aparece na medida em que organizamos a nossa vida, o nosso espaço, em função da violência. No mesmo sentido, ela tem um valor contraditório, pois ao desenvolver o nosso movimento na perspectiva de defendermos nossos espaços, de negá-la e de afastá-la, ela se faz presente.

Entendendo a violência por esse viés estruturante e contraditório, faz-se necessário elaborarmos uma discussão sobre de quais outras formas ela pode se fazer presente em nossas sociedades. Com isso, direcionamos o nosso olhar para as afirmações de Odália (2012), que caracterizam a violência por meio dos aspectos sociais. O autor não tenta fixar dogmas de constituição da violência, mas apresenta características e questionamentos sobre como a matéria é tratada. Nesse sentido, tomamos algumas das afirmações desse autor para compreender a violência em nossos tempos.

De acordo com Odália (2012), toda a violência parte de um problema social. Contudo, há fatores que projetam certas questões de organização das sociedades a atos de violência que se disseminam nas comunidades. Além disso, atentemo-nos para a particularidade de que as sociedades determinam o que é ou não violência de acordo com a sua própria cultura. Por isso, abordamos apenas a dimensão social que possibilita a violência em nosso país.

Diante de uma sociedade que preconiza o desenvolvimento econômico a todo custo, o Brasil tem se caracterizado por políticas, principalmente nos últimos anos, que aumentam a desigualdade social. Ao invés da busca por soluções que se arquitetem em uma distribuição de uma renda mais igualitária, os governos preferem soluções que acarretam o lucro/enriquecimento de poucos. O investimento maciço em educação, por exemplo, seria uma forma de tentar diminuir essas desigualdades, contudo, isso não ocorre dentro da nossa atual sociedade. Por conseguinte, uma parcela da população se vê exposta a situações de violência.

Frente a esse panorama, as questões sociais podem ser consideradas um dos fatores estruturantes da violência na atualidade. Isso decorre a partir do momento em que a política econômica exercida é resultante de uma forma de violência sutil. De acordo com Odália (2012), esses fatos resultam na impossibilidade de que o homem possa viver em sociedade, pois lhes

são negadas condições igualitárias para a sobrevivência, por exemplo, quando se pensa no baixo salário pago aos trabalhadores.

Portanto, evidenciamos uma virada no tratamento da violência de forma global. De fator estruturante das relações sociais, de organização de territórios e hierarquias, ela passa a ser vista como ilegítima, como marginalizada. Não obstante, ela ainda serve como meio estruturante em algumas relações, não só ao pensar a violência física, mas também uma violência simbólica, moral, que é pouco perceptível. Essa forma simbólica traz em si a mesma constituição histórica de marginalidade. Se, nos séculos anteriores, ela era praticada entre os sujeitos considerados marginais, hoje ela acomete principalmente esses sujeitos. Entretanto, ela é negada em grande parte da sociedade.

3.4 O discurso da violência

Até aqui focamos, principalmente, na questão da violência enquanto atos de criminalidade, de agressão do outro, de violação da integridade física e moral dos sujeitos que por ela são acometidos. É importante também, para os propósitos de nossa pesquisa, traçar um caminho semelhante de definição da violência que se faz presente no discurso. Além disso, propomos uma discussão sobre como a violência física, partindo dos apontamentos das condições sócio-históricas já apresentadas, pode fazer emergir uma violência discursiva.

Chauí (2018) aponta cinco características que podem delimitar significativamente o que são ações violentas. Em primeiro lugar, a violência se representa por um ato do uso da força que visa a ir contra a natureza física de um sujeito, em termos mais objetivos, significa desnaturar alguém. Em segundo, também levando em consideração a força, estão as ações que vão contra a liberdade: coagir, constranger, torturar ou brutalizar. Em terceiro, é uma ação de violação de alguém ou alguma coisa valorizada em uma determinada sociedade. Em quarto, uma injustiça deliberada sobre um direito de alguma pessoa ou sociedade. Por fim, a quinta característica representa uma brutalidade física ou psíquica contra alguém e que é definida por relações de opressão, intimidação, medo ou terror.

A partir dos pontos apresentados, tomamos como parte de nossas reflexões os escritos sobre a violência cunhados por Yves Michaud (1989). De acordo com ele, a violência pode se apresentar tanto nas situações físicas, em que há agressões, quanto nas questões que tangem o desvio das normas de uma determinada sociedade. Nesse aspecto, o autor indica que “como dano físico, a violência é facilmente identificável; como violação de normas, quase qualquer coisa pode ser considerada violência” (MICHAUD, 1989, p. 10). Desse modo, reconhecemos

que a percepção da violência em nossa sociedade reflete as considerações apresentadas pelo teórico. A mídia, em grande parte, dá visibilidade aos casos de violência que são cometidos na dimensão física, como mortes, agressões, brigas etc. A violência que parte da transgressão das normas tem apenas uma pequena visibilidade, limitando-se, por vezes, a noticiar quando há ataques verbais a personalidades com um determinado grau de reconhecimento na sociedade. Nesse contexto, outras situações, que podem ser consideradas violentas, ficam esquecidas, não recebendo, assim, a atenção que lhes é devida.

Com o objetivo de separar e propor reflexões que abarquem as violências de caráter físico e a de violação das normas, Michaud (1989) distingue os dois tipos em atos e estados de violência. O primeiro, os atos de violência, são aqueles em que o sangue pode ser visto e está diretamente ligados ao caráter físico. O segundo, os estados de violência, são ações que vão contra a moral do ser humano e estão diretamente relacionadas ao caráter minoritário dos sujeitos, a classe social, o gênero, a orientação sexual e tantas outras representações de minorias. Com isso, o autor pretende propor uma definição de violência que seja mais ampla. Fazendo junção dos dois termos apresentados, ele considera que:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (MICHAUD, 1989, p. 10-11).

Essas definições apontadas pelo autor visam tratar de diferentes situações que podem ser consideradas violentas. Assim, acreditamos que de algumas condições, causadas por atores sociais em diferentes esferas, podem surgir estados de violência. É o que acontece com aqueles que trabalham na máquina pública e produzem violências na vida das pessoas, direta ou indiretamente, tomando suas decisões impactando na falta de verbas, na falta de organização e em situações precárias que necessitam da gerência imediata do Estado. Tais situações podem ser consideradas atos de violência que, com o tempo e se não forem revertidas, acarretariam doenças e até a morte. Em consequência, estando nesse tipo de situação problemática, os indivíduos são acometidos por um estado de violência que os privam de seus direitos básicos.

Atendendo à classificação proposta por Michaud (1989), consideramos que as características apresentadas por Chauí (2018) refletem, ao mesmo tempo, os atos e os estados de violência. Se considerarmos os atributos primeiro e segundo, sobre o uso da força e a privação da liberdade das pessoas, somos levados, por uma visão mais pragmática, à classificá-los como atos de violência. Entretanto, partindo de análises mais profundas, é possível entender

que tais atos são, em certa medida, motivados por estados de violência sutis. Isso pode ser associado quando nos deparamos com jornais que noticiam crimes de origem homofóbica, misógina, de gênero e tantas outras injúrias presentes na sociedade. No caso dos outros três atributos, a concretização da violência por meio dos seus atos e seus estados é mais perceptível, pois, da mesma forma, a violação de algo ou alguém valorizado em uma sociedade, as injustiças em relação aos direitos existentes e as brutalidades físicas ou psíquicas podem ser empregadas tanto da forma com a qual pode ser vista quanto de maneiras mais elaboradas, como difamações, assédios, coações, entre outros.

Para ampliar a noção de violência no discurso, abordamos, também, as concepções de violência simbólica (BOURDIEU, 1989; 2020). A nossa consideração para tratar o discurso da violência parte do viés dado à sociedade e à história, pois, como sabemos, todas as relações sociais são construídas no curso histórico e os moldes daquilo que vivenciamos hoje está em tudo o que foi construído nos relacionamentos sociais com o passar do tempo. Ademais, traçamos um paralelo da violência no discurso com a violência simbólica no pensamento de Bourdieu (2020), que a classifica como uma “[...] violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas” (p. 12).

A violência simbólica parte de um poder simbólico que consiste no poder que é dado às classes economicamente mais valorizadas com a conivência inconsciente das classes inferiores. Podemos, então, considerar que tal poder simbólico determina algumas relações na sociedade, pois as classes mais elevadas, tidas como dominantes no pensamento do sociólogo, estabelecem uma dominação sobre as classes inferiores, consideradas como dominadas. Essa relação, dominantes *versus* dominados, se instaura em todos os tipos de relação presentes na sociedade: homem *versus* mulher, pobres *versus* ricos, operários *versus* patrões etc. De acordo com Bourdieu (2020),

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ela não dispõe, para pensa-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de mais que instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (alto/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, das quais seu ser social é produto (BOURDIEU, 2020, p. 64-65).

As classificações naturalizadas, apontadas pelo autor, permitem que a violência simbólica seja pouco percebida nas sociedades, assim como os estados de violência não são

perceptíveis. Além disso, diferentemente da violência física, em que há uso da força para que seja concretizada, os membros das classes dominantes não praticam esforço para que a violência simbólica ocorra, pelo contrário, eles agem naturalmente e, ao se portar dessa maneira, fazem com que o seu domínio realmente se efetive sobre as classes dominadas. Nesse viés, Schubert (2018) nos afirma que “[...] os membros das classes dominantes precisam apenas seguir suas vidas cotidianas normalmente, aderindo às regras do sistema que fornece a eles suas posições de privilégio” (p. 235).

A violência simbólica parte do poder simbólico que é dado àqueles considerados dominantes em uma sociedade. Dessa forma, são construídas relações em que o dominado não percebe as situações de injustiça, de coação e de privação de uma suposta liberdade. Entretanto, tais relações não são construídas, em muitos casos, de maneira objetiva, isto é, com a consciência dos indivíduos. Elas se constroem por conta do próprio mecanismo de nossa sociedade, que é resultado de fatores históricos. Pensando sobre como tal mecanismo se movimenta, Bourdieu (2020) traz em suas reflexões alguns aparatos históricos e sociais sobre como as mulheres, seus corpos, suas escolhas e suas atitudes sofrem com a dominação do sexo oposto, acarretando uma violência simbólica. Nesse sentido, o autor assevera sobre essa condição de dominação:

A dominação masculina encontra assim reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho e de produção e reprodução biológica e social que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais (BOURDIEU, 2020, p. 61-62).

Assim, de forma exemplar em relação a violência entre homem *versus* mulher, consideramos que as condições que propiciam uma violência simbólica não são dadas ao acaso. Entretanto, ela também não acontece como se as estruturas da violência fossem moldadas de acordo com os interesses de seus praticantes, ou seja, de forma consciente. Os contornos simbólicos de violência são frutos da maneira como a nossa sociedade se organiza e de como coloca os dominantes em uma situação de privilégio e os dominados em situações de subordinação e desvantagem. Dessa forma, isso não representa uma maneira de isentar os agentes produtores da violência, mas um percurso para entender um dos fatores de sua

constituição, visto que há várias formas pelas quais a violência pode ser apreendida em nossa sociedade.

Os aspectos que definem a violência em atos e estados, bem como em sua forma simbólica, nos trazem elementos necessários para que possamos apreender um discurso da violência. Somado a isso, partimos do pressuposto que a constituição do discurso está intimamente ligada às suas condições sócio-históricas. Assim, é necessário abordar como essas mesmas condições também propiciam a violência no discurso.

Por conseguinte, seguimos Silva (2013) na afirmação de que a violência simbólica e os estados de violência possuem pontos de convergência. Os dois conceitos referem-se às situações que são comumente encontradas nas relações sociais, mas despertam pouco interesse e atenção pois são de difícil percepção e se encontram na constituição das hierarquias sociais, quase de maneira naturalizada. Nesse viés, e segundo a autora supracitada, no estado de violência se reconhece a violência simbólica. Ampliando essa visão, consideramos que esse reconhecimento se dá não somente pelas situações concretas de opressão, submissão e desvantagem em que os dominados são colocados, mas também através do discurso, que aqui nos interessa.

Outrossim, dentro da perspectiva de que o discurso se constitui por meio das suas condições sócio-históricas e culturais, assumimos a ideia de que a visão histórica da violência, apresentada na seção anterior, reflete os parâmetros que constituem o discurso da violência na atualidade. Sabemos que a história se atualiza e se modifica com o passar do tempo, mas há determinadas condições que permitem retomar a historicidade como constituinte das ações e dos discursos que hoje circulam. Portanto, o discurso da violência, além das condições mais imediatas de sua ocorrência, possui uma relação com a história violenta que foi se construindo com o passar dos anos.

Dessa forma, cabe, por fim, considerar que o discurso da violência que nos interessa é aquele apreendido da violência simbólica e dos estados de violência, pois eles estão habitualmente ligados à linguagem e à maneira como se diz sobre certas questões presentes em nosso cotidiano. Entretanto, não desconsideramos de maneira total os dizeres sobre os atos de violência, pois eles podem ser motivados e até mesmo motivar as dimensões da violência simbólica e dos estados de violência.

Assim, reconhecemos que a violência discursiva pode ser constituída por meio das condições sócio-históricas e culturais. Em outras palavras, acreditamos que os fatos históricos, como a defesa da honra masculina, a pretensa valorização da vida e as leis colocadas pela Igreja e pelo Estado em séculos passados, situações com graus violentos que foram apresentadas

também na seção anterior, autorizam que o discurso da violência possa circular em nossa sociedade. Contudo, esse discurso não aparece de forma explícita e, muitas vezes, nem chega a ser percebido como uma violência de fato, mas, ao recuperar as condições sócio-históricas de produção, podemos perceber que ele traz em si todas as dimensões que o autorizam como violência.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO: UMA CONTRADIÇÃO NO DISCURSO DA VIOLÊNCIA?

4.1 Metodologia de trabalho

Inserimo-nos, como já ressaltamos, nos pressupostos da Análise do Discurso de Linha Francesa e isso, por si só, já delimita uma metodologia de trabalho específica. Como nos prova todo o caminho percorrido até aqui, a AD se configura como um espaço metodológico do fazer científico e esse espaço designa a necessidade da aplicação da teoria.

O nosso objetivo geral de pesquisa é analisar como se dá a constituição do discurso da violência por meio de um viés de contradição. Além disso, elencamos como objetivos específicos: i) identificar quais as restrições semânticas do discurso da violência possibilitam uma competência discursiva da violência; ii) verificar as escolhas lexicais dos sujeitos que emergem do discurso em questão; iii) discutir em que medida os posicionamentos que se manifestam podem corroborar para que a contradição se constitua no discurso. Nossos objetivos se alicerçam em nosso problema de pesquisa, que consiste em considerar que a contradição é constitutiva dos sujeitos e, logo, ela tem consequências nos efeitos de sentido.

Para que possamos traçar o caminho pretendido, valemo-nos das considerações sobre as CP dos discursos, da forma como propõem Courtine (2014) e Orlandi (2015); das CP sócio-históricas do discurso da violência, problematizadas nos apontamentos de Muchembled (2012) e Odália (2012), bem como aquilo que permite circunscrever um discurso da violência, propriamente dito, de acordo com os estudos de Michaud (1989) e Bourdieu (1989; 2020). Além disso, pautamo-nos também nos apontamentos sobre a constituição do sujeito discursivo, definido por Orlandi (2015) e nas definições da competência discursiva, nos moldes propostos por Maingueneau (2008). Desse modo, por meio de todo o aparato teórico já exposto, tencionamos aplicá-lo ao *corpus* constituído para que seja possível atender aos objetivos já elencados.

Em razão do *corpus*, e retomando o que já foi exposto por Maingueneau (2008), é necessário que o discurso seja extraído de uma sequência proveniente da tríade do interdiscurso, assemelhando-se à maneira como Courtine (2014) extrai as suas sequências discursivas para obtenção dos *corpora*. Desse modo, trabalhamos dentro do campo discursivo religioso e dedicamo-nos à formação discursiva e ao espaço discursivo da violência. Além disso, a constituição de um *corpus* amplo e bem formulado é importante para que a competência discursiva seja apreendida. Por isso, como afirmamos anteriormente, amparados em

Maingueneau (2008), a caracterização de um *corpus* ajuda no estudo dos critérios que delimitam a competência discursiva.

O nosso *corpus* se constitui de duas postagens da rede social *Facebook*. A primeira postagem² é do bispo católico e presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Walmor Oliveira de Azevedo, sobre o episódio do estupro de uma menina de dez anos e sobre a retirada do feto [gerado em razão desse ato]. Sendo este uma figura importante, por presidir o órgão máximo da representação das autoridades católicas no país, justifica-se a escolha dessa postagem pela visibilidade e por ser emblemático ao que se refere ao pensamento que circula em uma formação discursiva católica. A segunda postagem³ é da organização não-governamental *Católicas pelo Direito de Decidir* também sobre a mesma temática – o estupro e o conseqüente aborto. Essa ONG é conhecida por pregar os direitos de escolha das mulheres em relação ao seu corpo, mesmo tendo posições contrárias às ideias presentes em uma formação discursiva católica.

Propomos, frente à constituição do *corpus* eleito, demonstrar como o discurso da violência se comporta de maneira contraditória no interior de um mesmo campo discursivo, comparando os semas obtidos nas operações as quais o nosso *corpus* será submetido no momento da análise da competência discursiva. Além disso, a opção por esse material de análise reflete a necessidade de responder aos apontamentos de Courtine (2014) sobre como um *corpus* deve ser solidificado.

As exigências apresentadas por Courtine (2014), quando retoma os estudos de Gardin & Marcellesi (1974), são as de que um *corpus* deve responder às ordens de representatividade, exaustividade e homogeneidade. Tendo em vista que não é possível recuperar todas as manifestações religiosas que circulam sobre fatos de violência, buscamos delimitar um material para constituir o nosso *corpus* que seja representativo desse campo discursivo. Assim, a exigência da representatividade aqui é garantida porque, na figura de Dom Walmor, é possível observar o pensamento cristão-católico, apresentado, inclusive, em uma rede com grande acesso – o *Facebook*. Com isso, temos um panorama amplo de todos os fatos que pertencem a essa formação discursiva. Outrossim, dentro do material escolhido tomamos recortes representativos para que sejam trabalhados em sua exaustividade e em sua homogeneidade.

² Disponível em:

<https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=1183312905381978&id=428858840827392>. Acesso em: 16 jul. de 2021.

³ Disponível em: <<https://www.facebook.com/catolicasdireitodecidir/posts/1547661548747470>>. Acesso em: 16 jul. de 2021.

A exaustividade se dá em decorrência da seleção de sequências desse *corpus* representativo que possam dar conta do que foi dito e para que se percebam os traços de constituição do discurso. Por sua vez, o traço de homogeneidade é quase consequência das outras duas exigências, pois selecionam-se os pontos de semelhança que serão suscetíveis de serem analisados. Assim, a homogeneidade aparece não na dimensão de um interdiscurso, mas nas escolhas.

Tendo apresentado nosso *corpus*, prosseguimos com a divisão estrutural de nossa pesquisa. Como já afirmamos, nosso principal objetivo é analisar como o discurso da violência se apresenta de maneira contraditória. Para tanto, é necessário estabelecer um caminho para que possamos chegar às afirmações sobre um possível contrassenso. Nesse sentido, no nosso trajeto, a partir de nossos objetivos específicos, refletimos se é possível confirmar ou refutar a hipótese por nós levantada.

A primeira parte da nossa análise consiste na apreensão das condições sócio-históricas do discurso da violência. A partir dos apontamentos colocados na primeira parte de nosso trabalho, abordamos como as questões de historicidade fazem emergir um discurso da violência em nossa sociedade atual, tendo por base a postagem na rede social de Dom Walmor. A segunda parte de nosso trabalho de análise trata-se do levantamento dos traços que compõem uma competência discursiva no interior da formação discursiva do discurso da violência. Nesse ponto, submetemos o material às operações propostas por Maingueneau (2008), a saber: *Concentração, Contrariedade, Harmonização e Enfraquecimento*.

Como trabalhamos com duas produções discursivas, inseridas em um mesmo campo, apontamos primeiramente para a postagem de Dom Walmor para que seja analisada nas dimensões da Concentração e do Enfraquecimento, apreendendo os semas que são considerados mais valorizados na formação discursiva católica em relação ao discurso da violência. Do mesmo modo, os semas serão submetidos à operação de Contrariedade, com o intuito de verificar os semas contrários às duas primeiras operações.

Em um segundo momento, ainda trabalhando com a competência discursiva, executamos as operações de Harmonização e Contrariedade sobre a postagem da ONG Católicas pelo Direito de Decidir. Com esse procedimento, temos o intuito de comparar os semas obtidos com a postagem de Dom Walmor para que possamos ter subsídios para discorrer sobre como se dá a contradição no interior de um campo discursivo religioso. Após essas considerações, expandimos nossas discussões para os limites que constituem um sujeito discursivo e os seus posicionamentos, manifestados a partir do *corpus* constituído. Ademais, todos os apontamentos terão por base os teóricos e os estudos que já delimitamos anteriormente.

Por fim e diante do exposto, pretendemos que as análises sejam um suporte para dar conta de nosso objetivo geral, que consiste em analisar o discurso da violência por meio de um viés contraditório, e de nossos objetivos específicos. Contudo, antes de iniciar as análises, apresentamos algumas reflexões que dizem respeito ao *corpus*, como o suporte, algumas condições imediatas de produção do fato apontado nas duas postagens e algumas especificidades que permitem enquadrá-lo no interior do campo discursivo religioso.

4.2 O *corpus* no campo discursivo religioso

Em meados de agosto de 2020, uma notícia, muito divulgada na mídia, foi o centro de várias discussões no país. Uma criança de apenas dez anos procurou um hospital, na cidade de São Mateus, no Espírito Santo, com suspeita de gravidez, segundo o jornal *Folha de São Paulo - online*⁴. Depois da investigação concluída, a Polícia Civil do Estado do Espírito Santo constatou que a menina vinha sofrendo abusos sexuais durante quatro anos e averiguou que um homem de 33 anos era o suspeito de cometer o crime. Além disso, segundo apurações do jornal *Folha de São Paulo*, o homem fazia parte da família da criança, sendo companheiro de uma tia da menor (PAULUZE; VALADARES, 2020).

O caso foi motivo de grande polêmica e revoltas no meio social e gerou discussões sobre a interrupção ou não da gestação. De acordo com a legislação brasileira, o aborto é permitido quando a gravidez é resultado de estupro, desde que tenha o consentimento da vítima ou de seus responsáveis legais, no caso de menores (BRASIL, 1940). Segundo a advogada Marina Ganzarolli, em entrevista à *Folha de Pernambuco*⁵, “A legislação é muito clara. Essas são as exceções legais, o risco de morte da gestante e a gravidez resultante de estupro. Especificamente este caso está constante na legislação e não tem nenhuma abertura, pelo texto, para segundas interpretações” (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2020a). Além disso, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo divulgou em nota à *Folha de Pernambuco* sua posição para que se fizesse cumprir a lei, sem que houvesse interferências de outras instituições ou qualquer intervenção que se opusesse à aplicação do regulamento jurídico (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2020a).

⁴ Notícia publicada no dia 18 de agosto de 2020 às 13h50 e atualizada às 17h51 do mesmo dia. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/menina-de-dez-anos-entrou-em-hospital-na-mala-do-carro-enquanto-medico-distraia-religiosos.shtml>>. Acesso em: 17 jul. de 2021.

⁵ Notícia publicada no dia 14 de agosto de 2020 às 19h20 e atualizada às 19h22 do mesmo dia. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/menina-de-dez-anos-engravidada-apos-ser-estuprada-no-es/150965/>>. Acesso em: 17 jul. de 2021.

Ainda segundo informações publicadas no portal da Folha de Pernambuco, notícia⁶ publicada no dia 16 de agosto de 2020, a justiça do Espírito Santo autorizou o procedimento de aborto na menor, levando em consideração a vontade da própria criança. Quando informada sobre a gravidez a menina “entra em profundo sofrimento, grita, chora e afirma não querer levar a gravidez adiante”, aponta a notícia da Folha de Pernambuco (2020b). Mesmo com a autorização legal para o aborto, os médicos de um hospital em Vitória negaram-se a fazer o procedimento alegando que a idade gestacional já estava avançada, acarretando o não enquadramento da situação perante a lei. Em contrapartida, especialistas ouvidos pelo jornal – *Folha de Pernambuco* – afirmam que não há um período de gestação que deva ser considerado limite para que a retirada do feto aconteça. O que prevalece é a avaliação de que a gravidez representa um risco para a vida da mulher (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2020b).

Diante da recusa do hospital capixaba, a criança, acompanhada da avó e de uma assistente social, foi encaminhada para um outro hospital em Recife, no Pernambuco. O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) assevera que, em situações como esta, a identidade da criança deve permanecer em sigilo, mas não foi o que ocorreu. Uma ativista de extrema direita divulgou em suas redes sociais o nome da menor e o hospital para o qual ela seria levada para realizar o procedimento. Chama a atenção o fato de que essa mesma ativista se apresenta como defensora da vida, mas é constantemente relacionada a debates em defesa da política armamentista e em questões em que se coloca contra pautas das minorias. Diante da manifestação da identidade e do local do procedimento, várias pessoas, tanto a favor quanto contrárias ao aborto, se encaminharam para o hospital em que seria realizada a retirada do feto para poderem se manifestar.

A notícia veiculada no jornal *online Folha de São Paulo* afirma, ainda, que grupos religiosos faziam rodas de oração, ofendiam os médicos chamando-os de “assassinos” e causaram tumultos na porta do hospital, como podemos observar na Figura 1, o que só terminou com a intervenção da Polícia Militar. (PAULUZE, T.; VALADARES, 2020).

⁶ Notícia publicada no dia 16 de agosto de 2020 às 21h51 e atualizada às 21h56 do mesmo dia. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/menina-que-engravidou-apos-estupro-teve-que-sair-do-es-para-fazer/151082/>>. Acesso dia 17 jul. de 2021.

Figura 1 - Manifestantes em frente ao hospital para onde a menina foi levada



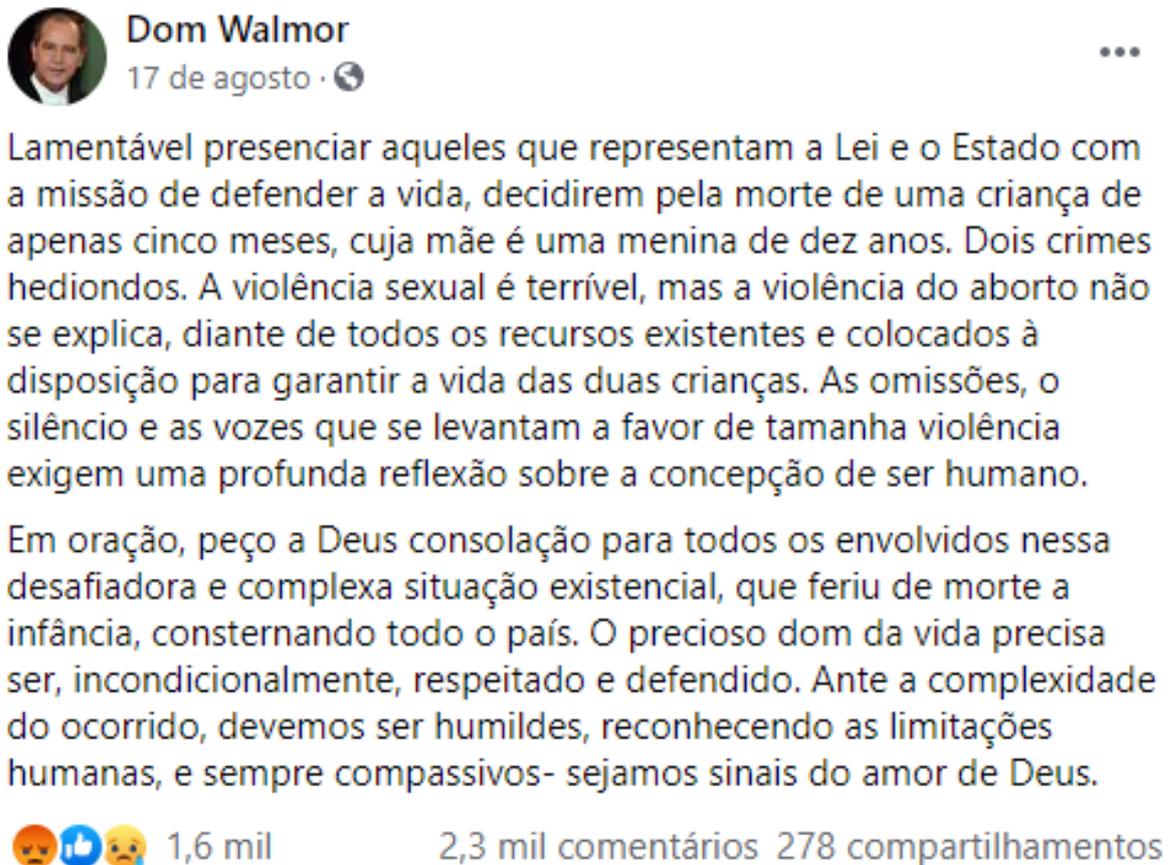
Fonte: Folha de São Paulo (2020).

Apesar das manifestações contrárias, que poderiam vir a abalar ainda mais a carga psicológica da criança, o aborto aconteceu em uma maternidade pública pernambucana. Com isso, diversos órgãos repercutiram novamente sobre o assunto, tanto opondo-se quanto afirmando que o aborto era um direito da criança, principalmente no caso específico. Todas as manifestações se mostram, aparentemente, contra a violência sexual, mas algumas podem fazer emergir uma possível contradição no seu discurso.

Nesse contexto, o *corpus* constituído para esta análise consiste em duas manifestações discursivas sobre o assunto em questão. A primeira foi veiculada pelo arcebispo de Belo Horizonte (MG) e Presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), Dom Walmor Oliveira de Azevedo. O religioso é conhecido dentro do episcopado brasileiro por ter uma postura menos conservadora e mais preocupada com questões de cunho social. Todavia, em sua fala, divulgada em sua página pessoal do *Facebook*, ele usa um tom de reprovação em relação ao procedimento da retirada do feto. Justifica-se essa escolha, como já afirmamos anteriormente, por apresentar um posicionamento emblemático no que se refere ao pensamento cristão católico e pelo fato de o religioso representar uma figura importante entre as autoridades católicas brasileiras. Por conseguinte, chamamos a atenção para o fato de o pronunciamento

não ter sido publicado em uma página oficial da CNBB, órgão presidido pelo bispo. A seguir, apresentamos a postagem de Dom Walmor que compõe o nosso *corpus*:

Figura 2 - Postagem de Dom Walmor (Presidente da CNBB)



Dom Walmor
17 de agosto · 🌐

Lamentável presenciar aqueles que representam a Lei e o Estado com a missão de defender a vida, decidirem pela morte de uma criança de apenas cinco meses, cuja mãe é uma menina de dez anos. Dois crimes hediondos. A violência sexual é terrível, mas a violência do aborto não se explica, diante de todos os recursos existentes e colocados à disposição para garantir a vida das duas crianças. As omissões, o silêncio e as vozes que se levantam a favor de tamanha violência exigem uma profunda reflexão sobre a concepção de ser humano.

Em oração, peço a Deus consolação para todos os envolvidos nessa desafiadora e complexa situação existencial, que feriu de morte a infância, consternando todo o país. O precioso dom da vida precisa ser, incondicionalmente, respeitado e defendido. Ante a complexidade do ocorrido, devemos ser humildes, reconhecendo as limitações humanas, e sempre compassivos- sejamos sinais do amor de Deus.

🙄👍🙁 1,6 mil 2,3 mil comentários 278 compartilhamentos

Fonte: *print* da postagem realizada no perfil do *Facebook* do Presidente da CNBB (2021).

A segunda manifestação discursiva é a postagem da ONG Católicas pelo Direito de Decidir. Essa organização é conhecida no território brasileiro por pregar a autonomia das mulheres naquilo que se refere às suas escolhas em relação aos seus corpos e a determinados pensamentos ligados ao movimento feminista. Segundo Brites (2014), a organização surgiu em 08 de março de 1993, Dia Internacional da Mulher, tendo como principal objetivo “[...] compor um espaço de luta e reivindicação por diálogo inter-religioso, pela liberdade de expressão religiosa, e pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres” (BRITES, 2014, p. 42). A princípio, o grupo nasceu como um coletivo em que as ideias, revolucionárias para o que se pensa dentro de um contexto religioso católico, eram debatidas por um pequeno grupo de mulheres. Contudo, o movimento cresceu e ganhou contornos maiores, se solidificando como grupo com ações mais abrangentes e propositivas. Desse modo, no início da década de 2000,

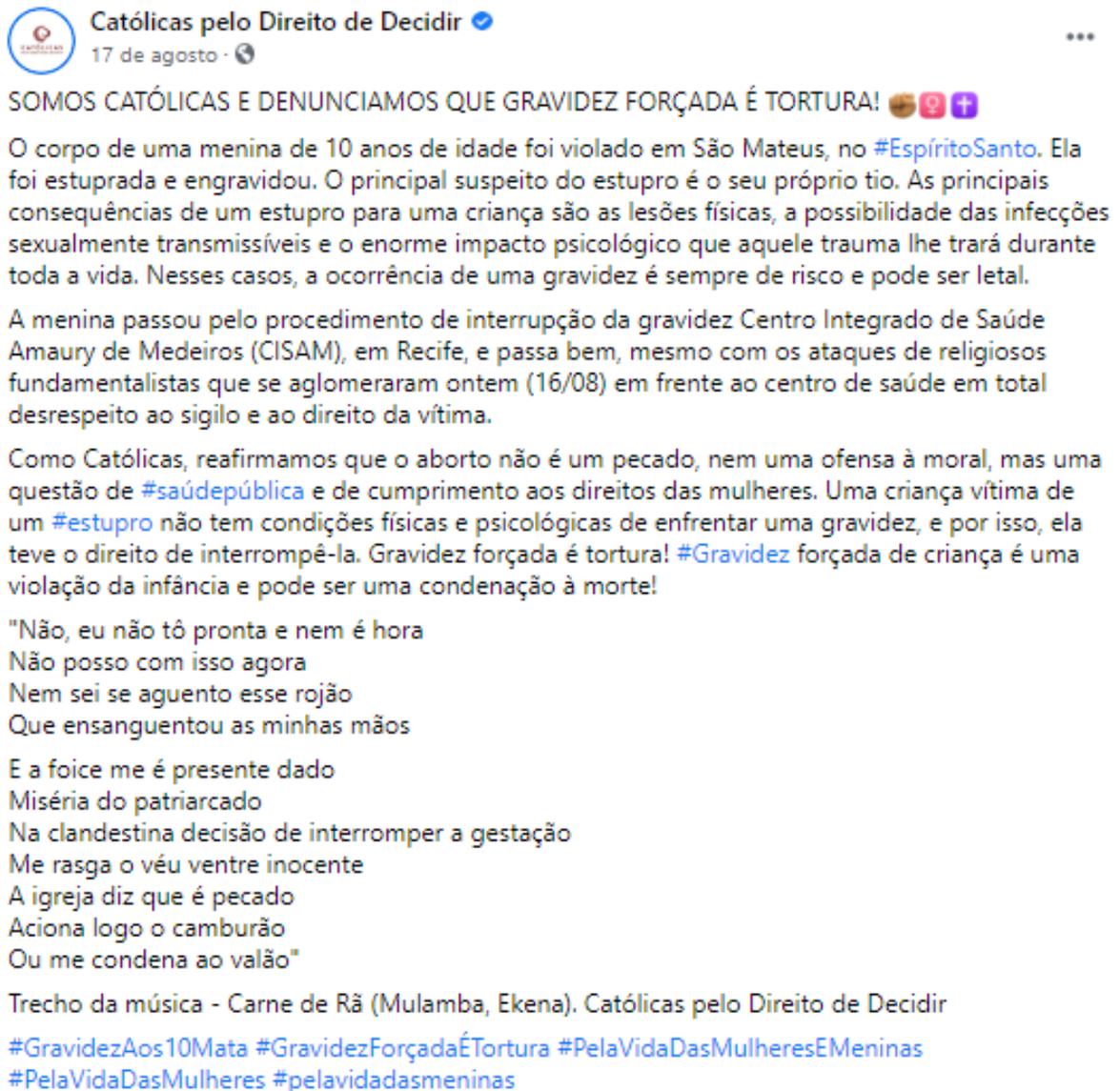
passou a ser denominado como uma Organização Não Governamental - ONG, dentro dos marcos jurídicos e legais vigentes (BRITES, 2014).

A Igreja Católica reivindica que a família e o matrimônio são instituições sagradas e que, nelas, o sexo deve ser associado a fins de reprodução, com a proteção e valorização das vidas geradas a partir do momento da concepção. Nesse viés, a Igreja considera que o sexo só deve ser praticado após o casamento e repudia, em sua doutrina e em vários documentos, a prática do aborto. Por isso, a ONG Católicas pelo Direito de Decidir (que denominamos a partir de então por CDD), é vista por um determinado grupo, especialmente por católicos extremistas, como uma instituição com pensamentos dissonantes aos da doutrina católica. Além de ser considerada uma ONG feminista, movimento, por vezes, condenado pela Igreja Católica. Existe, dentro das premissas que regem a ONG, a defesa de que o aborto deve ser permitido nos casos previstos na legislação brasileira. Desse modo, há quem considere, dentro do catolicismo, que a ONG não representa o pensamento da instituição religiosa. Sobre essa relação de negação do grupo, existe um processo que tramita no Supremo Tribunal Federal, movido por outra instituição católica de caráter conservador, que pretende impedir a CDD de utilizar a classificação “Católicas” em sua denominação⁷.

Na postagem que selecionamos para compor o nosso *corpus*, a CDD também faz referência ao caso do estupro da criança de 10 anos e, conseqüentemente, ao procedimento abortivo realizado. Em caminho inverso ao do arcebispo de Belo Horizonte, a publicação apresenta argumentos que se estruturam de forma favorável à prática do aborto legal e sai em defesa dos direitos das mulheres, como podemos observar na Figura 3:

⁷ Para maiores informações consulte a notícia disponível em: <<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/05/13/catolicas-pelo-direito-de-decidir-acao-judicial-vai-a-stf-e-stj.htm>>. Acesso 17 jul. de 2021.

Figura 3 – Postagem no perfil “Católicas pelo Direito de Decidir”



Católicas pelo Direito de Decidir ✓
17 de agosto · 🌐

SOMOS CATÓLICAS E DENUNCIAMOS QUE GRAVIDEZ FORÇADA É TORTURA! 🙏🙏🙏

O corpo de uma menina de 10 anos de idade foi violado em São Mateus, no #EspíritoSanto. Ela foi estuprada e engravidou. O principal suspeito do estupro é o seu próprio tio. As principais consequências de um estupro para uma criança são as lesões físicas, a possibilidade das infecções sexualmente transmissíveis e o enorme impacto psicológico que aquele trauma lhe trará durante toda a vida. Nesses casos, a ocorrência de uma gravidez é sempre de risco e pode ser letal.

A menina passou pelo procedimento de interrupção da gravidez Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM), em Recife, e passa bem, mesmo com os ataques de religiosos fundamentalistas que se aglomeraram ontem (16/08) em frente ao centro de saúde em total desrespeito ao sigilo e ao direito da vítima.

Como Católicas, reafirmamos que o aborto não é um pecado, nem uma ofensa à moral, mas uma questão de #saúde pública e de cumprimento aos direitos das mulheres. Uma criança vítima de um #estupro não tem condições físicas e psicológicas de enfrentar uma gravidez, e por isso, ela teve o direito de interrompê-la. Gravidez forçada é tortura! #Gravidez forçada de criança é uma violação da infância e pode ser uma condenação à morte!

"Não, eu não tô pronta e nem é hora
Não posso com isso agora
Nem sei se aguento esse rojão
Que ensanguentou as minhas mãos
E a foice me é presente dado
Miséria do patriarcado
Na clandestina decisão de interromper a gestação
Me rasga o véu ventre inocente
A igreja diz que é pecado
Aciona logo o camburão
Ou me condena ao valão"

Trecho da música - Carne de Rã (Mulamba, Ekena). Católicas pelo Direito de Decidir
#GravidezAos10Mata #GravidezForçadaÉTortura #PelaVidaDasMulheresEMeninas
#PelaVidaDasMulheres #pelavidadasmeninas

Fonte: *print* da postagem realizada no perfil do *Facebook* da ONG CDD (2021).

Embora ainda exista uma discussão sobre o direito de a CDD se inserir ou não no meio religioso católico como figuras representativas, não nos cabe avaliar e discutir essas questões, mas analisar como se dá a constituição do discurso da violência por meio da contradição. Assim, inserimo-nos no campo discursivo religioso e, por isso, tomamos as duas postagens – do arcebispo Dom Walmor e da ONG CDD – como sendo pertencentes a tal campo discursivo. A partir dos estudos de Nascimento (2020), consideramos que o discurso religioso se apresenta como um espaço institucional que molda relações de poder e que impõe aos fiéis algumas formas de opressão, assemelhando-se às questões simbólicas definidas por Bourdieu (1989). As dimensões que permitem tratar de um discurso religioso são compreendidas através de

condições sócio-históricas e culturais, como o culto e o espaço a ele destinado, os textos e as escrituras, os sermões e as homilias etc.

Diante dessas afirmações, não podemos desconsiderar a dimensão dos *lugares discursivos* (MAINGUENEAU, 2010a). Nesse viés, apreciando o caráter de definição das relações de poder, além do espaço bem definido destinado ao culto e as características dos gêneros do discurso voltados ao discurso religioso, avaliamos que o discurso religioso pode ser concebido como um discurso tópico, ainda que seja validado também por suas condições constituintes.

Haja vista que as características discursivas da religião possam parecer engessadas, é necessário refletir sobre a evolução do tempo e reconhecer que os textos sagrados e os seus enunciadores podem ocupar lugares diferentes dos prédios [templos] destinados às celebrações. A própria Igreja Católica, por exemplo, tem elaborado pensamentos utilizando-se dos meios de comunicação social em massa, como o *Facebook*. Sobre isso, Nascimento e Vieira (2020) consideram que

Não mencionar a adesão da Religião à mídia seria ignorar a invasão da comunicação de massa e os meios seculares de sua utilização na evangelização de milhares de pessoas. Na atualidade, a mídia dá visibilidade e credibilidade àquilo que ela expõe e, por isso, as igrejas vêm usufruindo desses meios de comunicação para legitimar seus posicionamentos (NASCIMENTO; VIEIRA, 2020, p. 134).

Ponderando sobre essas afirmações é possível evidenciar que o discurso religioso pode ser apreendido fora dos limites físicos de um “lugar sagrado”. Assim, entendemos que as enunciações que objetivamos analisar são veiculadas no *Facebook*, uma rede social em que, de maneira geral, são expostas opiniões pessoais. Apesar disso, podemos encontrar nas postagens marcas que nos permitem classificá-las como sendo pertencentes ao campo discursivo religioso.

A primeira marca refere-se à própria apresentação dos *posts*. No primeiro, a classificação *Dom*, usada pelo arcebispo, permite designar um indivíduo pertencente a instituição católica, além de diferenciá-lo de outros, pois é um título dado apenas àqueles que exercem o episcopado, grau mais elevado dentro da hierarquia católica. Já no segundo, o próprio texto inicia com uma autodenominação: “SOMOS CATÓLICAS” em letras garrafais. Isso contribui para que se construa uma imagem de pessoas religiosas, que pertencem a uma denominação religiosa reconhecida e legitimada na sociedade, que comungam dos mesmos posicionamentos e doutrinas. Com isso, acreditamos que as marcas de hierarquia e o reconhecimento de que o meio religioso católico possui uma legitimidade e determinada

autoridade podem corroborar com a consolidação e a construção de um espaço institucional moldado pelas relações de poder, comuns ao discurso religioso.

Além disso, os dois textos pregam pela valorização da vida, tema próprio do discurso religioso católico, mesmo que de formas diferentes. O primeiro aborda a valorização da vida do feto, ainda em geração na gravidez, já o segundo apela para uma valorização da vida da criança, vítima do estupro, e das mulheres de modo geral. Por sua vez, o primeiro texto conclama a Deus para que tenha piedade e compaixão dos envolvidos, reforçando assim o discurso religioso. O segundo, no que lhe diz respeito ao pertencimento ao campo discursivo em questão, aborda o tema do pecado, afirmando que o aborto não se encaixa nessa definição quando é proveniente de tortura e pode colocar em risco a vida de uma criança. Ainda assim, a principal marca que nos permite considerar o texto como pertencente ao campo discursivo religioso é a reafirmação de que os seus enunciadores são católicos, no meio e no fim da postagem.

Outra característica que podemos apontar para que seja possível classificar as postagens como pertencentes ao campo discursivo religioso é a forma como o perfil das redes sociais do arcebispo⁸ – Figura 4 – e da CDD⁹ se apresentam. Sobre isso, expomos algumas considerações:

Figura 4 – Perfil do arcebispo Dom Walmor



Fonte: *print* do perfil na rede social *Facebook* (2021).

⁸ Perfil disponível em: <<https://www.facebook.com/DomWalmor>>. Acesso em: 17 jul. de 2021.

⁹ Perfil disponível em: <https://www.facebook.com/catolicasdireitodecidir/?ref=page_internal>. Acesso em: 17 jul. de 2021.

O perfil de Dom Walmor se apresenta com elementos próprios da fé católica, como a Cruz e possivelmente dois santos ao lado [foto de capa], com a foto de perfil logo abaixo. Outro atributo é o lema episcopal, comum a todos os bispos católicos, *Ut mederer contritis corde*, que significa “Para curar os corações feridos” (Is 6, 1d). Na página, é possível encontrar reflexões sobre o evangelho diário, temas de interesse católico e homilias gravadas do arcebispo. Nesses posts, há a interação dos leitores com pedidos de oração, súplicas a Deus e agradecimento por alguma graça alcançada. Ademais, há links que direcionam o seguidor para o site da arquidiocese de Belo Horizonte, fazendo com que o perfil seja quase uma extensão do portal *online* da divisão territorial da Igreja Católica na capital mineira.

Por seu turno, a página da CDD oferece elementos que apontam para considerações do discurso católico aliadas aos temas sociais e às pautas minoritárias, como podemos observar na Figura 5:

Figura 5 – Perfil da ONG CDD



Fonte: *print* do perfil na rede social *Facebook* (2021).

Na imagem de capa, nota-se uma imagem com informações verbais, palavras de ordem que utilizam vocábulos que remetem diretamente à religião, como “amém” e “fé”: “Não diga amém para as opressões” e “Nossa fé é de luta”. As outras frases designam reflexões que são relacionadas ao contexto religioso, mesmo que de forma indireta: “Eu, você e o Estado Laico: O que tem a ver?” e “Pelo direito a maternidades dignas e seguras”. Na imagem também se percebe a presença de figuras que demonstram diversas especificidades, dando um panorama de diversidade. São apresentadas mulheres pretas, brancas, com deficiências, idosas, jovens,

crianças e, para corroborar com a ideia de que a página se insere dentro do campo discursivo religioso, há também a presença da figura de uma freira.

Além disso, nas postagens da página CDD, percebe-se um grande envolvimento nas pautas sociais, como rodas de conversa com membros do movimento LGBTQIA+ Católicos; diálogo inter-religioso com debates entre participantes do Candomblé, Umbanda, Doutrina Espírita, entre outras denominações de culto. No que concerne ao público leitor, nota-se o envolvimento com comentários direcionados às questões sociais que se alinham ao caráter religioso, tanto de maneira a corroborar com o posicionamento veiculado na página quanto de forma a refutar e descredibilizar as ações da ONG.

Portanto, as considerações feitas nos permitem adentrar nos enunciados por meio do campo discursivo religioso para que possamos analisar o espaço discursivo da violência, de acordo com nossos objetivos. Esperamos assim, a partir da análise que propomos, identificar as marcas de uma possível contradição que se apresenta na constituição do discurso da violência. Isso poderá ser esclarecido por meio das marcas de historicidade presentes no discurso e da competência discursiva, que é demonstrada por meio de marcas linguísticas. Portanto, passamos agora ao trabalho analítico do *corpus* em questão.

4.2.1 As condições de produção do discurso da violência manifestadas na materialidade do discurso

Nesta etapa do nosso trabalho, demonstramos como o discurso da violência, por meio de sua historicidade, se manifesta no interior do campo discursivo religioso. Como constatamos, a Igreja desempenhava um papel importante no que diz respeito à violência nas sociedades, conforme nos aponta Muchembled (2012). Além disso, a violência reproduzida por ela – a Igreja – era mais fortemente representada pelos atos de violência. Entretanto, esses atos de violência constroem estados de violência que ferem a dignidade da pessoa que recebe tais ações violentas, seja por meio de consequências provenientes desses atos, seja por meio do discurso. Assim, não se pode negar que os estados de violência também são disseminados pela Igreja.

Nesse viés, analisamos na presente seção a postagem do presidente da CNBB, que faz parte do campo discursivo religioso. Tencionamos traçar um caminho que nos permita atingir os nossos objetivos, em especial, compreender como se dá o discurso da violência por meio da contradição. Para tanto, analisamos alguns recortes do enunciado proferido por Dom Walmor, o enunciador, para que possamos discorrer sobre as marcas de historicidade que podem ser retomadas. Lembrando que o enunciado em sua totalidade está expresso na Figura 2 deste trabalho. Vejamos o primeiro recorte selecionado:

Recorte 1:

“Lamentável presenciar aqueles que representam a Lei e o Estado com a missão de defender a vida, decidirem pela morte de uma criança de apenas cinco meses, cuja mãe é uma menina de dez anos” – Dom Walmor

O enunciador inicia lamentando o ocorrido e culpabilizando as autoridades por terem cometido um crime, visto que o aborto dentro de uma formação discursiva católica é categorizado como um crime, um pecado. Dessa maneira, ele estaria cumprindo uma das funções de líder da Igreja Católica que é a de “defesa da vida” dos indivíduos. Por meio das condições sócio-históricas do discurso da violência apresentadas por Muchembled (2012), notamos que um dos princípios da Igreja Católica se pauta pela defesa da vida e dos inocentes. Nesse sentido, a queixa apresentada encontra eco nesse ponto. Há uma revolta, pois, segundo ele, as autoridades deveriam ser contra a violência e estão, ao contrário – *exercer um ato de violência* – pois escolhem quem pode e quem não pode viver.

Outrossim, existe uma modificação nos *status* das personagens retratadas na postagem. O feto aparece como uma criança que morreu em consequência de uma decisão do Estado, e a criança, por sua vez, aparece como mãe. A forma como se valida a classificação de criança para o feto, em razão da tradição católica, tem as suas bases na afirmação de que a vida tem o seu início no momento da concepção. Fora isso, designar a menina como mãe pode conceber uma maneira de legitimar a revolta do enunciador em relação ao procedimento do aborto, que é uma violência perante os padrões católicos.

As escolhas lexicais que emergem do enunciado em questão demonstram que há uma perda do estatuto de criança da menina que foi agredida, pois não é possível que se enxergue uma mãe que ao mesmo tempo é criança. Desse modo, ela perderia a sua inocência e teria até mesmo condições de arcar com as consequências de seus atos. A menor, que também é mãe segundo a perspectiva assumida pelo enunciador, passaria a ser também culpada, assim como o Estado, pela “morte” da outra “criança”. Todo esse procedimento, de reversão do *status* da menina que tem apenas dez anos e passa a ser mãe, se constitui como um estado de violência que a atinge.

Outra concepção importante, retomando as CP do discurso da violência, é a de que a Igreja legitima a violência contra a mulher. Essa afirmação encontra respaldo na ideia de que a mulher deve ser dócil, submissa perante ao homem, cuidadora da casa e dos filhos. Assim, todas essas particularidades que foram sendo perpetuadas através dos tempos permitiriam ao sexo masculino cometer atos de violência contra as mulheres. Nesse limiar, o enunciado proferido

garantiria essa visão de submissão em relação à menina, visto que ela é caracterizada como mãe e não como criança. Diante dessas afirmações e tendo por base o que foi explicitado sobre a historicidade da violência, podemos considerar que no discurso religioso podem emergir determinados efeitos de sentido que caracterizam um discurso de violência.

Essa ideia pode ser percebida, ao lançar o nosso olhar ao segundo recorte que analisamos. Nele é possível perceber uma violência que emerge no discurso contra a menor. Vejamos o Recorte 2:

Recorte 2:

“Dois crimes hediondos. A violência sexual é terrível, mas a violência do aborto não se explica, diante de todos os recursos existentes e colocados à disposição para garantir a vida das duas crianças” – Dom Walmor

Nesse enunciado, por outro lado, emerge um discurso de combate à violência que acomete as duas crianças. No recorte, a menina não é mais caracterizada como mãe, pois pretende-se dar visibilidade aos dois fatos: o aborto e a violência sexual. Contudo, o uso da conjunção adversativa “mas” abre o caminho para que a violência contra a menina seja justificada, até mesmo tolerada, e se configure como aceitável. Embora considere os dois crimes cometidos como “hediondos”, por provocarem repulsa e revolta popular, existe a tendência em tratar o aborto como algo pior, pois há uma gradação entre as duas formas de violência apontadas pelo religioso.

Nesse sentido, ao designar os crimes como hediondos, retoma-se pela historicidade o que foi classificado por Muchembled (2012) como crimes que chocavam as sociedades. De acordo com o teórico, o infanticídio era um dos únicos crimes capazes de causar revolta na população. Segundo preconiza a tradição cristã, a vida de uma pessoa começa a existir desde o momento de sua concepção. Logo, o aborto, tomado dentro de uma formação discursiva católica, é capaz de chocar, pois, na visão do enunciador, as autoridades decidem pela “*morte de uma criança de apenas cinco meses*”. Diante disso, podemos inferir que em decorrência dessa decisão o responsável pelo enunciado retira o estatuto de criança da menina e utiliza o vocábulo que permite alçar ao feto a condição de criança. Assim, qualificando o feto como criança, cria-se uma violência dentro dos parâmetros do discurso religioso católico.

Por conseguinte, o aborto, na maioria dos casos, pode ser considerado um ato de violência produzido por mulheres. Isso faz com que essa ação seja considerada mais grave pelo fato de ser cometida por uma pessoa do sexo feminino que rejeita a “dáviva” da maternidade, dentro dos princípios religiosos. Dessa forma, segundo Muchembled (2012), as mulheres que

cometem atos de violência eram consideradas anormais, aberrações, colocando os crimes cometidos por homens como normais e/ou aceitáveis. Esse viés da historicidade é perceptível no discurso em questão, pois o enunciador é um homem e membro do clero, o que denota uma posição de suposta superioridade. Além disso, o silêncio em relação à figura do estuprador também pode ser retomado pelas marcas de historicidade, participando, de forma efetiva, da produção dos efeitos de sentido. Isso decorre da preservação da face masculina e da pretensa normalidade dos crimes cometidos por homens, como aponta Muchembled (2012).

O enunciado analisado caminha para uma rejeição da violência cometida contra a criança que em um primeiro momento é o feto. A menina de dez anos só é classificada como criança quando o enunciador afirma que os dois atos são violentos, mesmo que seja colocada uma gradação entre as duas ações. O enunciado, que se apresenta sobre as bases do discurso religioso, encaminha-se para um efeito de sentido que classifica a violência sexual como “menor” e, conseqüentemente, faz com que se eleve, dentro de uma formação discursiva católica, a necessidade de que a vida do feto seja poupada. Assim, tomamos o terceiro recorte para discutir os possíveis efeitos de sentido que emergem através das CP do discurso:

Recorte 3:

“Em oração, peço a Deus consolação para todos os envolvidos nessa desafiadora e complexa situação existencial, que feriu de morte a infância, consternando todo o país. O precioso dom da vida precisa ser, incondicionalmente, respeitado e defendido. Ante a complexidade do ocorrido, devemos ser humildes, reconhecendo as limitações humanas, e sempre compassivos- sejamos sinais do amor de Deus” – Dom Walmor

Já no início desse terceiro recorte de nosso *corpus*, surge a figura do homem religioso, do representante legítimo de Cristo, que ora e invoca a Deus, sua imagem e semelhança, para que os envolvidos sejam consolados. A invocação desse Deus pressupõe a necessidade de que os indivíduos sejam perdoados por um suposto pecado cometido. Além disso, ao considerar que os retratados na situação se encontram em situação de pecado, o religioso designa para si uma posição superior, que poderia se aproximar de Deus. Nessa condição de pecadores, indica-se uma situação de pessoas que não estão purificadas e fora da comunhão com a Igreja, ou seja, distantes do Ser Supremo. Isso faz transparecer um estado de violência que coloca as personagens envolvidas em um local de exclusão, de não participação dos atos comuns religiosos.

A concretização desse estado de violência se dá por meio de marcas de historicidade que emergem do discurso. Muchembled (2012) postula que alguns atos de violência no século XVI eram produzidos por homens que se motivavam, na maioria das vezes, em defesa da honra, da reprodução e da exibição para o sexo oposto. Logo, em sua essência, o homem é o herói, reforçando o silenciamento da figura do estuprador, é o crime revestido pelo ideal de instinto. É por isso que o enunciador, homem e membro do clero, afirma, em sua postagem pública, que “*O precioso dom da vida precisa ser, incondicionalmente, respeitado e defendido*”. Diante disso, o aborto representaria, para os católicos, um ato que fere a reprodução e a vida e isso permite validá-lo como uma violência dentro de uma formação discursiva católica.

Portanto, se o homem é o herói que defende a honra da “criança” indefesa a quem, de acordo com Dom Walmor, “*não foi permitida a vida*”, ele deve usar dos artifícios que possui para fazer valer a sua virilidade e sua posição superior. No passado, o suplício, as lutas e duelos se constituíam como tais meios, ou seja, como atos de violência, entretanto, tais atos de violência não são vistos na atualidade da mesma forma, são atualmente rejeitados. Assim, a violência praticada em nossos dias encaminha-se para a modalidade do estado.

Diante de tudo o que já foi exposto, faz-se necessário compreender que, de acordo com Muchembled (2012), existem duas concepções que podem apontar para caminhos contrários em relação à violência: i) que designa os atos lícitos, cometidos pela Igreja ou pelo Estado, para que alguns objetivos fossem concretizados; ii) que aponta para o caráter ilegítimo e fere diretamente as leis civis e religiosas. Nesse sentido, é possível perceber no Recorte 3 que o homem invoca a Deus para designar o aborto como ilegítimo e que considera os responsáveis pelo ato como aqueles que desobedecem as regras divinas. Além disso, há também a construção da imagem daquele que nega a existência de uma ação legítima do Estado. Dentro dessa lógica, o crime de aborto é, também, perpetrado pelo Estado ao tornar possível a autorização para que a interrupção da gravidez aconteça. Desse modo, a Igreja, através do enunciador, se opõe às leis civis, equiparando as autoridades a assassinos.

No passado, a Igreja representava, junto à nobreza, uma das instituições que impunham a Ordem e o Poder. Sobre o pretexto de propagar o catolicismo, perseguiram aqueles que se colocavam contrários às suas regras e, desde sempre, defendiam a vida dos indivíduos, colocando como aberração aqueles que por qualquer motivo tirassem a vida dos seus semelhantes. Assim, a Igreja construía o seu discurso, defendendo a vida e repreendendo, até mesmo com a morte, em oposição aos próprios princípios, os que se colocavam contrários à sua doutrina.

Dessa forma, podemos perceber um viés contraditório na constituição do discurso da Igreja, pois ao mesmo tempo que se colocava como uma instituição que repudiava as pessoas que cometiam assassinatos, provocava perseguições que culminaram na morte de milhares de pessoas, como nas passagens históricas das Guerras Santas. Outrossim, as instituições religiosas faziam vista grossa para ocasiões extremamente violentas como as lutas entre gladiadores, que aconteciam para o divertimento das sociedades no Antigo Império Romano.

Desse modo, pensando que a igreja repudiava os assassinos que eram, segundo ela, pecadores, percebe-se uma certa exclusão desses indivíduos compreendidos como impuros e, portanto, não merecedores do paraíso. Essa lógica de exclusão, como aponta Odália (2012), pode ter o seu princípio na metáfora bíblica da expulsão do paraíso, quando desobedeceram ao Criador o homem [Adão] e mulher [Eva] foram banidos e, além disso, obrigados a cumprir penas impostas em razão da desobediência. Dessa maneira, todo aquele que comete algum pecado deve receber, de acordo com a visão religiosa, um olhar de repulsa e punição.

Assim, é possível perceber que esse cenário bíblico está muito presente no enunciado do Dom Walmor, retomando o Recorte 3, o homem invoca a Deus para que possa consolar os envolvidos nessa “*situação que feriu de morte a infância*”. Quando se convoca Deus, para que console as personagens da situação, tem-se uma visão de pessoas que sofrem estão em constante aflição e, por isso, necessitam de um alívio. Mas o motivo da consolação não parece se basear no fato de que há um ato que “fere a infância”, mas, sim, na condição de pecadores que os envolvidos passam a ter, inclusive a criança de dez anos vítima do primeiro ato [o estupro].

Por fim, quando analisamos a última parte do Recorte 3, há uma chamada para que “sejamos todos compassivos”. Reserva-se, aqui, uma predisposição para o perdão, mas que, historicamente, deve vir acompanhado de uma penitência, seja com os suplícios, seja com as multas, seja com o cárcere, o que importa, nesse sentido, é revelar que há uma falta que necessita ser paga. O modo imperativo utilizado parece demonstrar uma visão que o próprio enunciador tem de si como um homem benevolente, disposto a perdoar, porque reconhece as “limitações humanas” frente a essa situação complexa. Nessa lógica, é perceptível uma suposta contradição, visto que ele – Dom Walmor – se apresenta como um defensor da paz, da não-violência, entretanto, o discurso de violência produzido nesse enunciado fica em segundo plano e só pode ser apreendido por meio dos efeitos de sentido que emergem das questões de historicidade.

A particularidade de estar relegado a segundo plano se liga às definições da *violência simbólica* (BOURDIEU, 2020; 1989) e dos *estados de violência* (MICHAUD, 1989), pois são duas classificações de violência de difícil percepção. Desse modo, o discurso da violência, tal qual o definimos, parte da apreensão desses dois conceitos, pois acreditamos que eles estão

intimamente ligados à linguagem. Reconhecemos que a Igreja, partindo de sua história, é uma instituição que carrega um poder simbólico que subjuga os indivíduos, colocando-os em uma posição inferior e, por vezes, reféns da violência simbólica que os acomete. No discurso analisado, o representante da Igreja faz uso do seu poder, não de maneira consciente, e reforça a posição menor daqueles que não estão no mesmo patamar que o dele, principalmente em relação à criança, que, na visão do enunciador, é mãe. Cabe ressaltar que esse tipo de poder pertencente à Igreja enquanto instituição é legitimado socialmente, o que delega uma força maior aos enunciados proferidos por ela [e seus representantes].

Nesse sentido, um discurso de violência é construído com base em uma contradição, como podemos observar nos recortes que analisamos. Há a busca pela defesa da vida, o que é próprio de uma formação discursiva católica, mas, a partir dela, a criança que sofre o abuso sexual acaba se tornando vítima de um estado de violência, pois, nas escolhas lexicais do enunciador, ela já não é mais criança, é mãe. Além disso, necessita, junto dos outros envolvidos, do perdão e da misericórdia divina pelo “crime” cometido – a retirada do feto do seu corpo violado.

A partir das CP, entendemos que o discurso da violência é apreendido da violência simbólica e dos estados de violência. Ademais, as mesmas CP reforçam a contradição no discurso da violência, pois ele pode ser, ao mesmo tempo, legítimo e ilegítimo, rejeitado e institucionalizado através do discurso, na maioria das vezes, de maneira pouco aparente. Nos apontamentos de Odália (2012) e Muchembled (2012), vimos que a Igreja sempre fez uso da violência, no passado, mais exclusivamente, na dimensão dos atos. Entretanto, por meio dessa análise, percebemos que o discurso da violência relacionado aos *estados de violência* pode sim estar presente no campo discursivo religioso. Isso se dá pelo fato do discurso da violência ser considerado um discurso atópico, que está à margem da sociedade, circulando às escondidas. Na impossibilidade da sua não existência, o discurso da violência se insere naqueles que têm legitimidade, como no caso do discurso religioso, considerado por nós um discurso tópico que tem as suas próprias condições de constituinte.

O discurso religioso organiza os seus enunciados com o intuito de pregar a não-violência, mas acaba, em contradição, propagando algumas formas de violência. No passado, as Guerras Santas serviam como pretexto para uma possível santificação de pessoas. Logo, se precisavam ser santificadas era porque estavam demonizadas, em pecado, e isso justifica a Guerra. Como já afirmamos anteriormente, os pecadores sofrem com o estado de violência e por meio dos atos, pois são marginalizados, assim como os negros e os pobres, concebidos como impuros.

A violência aplicada a eles não é somente o ato da guerra, mas também o estado de exclusão. Isso ocorre também na percepção que se tem do discurso proferido em razão do aborto e do estupro da criança de dez anos. É necessário, de acordo com a visão do enunciador, que se olhe com compaixão para o caso em questão. Esse olhar de compaixão representa a não-violência, pois a Igreja acolhe, perdoa e é benevolente. Entretanto, essa mesma Igreja é a que justifica, pelo discurso, a militante de extrema direita, Sara Giromini – conhecida como Sara Winter – expor o nome do hospital onde estava a menina e instigar manifestações e a criminalização desse aborto legal.

4.2.2 Uma competência discursiva da violência

Nesta seção do nosso trabalho, dando continuidade às nossas análises, abordamos como se comporta uma competência discursiva relativa ao discurso da violência. Continuamos a trabalhar com a postagem do arcebispo, Dom Walmor, todavia, fazemos uso do segundo material de análise que compõe o nosso *corpus*, o post da CDD, para que tenhamos elementos para subsidiar as reflexões sobre uma possível contradição no discurso da violência. As duas manifestações discursivas são pertencentes ao campo discursivo religioso e focamos, nesse campo, no espaço discursivo da violência.

Para trabalharmos com a competência discursiva de acordo com o que postula Maingueneau (2008), faz-se necessário retomar o que o autor nos apresenta de definições para esse termo e discorrer sobre como isso se aplica em nosso *corpus*. Para ele, uma competência discursiva é caracterizada por um *sistema de restrições semânticas* que define o que pode e o que não pode ser dito dentro de uma formação discursiva e quais os temas devem ser trabalhados dentro dela. Sendo assim, os temas delimitados para cada formação discursiva podem vir a ser selecionados por filtros que, segundo Maingueneau (2008), permitem alocar textos como parte de formações discursivas específicas. Por isso, em razão desses filtros, que trabalham de maneira inconsciente, de regras que orientam os gêneros do discurso, das formas de dizer, das maneiras como se dá a argumentação e dos dispositivos retóricos existentes, nos é permitido considerar a postagem do arcebispo e da CDD como pertencentes ao campo discursivo religioso.

Um modelo de competência discursiva permite que os enunciados sejam pensados para além da relação com a língua, levando em consideração também o caráter de historicidade do discurso. Refletindo a partir dessa visão e pensando especificamente em nosso *corpus*, compreendemos que é a historicidade, e não somente as questões da língua, que permite

reconhecer em enunciados pertencentes ao campo discursivo religioso elementos de uma formação discursiva da violência. Dessa maneira, seria possível, portanto, ter uma compreensão mais ampla de tudo aquilo que já foi dito dentro de uma formação discursiva, não somente diante de uma descrição linguística, mas por meio de aparatos históricos, culturais e sociais que justificam tais questões.

Ademais, uma competência discursiva também deve ser compreendida através da noção do interdiscurso. Por isso, segundo Maingueneau (2008), ela deve ser associada a uma competência interdiscursiva. Se o primado do interdiscurso assevera que todos os discursos se constituem na relação que estabelecem com o seu Outro, uma competência interdiscursiva permite afirmar que é possível perceber as incompatibilidades semânticas de formações discursivas que são provenientes do Outro.

Nesse pensamento de uma competência interdiscursiva é que poderia ser possível considerar que um discurso pode se fazer contraditório dentro do seu Mesmo. Conforme aponta Maingueneau (2008), a competência discursiva permitiria que os enunciados proferidos e que se encaixam dentro de uma formação discursiva dada possibilitam a interpretação e a tradução de enunciados provenientes de outras formações discursivas. Contudo, tal tradução e interpretação só se daria de acordo com as categorias que são próprias da formação discursiva e do sistema de restrições semânticas que um sujeito possui.

Tomemos como base para essa reflexão novamente o Recorte 2 do nosso *corpus*:

Recorte 2:

“Dois crimes hediondos. A violência sexual é terrível, mas a violência do aborto não se explica, diante de todos os recursos existentes e colocados à disposição para garantir a vida das duas crianças” – Dom Walmor

No que tange à lógica das relações sociais e éticas, não seria possível cogitar que dentro de espaços religiosos pensamentos violentos fossem propagados, afinal a constituição histórica das religiões busca por uma suposta paz que transcende os desejos humanos. Entretanto, as formações discursivas possibilitam que, na constituição do discurso, existam pontos de contradição e isso pode ser percebido por meio do conceito da competência (inter)discursiva.

Assim, diante da retomada do Recorte 2 e das discussões que traçamos, constatamos que uma formação discursiva religiosa interpreta e traduz uma formação discursiva violenta dentro do seu próprio fechamento. Em outras palavras, o discurso religioso se utiliza da conjunção adversativa *mas* porque não pode dizer, explicitamente, que a violência sexual é

menor e/ou menos importante. Outros discursos só podem ser concebidos dentro de uma formação discursiva por meio das restrições semânticas existentes dentro da própria formação. Se isso não acontecesse, representaria uma transgressão ao próprio discurso católico. Assim, a competência interdiscursiva é a que permite essa estratégia. Verificamos, também, esse mesmo mecanismo sendo utilizado em outros momentos da produção enunciativa, como a classificação de mãe para a criança, de maneira a justificar e/ou minimizar a possível violência.

Toda essa perspectiva de uma competência interdiscursiva nos permite apreender as afirmações de Maingueneau (2008) sobre a heterogeneidade dos discursos. De acordo com o autor, é falsa a ideia de que existe apenas uma fonte pura em todos os discursos, como se viessem de uma fonte primária que dá forma a todos os outros. O que ocorre, como vimos, é a particularidade que a competência discursiva possuída pelos sujeitos tem de fazer uso de discursos que estão fora de uma formação discursiva para constituir a heterogeneidade.

Assim, depois de fazer essas considerações sobre o funcionamento da competência discursiva no interior do discurso, passamos a abordar o modelo de obtenção de semas que Maingueneau (2008) propõe. Tencionamos refletir sobre como um discurso interpreta o outro como o seu contrário. Nesse sentido, compreendemos o espaço discursivo da violência dentro do campo discursivo religioso e o contrário, aqui, deve ser representado pela não-violência. Temos, portanto, o discurso da violência e o discurso da não-violência.

Maingueneau (2008) postula que devem ser construídos modelos (M_1 e M_2), para que seja possível encontrar os semas que se comportam como positivos e negativos. Primeiramente, apresentamos apenas o Modelo 1 (M_1), que se dedica às operações de Concentração e Enfraquecimento (M_1+), para que se obtenha os semas classificados como positivos, e de Contrariedade (M_1-), para que se tenha os semas negativos. Os semas negativos são obtidos, como já dissemos, dentro do próprio registro da formação discursiva, assim como os seus contrários, sem a necessidade de buscá-los fora. Após a discussão do Modelo 1, apresentamos uma proposta de M_2 , submetida à operação de Harmonização (M_2+) e, posteriormente, à operação de Contrariedade (M_2-).

Expomos, portanto, a classificação partindo da proposta de Maingueneau (2008) para o *corpus* constituído em nosso trabalho. No Quadro 3, os semas dizem respeito à postagem do arcebispo de Belo Horizonte:

Quadro 3 - Modelo 1 (Operações de Concentração, Enfraquecimento e Contrariedade)

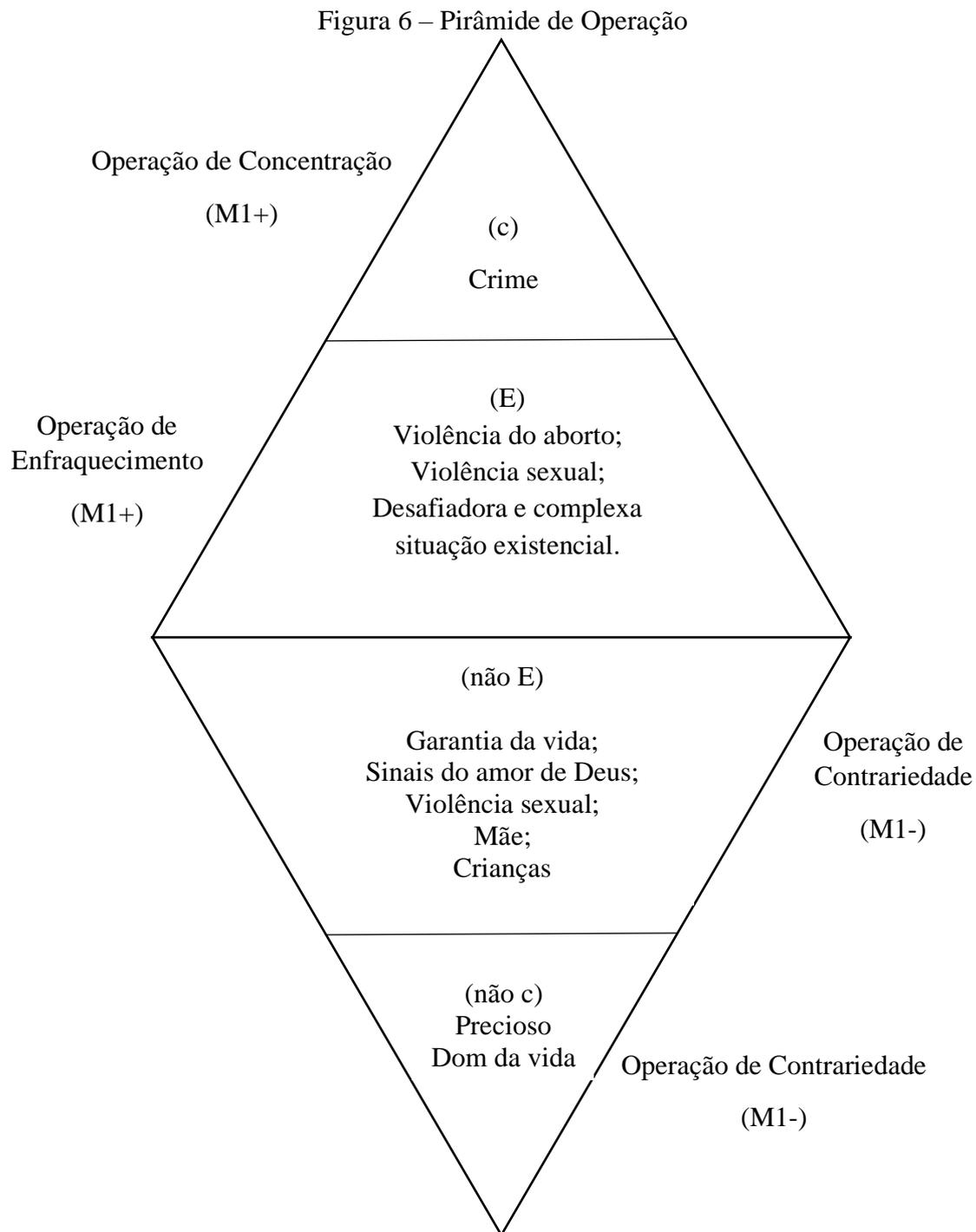
DISCURSO DA VIOLÊNCIA – Discurso Religioso			
M1+	M1-	M1+	M1-
Semas obtidos pela operação de Concentração (c)	Semas obtidos pela operação de Contrariedade (não c)	Semas obtidos pela operação de Enfraquecimento (E)	Semas obtidos pela operação de Contrariedade (não E)
Crime	Precioso dom da vida	Violência do aborto; violência sexual; desafiadora e complexa situação existencial	Garantia da vida; sinais do amor de Deus; violência sexual; mãe; crianças

Fonte: Do autor (2020).

A Concentração (c), no sentido proposto por Maingueneau (2008), deve ser compreendida como o ápice dos semas que constituem uma formação discursiva. Nesse sentido, consideramos que esse ápice se vê representado pelo sema “crime”, usado para classificar outras questões que são apresentadas na operação de Enfraquecimento (E). Por sua vez, o Enfraquecimento representa um lado menor da Concentração (c), mas não a dimensão contrária. É uma forma de representar o sema da concentração de uma forma mais branda, pois se apenas existissem os semas de Concentração não seria possível representar o mundo de outra forma. Sendo um lado menor, ele classifica todos os semas que podem se encaixar no sema de Concentração, ou seja, todos os atos que podem ser considerados crimes: *violência do aborto; violência sexual; desafiadora e complexa situação existencial*.

Desse modo, os semas obtidos por Enfraquecimento (E) representam um conjunto maior. Para que sejam representados os contrários, os semas são submetidos à operação de Contrariedade (não c/não E). O que classifica-se, de acordo com as análises do enunciado do arcebispo, como o lado contrário aos crimes e reflete, portanto, o “precioso dom da vida” (não c), dom que necessita ser cuidado e preservado. Nesse viés, tudo aquilo que caminha no sentido da preservação da vida deve se encaixar no sema de Contrariedade (não c) e se opõe ao Enfraquecimento (não E). Dessa forma, os semas que são apreendidos nessa operação representam o lado oposto.

Para melhor compreendermos essas operações, optamos por apresentá-las no modelo de uma pirâmide dupla e inversa, pois ela apresenta didaticamente melhor as noções desse quadro de operações. No lado superior aparecem os semas que se enquadram no lado positivo (M1+) e, no lado inferior, constam os semas do lado negativo (M1-). Vejamos:



O crime, apresentado no topo da pirâmide, representa algo totalitário – que não evoca mudanças – é representado pela operação de Concentração (c). Por sua vez, o movimento de

alargamento da pirâmide superior, a base, aumenta o leque de percepções do que pode ser representado por crime é nesse limiar que temos a operação de Enfraquecimento (E). Na pirâmide inferior, que representa o lado oposto e as operações de Contrariedade (não E/não c), aparecem os semas classificados como contrários aos da pirâmide superior. Na base da pirâmide inversa estão os semas da Contrariedade em relação ao Enfraquecimento (não E). Eles designam um lado maior e que apontam para um outro ápice, representado pelo “precioso dom da vida” (não c). Nesse sentido, esse segundo ápice simboliza algo tão totalitário e dominante quanto o primeiro.

A partir dessas questões, podemos retomar para alguns recortes previamente selecionados, recortes que nos auxiliam na reflexão sobre como os semas obtidos apontam para a competência discursiva do espaço da violência dentro do campo discursivo religioso. Ressaltamos, ainda, que o viés da historicidade contribui para a constituição da competência discursiva. Dito isso, recorreremos, mais uma vez, ao Recorte 2:

Recorte 2:

“Dois crimes hediondos. A violência sexual é terrível, mas a violência do aborto não se explica, diante de todos os recursos existentes e colocados à disposição para garantir a vida das duas crianças” – Dom Walmor

Nas operações, o sema “violência sexual” aparece tanto na operação de Enfraquecimento (E) quanto na de Contrariedade (não E). Isso pode indicar uma contradição na forma como o discurso da violência se apresenta no campo discursivo religioso. No recorte em questão, há uma gradação das duas violências que pode colocar o estupro como menor em relação ao aborto, como já apontamos, esse processo constitui-se no/pelo uso da conjunção adversativa *mas*. Além disso, os semas da operação de Contrariedade (não E) são os que orientam uma resposta à valorização do “precioso dom da vida”. Portanto, nesse caso, a competência discursiva permite que a “violência sexual” possa ser revista no sentido de designar a proteção da vida.

No primeiro recorte selecionado da fala do arcebispo Dom Walmor – Recorte 1 – aparecem os semas “mãe” e “criança”, como podemos observar:

Recorte 1:

“Lamentável presenciar aqueles que representam a Lei e o Estado com a missão de defender a vida, decidirem pela morte de uma criança de apenas cinco meses, cuja mãe é uma menina de dez anos” – Dom Walmor

A competência discursiva nos permite compreender que o uso da classificação “mãe” para uma criança que está grávida representa uma necessidade de que se preserve a vida que está sendo gerada. Isso se dá porque, dentro de uma visão religiosa e cristã, retirar a vida do filho de qualquer mãe é algo quase impensável e cruel, mesmo que quem gera essa vida seja uma menina de apenas dez anos. Chamamos a atenção para o fato de que a criança, aqui, é apenas o feto. A menina só se vê representada como criança no segundo recorte – Recorte 2, que designa a violência que acomete o feto e a menor, mesmo que um ato seja considerado menor que o outro.

Enfatizamos que quando tratamos da competência nos limites da AD versamos não somente sobre as questões que trabalham o linguístico, mas também sobre como a historicidade e o social intervêm na língua, constituindo, assim, uma competência (inter)discursiva. Logo, todos os semas apresentados até então não são considerados apenas em seus significados puros e engessados. A competência discursiva tem a particularidade de tratar as restrições semânticas [os filtros] em razão do meio em que se inserem os sujeitos em sua formação discursiva.

Por conseguinte, para considerar todos os operadores propostos por Maingueneau (2008) para refletir sobre a competência discursiva, é necessário verificar o funcionamento da terceira operação, a Harmonização (H). Esse operador deve atuar sobre uma segunda materialidade discursiva de um mesmo campo discursivo. Para tanto, analisamos a postagem das CDD que, como já apontado, consideramos como pertencente ao campo discursivo religioso. Julgamos que essa nova operação pode servir como mais um aparato para que seja possível compreender como a contradição se comporta.

A CDD considera-se um grupo católico que prega pela liberdade das escolhas das mulheres em relação ao seu corpo, atuando em palestras, grupos de estudos e em várias manifestações em todo país com o intuito de propagar a ideia de que o aborto, o sexo antes do casamento e tantas outras questões referentes ao corpo não estão relacionadas diretamente ao pecado, mas ao livre-arbítrio. Assim, buscamos uma manifestação discursiva desse grupo para que nos ajude a analisar como se dá a Harmonização do discurso da violência dentro de um campo discursivo religioso. Ainda que a formação discursiva religiosa católica seja considerada tradicional e não tenha uma ruptura em relação aos temas abordados pela CDD, optamos pela postagem da ONG para que possamos proporcionar um panorama amplo de valores e princípios diferentes que circulam dentro de uma mesma formação discursiva.

A postagem é fruto das discussões que circulam em torno do estupro e da interrupção da gravidez da menina de dez anos. A escolha por essa postagem deve-se pela ocorrência de que esse grupo – CDD – se denomina como católico, portanto, estaria dentro do campo

discursivo religioso. Por conseguinte, nesse contexto partilham de visões que deveriam possuir a mesma base discursiva, mas há, no caso específico, algumas divergências. Assim, a operação de Harmonização examina como o discurso da violência se harmoniza dentro do discurso proferido por esse grupo. Optamos por adicionar novamente o *print* da publicação da ONG CDD, agora apresentada pela Figura 7:

Figura 7 – Postagem Católica pelo direito de decidir

Católicas pelo Direito de Decidir 17 de agosto · 🌐

SOMOS CATÓLICAS E DENUNCIAMOS QUE GRAVIDEZ FORÇADA É TORTURA! 🙏👩🏻👦👩🏻👦

O corpo de uma menina de 10 anos de idade foi violado em São Mateus, no [#EspíritoSanto](#). Ela foi estuprada e engravidou. O principal suspeito do estupro é o seu próprio tio. As principais consequências de um estupro para uma criança são as lesões físicas, a possibilidade das infecções sexualmente transmissíveis e o enorme impacto psicológico que aquele trauma lhe trará durante toda a vida. Nesses casos, a ocorrência de uma gravidez é sempre de risco e pode ser letal.

A menina passou pelo procedimento de interrupção da gravidez Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM), em Recife, e passa bem, mesmo com os ataques de religiosos fundamentalistas que se aglomeraram ontem (16/08) em frente ao centro de saúde em total desrespeito ao sigilo e ao direito da vítima.

Como Católicas, reafirmamos que o aborto não é um pecado, nem uma ofensa à moral, mas uma questão de [#saúde pública](#) e de cumprimento aos direitos das mulheres. Uma criança vítima de um [#estupro](#) não tem condições físicas e psicológicas de enfrentar uma gravidez, e por isso, ela teve o direito de interrompê-la. Gravidez forçada é tortura! [#Gravidez](#) forçada de criança é uma violação da infância e pode ser uma condenação à morte!

"Não, eu não tô pronta e nem é hora
 Não posso com isso agora
 Nem sei se aguento esse rojão
 Que ensanguentou as minhas mãos

E a foice me é presente dado
 Miséria do patriarcado
 Na clandestina decisão de interromper a gestação
 Me rasga o véu ventre inocente
 A igreja diz que é pecado
 Aciona logo o camburão
 Ou me condena ao valão"

Trecho da música - Carne de Rã (Mulamba, Ekena). Católicas pelo Direito de Decidir

[#GravidezAos10Mata](#) [#GravidezForçadaÉTortura](#) [#PelaVidaDasMulheresEMeninas](#)
[#PelaVidaDasMulheres](#) [#pelavidadasmninhas](#)

Fonte: *print* da postagem realizada no perfil do *Facebook* da ONG CDD (2021).

Na operação de Harmonização são gerados os semas de M2+ e M2-. Embora seja um modelo diferente, a Harmonização não é independente dos modelos de M1, pois produz em M2+ uma imagem das oposições encontradas em M1. Dito isso, vejamos o Quadro 4:

Quadro 4 - Operações de Harmonização

	M2+	M2-
Oposições (M1+ vs M1-)	Semas obtidos pela operação de Harmonização (H)	Semas obtidos pela operação de Contrariedade (não H)
Crime vs Precioso dom da vida	Interrupção da gravidez; saúde pública; direito das mulheres	Violência Sexual; gravidez forçada; tortura

Fonte: Do autor (2020).

Nota-se que há nas operações de Harmonização, como salienta Maingueneau (2008), uma forte coesão semântica, tanto que nesse modelo não há a submissão a um operador de Enfraquecimento. É necessário considerar, também, que os modelos que se constroem não são designados como certos ou errados, mas como possibilidades proporcionadas pelas *restrições semânticas* da formação discursiva em questão.

No modelo de Harmonização, a oposição do crime (M1+) e da proteção da vida (M1-) pode ser encontrada nos semas de M2, onde o crime está apreendido no que seriam os semas negativos (M2-) e a proteção da vida nos semas positivos (M2+). Nesse sentido, o que é positivo (M2+) pode ter o efeito de sentido da negação daquilo que é apontado como crime no discurso do religioso, o aborto, pois classificá-lo como interrupção da gravidez é uma maneira “legalizada” de tratar a questão, além de envolver princípios de saúde pública, que é direito das mulheres. Por outro lado, os semas negativos (M2-) envolvem aquilo que é considerado violência dentro do fechamento da formação discursiva das CDD: *violência sexual; gravidez forçada; tortura*.

Assim, constatamos que o exercício de analisar a competência discursiva nesse segundo material de nosso *corpus* nos permite observar um discurso da violência que se comporta de maneira contraditória dentro de um mesmo campo discursivo, visto que aquilo que é considerado violência no primeiro enunciado pode ser interpretado como uma não violência no segundo. Percebemos que a competência discursiva age de maneira diferente a depender do discurso em questão. Maingueneau (2008) afirma que se faz necessário pensar os discursos de maneira individual, de acordo com as suas CP. Por conseguinte, os sistemas de restrições

semânticas se tornam diferentes para cada discurso em razão de sua historicidade, dos aparatos retóricos, dos gêneros do discurso. Assim, os sujeitos também se constituem em determinação dessas condições que apresentamos. Portanto, passamos a refletir sobre esse sujeito que se manifesta tendo por base as *condições sócio-históricas de produção* (CP) e a *competência discursiva*.

4.2.3 Os efeitos de sentido e o sujeito discursivo da violência

Neste ponto da nossa pesquisa, tratamos sobre como se dá a constituição de um sujeito no campo discursivo religioso e que tem seus dizeres atravessados pelo espaço discursivo do discurso da violência. Como sabemos, o sujeito discursivo para a AD é diferente do sujeito empírico no mundo. Portanto, o que abordamos é o sujeito que emerge do discurso e que é marcado pela historicidade, pelas CP e que possui uma competência discursiva definida por essas particularidades. Além disso, discutimos como esse sujeito se constitui em um viés de contradição.

Como afirma Orlandi (2015), os sujeitos são afetados pela língua e pela história. Desse modo, os dizeres proferidos pelo sujeito discursivo, na postagem, são constituídos em termos que levam em consideração relações anteriores a ele. Como vimos, as CP agem naquilo que é dito, de forma que o sentido apareça retomando traços da historicidade. Consideramos que não é a pessoa empírica no mundo, Walmor, que se manifesta conscientemente sobre um ato de violência, mas, sim, um sujeito discursivo que propaga o discurso de violência. Todo enunciado está inserido em uma formação discursiva que é determinada pelos fatores sociais, históricos e ideológicos. Dessa forma, podemos considerar que os enunciados possuem efeitos de sentido e que isso constitui o sujeito do discurso, o que acontece de maneira inconsciente. Do mesmo modo, a postagem da CDD carrega a mesma constituição, em razão de suas CP e das ideologias, podemos considerar que há um sujeito discursivo que emerge da própria enunciação.

Atentamos, aliás, para o fato de que os dizeres recebem em sua constituição traços que são percebidos pela memória discursiva, o que retoma o *interdiscurso* (ORLANDI, 2015). Assim, abre-se espaço para a consideração dos *esquecimentos* (PÊCHEUX, 1995). Partindo deles, das manifestações históricas e das ideologias presentes é que se pode corroborar com a ideia de que os enunciados apresentados não são algo inédito, mas reflexo de posicionamentos e sentidos que já foram trabalhados anteriormente. Tratando especificamente dos dois *esquecimentos*, o primeiro está no nível da ideologia e o segundo no da enunciação (PÊCHEUX,

1995). Assim, voltamos a apresentar os recortes da primeira postagem para tratar especificamente dessas questões:

Recorte 1:

“Lamentável presenciar aqueles que representam a Lei e o Estado com a missão de defender a vida, decidirem pela morte de uma criança de apenas cinco meses, cuja mãe é uma menina de dez anos” – Dom Walmor

Recorte 2:

“Dois crimes hediondos. A violência sexual é terrível, mas a violência do aborto não se explica, diante de todos os recursos existentes e colocados à disposição para garantir a vida das duas crianças” – Dom Walmor

Recorte 3:

“Em oração, peço a Deus consolação para todos os envolvidos nessa desafiadora e complexa situação existencial, que feriu de morte a infância, consternando todo o país. O precioso dom da vida precisa ser, incondicionalmente, respeitado e defendido. Ante a complexidade do ocorrido, devemos ser humildes, reconhecendo as limitações humanas, e sempre compassivos- sejamos sinais do amor de Deus” – Dom Walmor

Nesses enunciados, notamos marcas de ideologias presentes no pensamento da Igreja Católica que propiciam a constituição do posicionamento do sujeito. Logo, quando lançamos o nosso olhar para o Recorte 1, que afirma ser lamentável existirem pessoas que decidem pela morte de crianças, podemos retomar os ideais da Igreja que pregam a defesa da vida, seja ela em qualquer situação. Isso é reforçado no Recorte 2, pois apresenta em gradação os dois crimes citados e possivelmente conduz à ideia de que a defesa da vida passa pela aceitação de uma violência, como o estupro, suscitando uma contradição. Por fim, as ideologias e o posicionamento religioso e católico são retomados no Recorte 3, visto que o sujeito discursivo traz para a cena o Deus que é semelhança do homem, que perdoa e que consola.

É necessário reforçar que esses efeitos de sentido emergem no discurso de maneira inconsciente e que eles permitem perceber os possíveis posicionamentos assumidos pelos sujeitos. Além disso, no que concerne ao segundo *esquecimento*, sobre a dimensão dos enunciados, temos que aquilo que se diz já foi dito em outro momento e de outra maneira, pois os enunciados são recriados de maneira que possam ter um melhor controle dos significados. Assim, os *esquecimentos* fortalecem a ideia de que os sujeitos não são fontes primárias do dizer, logo, nesse ponto existe uma ideia de contradição que é constitutiva dos sujeitos.

Inserimos em nossa discussão um novo recorte, que concerne à outra manifestação discursiva presente em nosso *corpus* – postagem ONG CDD, com o intuito de abordar algumas considerações sobre o sujeito discursivo que emerge do enunciado em questão:

Recorte 4:

“Como Católicas, reafirmamos que o aborto não é um pecado, nem uma ofensa à moral, mas uma questão de #saúde pública e de cumprimentos aos direitos das mulheres. Uma criança vítima de #estupro não tem condições físicas e psicológicas de enfrentar uma gravidez, e por isso, ela teve o direito de interrompê-la. Gravidez forçada é tortura! #Gravidez forçada de criança é uma violação da infância e pode ser uma condenação à morte!” – CDD

De maneiras distintas, podemos examinar que o que foi evidenciado nos três recortes anteriores pode ser ressaltado no Recorte 4. A presença da ideologia e dos posicionamentos católicos podem ser percebidas quando se apresenta o tema do pecado, mesmo que a finalidade do texto seja a de negar que o ato abortivo representa uma infração à doutrina católica. Além disso, outro efeito de sentido possível é o da defesa da vida, ainda que tal defesa ocorra de maneira diferente do primeiro enunciado. Contudo, o posicionamento assumido no Recorte 4, diferente dos três primeiros recortes analisados, exprime uma revolta focalizada na violência sofrida pela criança, o que nos autoriza afirmar que o comportamento referente ao discurso da violência, dentro de uma formação discursiva dada, é diferente a depender do sujeito discursivo.

Avançando em nossas discussões, passamos a refletir sobre o caráter de heterogeneidade das formações discursivas nas quais os sujeitos se inserem. Assim, conseqüentemente, abordamos como a competência discursiva também representa um ponto de estruturação dos sujeitos. Isso se dá pelo fato de que a competência faz perceber quais são os posicionamentos e as formações discursivas assumidas pelos sujeitos. Maingueneau (2008) assevera que frente à naturalidade de ocuparmos diversas posições sociais no decorrer de nossa vida, podemos ter diversas competências e diversas formações, contudo, isso não representa a necessidade de que elas deixem de existir caso haja a inserção em outra formação ou competência. Em consonância, a competência discursiva aponta para a constituição de um sujeito que possui, na constituição dos seus posicionamentos, elementos que revelam uma contradição na efetivação do discurso da violência. É isso que permite ao sujeito condenar um crime e se silenciar em relação a um outro, bem como não se pronunciar em relação a quem cometeu tal crime.

Consideramos o sujeito discursivo por meio do seu posicionamento e dos efeitos de sentidos que podem vir a ser apreendidos nessa relação. Portanto, diante do *corpus* constituído, temos, por um lado, um sujeito homem, membro do clero, ocupando a mais alta posição das

autoridades católicas no Brasil, como presidente da CNBB. Isso pode nos dar algumas pistas sobre a constituição desse sujeito e sobre os efeitos de sentido que emergem do discurso. Mesmo que a postagem não esteja fixada em um suporte oficial do organismo que representa os bispos, é possível que o que foi veiculado receba um peso de importância. Ele é conhecido por ter posicionamentos progressistas e menos conservadores no que diz respeito a assuntos pastorais e sociais da Igreja Católica.

Quando alguém é considerado progressista no meio católico, pensa-se em alguém aberto a pautas sensíveis às visões cristãs, como a comunhão de pessoas que estão em um segundo casamento, a participação mais efetiva dos homossexuais dentro da Igreja, bem como a atuação mais ampla das mulheres em cargos de decisão. Bem verdade que há uma abertura para essas questões, se pensarmos na figura do próprio Papa que, por algumas vezes, já colocou tais situações em discussão, ainda que com algumas ressalvas. Contudo, uma parcela dos religiosos católicos permanece ainda distantes dessa configuração progressista.

Por outro lado, temos a figura da CDD que, no discurso analisado, faz emergir um sujeito que não é associado a um indivíduo, mas a um conjunto de ideias que movem um objetivo. Diferentemente do outro discurso, podemos considerar que os ideais da CDD não são legitimados em uma formação discursiva católica, pois eles caminham na contramão de alguns pensamentos e doutrinas católicas. Desse modo, o espaço destinado à circulação dos enunciados da CDD no campo discursivo religioso é o da marginalidade ou, em muitas vezes, como alheio a ele.

Nesse viés, a situação marginal a qual a organização está alocada tem a sua origem em determinações da historicidade, pois não era dado às mulheres o direito de decisão em relação ao próprio corpo (uma das lutas da CDD). Com isso, a Igreja, também pela historicidade, permite que a sociedade tenha um olhar de reprovação quanto às pautas propostas pelo movimento. Por conseguinte, o sujeito discursivo que emerge no segundo enunciado de nosso *corpus* é marginalizado.

Assim, recuperamos a noção de que o sentido e os posicionamentos aparecem no discurso por meio de marcas de historicidade, o que define também a competência discursiva de um dado sujeito. Nesse sentido, o primeiro enunciado que utilizamos para constituir o nosso *corpus* revela que a historicidade e a competência definem um sujeito que se distancia desse possível círculo progressista da Igreja Católica. No que se refere ao segundo, tanto a historicidade quanto a competência, permitem tratar um sujeito que está à margem, mas que possui posicionamentos e ideologias bem definidas e concretas.

Por conseguinte, entendendo que o sujeito ocupa lugares (ORLANDI, 2015) e que apreendemos seu(s) posicionamento(s) em razão desses lugares. Entendemos que o efeito de sentido dos enunciados analisados só pode ser observado porque sabemos que o sujeito discursivo, no primeiro enunciado, é representado por um bispo católico, presidente da CNBB e que, por causa da sua posição no mundo, deve defender a vida. Já o sujeito discursivo do segundo – ONG CDD, ocupa uma posição de luta por direitos sociais, de defesa das pautas minoritárias e de um lugar não institucionalizado dentro da Igreja. Nesse limiar, essas posições significam e é por conta desses lugares que Orlandi (2015) diz ser possível que os efeitos de sentido sejam construídos. Desse modo, teríamos outras significações possibilitadas se os mesmos discursos fossem atribuídos a outros sujeitos.

Diante de todas as considerações, concebemos que o sujeito que produz um discurso da violência pode se comportar de forma contraditória de duas maneiras. A primeira tem ligação com o próprio condicionamento de um campo discursivo, de uma formação discursiva, em nosso caso, o do discurso religioso. Se consideramos que dentro de uma formação discursiva há o atravessamento de diversos posicionamentos devido ao seu caráter heterogêneo, às dimensões do interdiscurso e, além disso, às marcas de historicidade que aparecem naquilo que se diz, percebemos que, nessa situação, a contradição se dá entre os sujeitos que estão dentro de um campo discursivo. Ou seja, entre dois sujeitos diferentes, mas que se inserem em um mesmo campo discursivo, há contradição na maneira como se diz sobre um tema. Assim, os efeitos de sentido designados no primeiro enunciado analisado no espaço discursivo da violência são contraditórios em relação aos efeitos de sentido que são produzidos no segundo. Entretanto, essa contradição é mais simples e mais fácil de ser apreendida.

A segunda maneira contraditória possui uma sutileza que deve ser percebida de forma mais apurada. Um sujeito pode vir a produzir um enunciado contraditório em si mesmo por conta das CP do discurso e da competência (inter)discursiva. De forma semelhante à primeira, a heterogeneidade das formações discursivas e o interdiscurso permitem essa possibilidade de contradição. Em relação ao discurso da violência, o sujeito pode se portar de maneira contraditória no mesmo enunciado, ao criar um efeito de sentido que o permita ser contra a violência, o aborto, mas também criar condições para que outras violências ocorram, sejam elas na dimensão dos estados de violência, sejam elas na dimensão da violência simbólica. Por fim, compreendemos que a contradição é um aspecto muito mais complexo do que a simples oposição entre ideias, mas atende a tantos outros princípios, como os que aqui estão colocados.

5 CONCLUSÃO

Apontamos, por meio das conceituações teóricas e das análises feitas no nosso trabalho, como há uma contradição constitutiva dos sujeitos que permite a produção de certos efeitos de sentido no discurso. Objetivamos, portanto, analisar como o discurso da violência se apresenta de maneira contraditória. Com o ensejo de dar conta de nossos propósitos, partimos das considerações inerentes à AD, mais precisamente das *condições sócio-históricas de produção* (CP) do discurso e dos apontamentos sobre a competência discursiva. Por conseguinte, refletimos também sobre os nossos objetivos específicos, que consistiram em identificar quais restrições semânticas do discurso da violência possibilitam uma competência discursiva da violência, verificar quais as escolhas lexicais dos sujeitos que emergem do discurso, além de discutir em que medida os posicionamentos que se manifestam podem corroborar para que a contradição se constitua no discurso.

É válido ressaltar, ainda, que em nosso percurso de discussões compreendemos que a partir do interdiscurso podemos perceber que o discurso religioso pode ter marcas de um espaço discursivo da violência. Embora o discurso religioso possa ser definido por seus atributos constituintes, preferimos considerá-lo em uma dimensão mais imediata, mais comum de apreensão. Assim sendo, classificamos as postagens que constituem o nosso *corpus* como sendo pertencentes ao campo discursivo religioso, por suas características e temas abordados. Já o discurso da violência, por se tratar de um discurso que não é aceito, não é assumido pelos sujeitos que o proferem, mas, ao mesmo tempo, está presente no meio social, se fundamenta como um discurso atópico, isto é, que está à margem da sociedade. Logo, o discurso da violência apresenta-se como o espaço discursivo no qual miramos para depreender o nosso trabalho analítico.

Tendo em vista a definição de espaço sobre a qual desenvolvemos nossas análises, tomamos a competência discursiva como um aparato teórico necessário para compreender como se dá a contradição dentro de um discurso. Desse modo, consideramos as restrições semânticas delimitadas pela formação discursiva da violência e percebemos que elas levam em consideração a heterogeneidade das formações, que são atravessados por discursos Outros, o que possibilitou reconhecer que a competência discursiva se modela enquanto uma competência interdiscursiva. Além disso, as CP também são capazes de organizar como um sujeito pode ter uma determinada competência discursiva. Contudo, reconhecemos que os sujeitos podem se ocupar de diferentes competências ao longo da vida, bem como uma mesma formação

discursiva pode designar diferentes competências, em decorrência do caráter heterogêneo das formações. Assim, isso pode contribuir para que a contradição ocorra no discurso.

A AD mostra-nos um terreno fértil para discussões que circulam no meio social e na cultura, o que faz com que a Linguística possa se aliar a outras áreas do conhecimento. Desse modo, buscamos através do diálogo com disciplinas como a História, a Sociologia e a Filosofia apontar sobre como a violência é vista em nossa sociedade. O conceito das CP do discurso permite que façamos uso dessas diversas áreas para que possamos entender como o discurso carrega em si marcas de historicidade, pois o que é dito tem relação direta com o que já foi dito.

No que concerne às CP do discurso da violência, percebemos que as civilizações presenciaram diversos conflitos ao longo do tempo. Entretanto, não tratamos apenas das situações em que a violência poderia ser representada de maneira visível, por meio das lutas, guerras e mortes, mas, para além disso, das formas de violências sutis, que aparecem principalmente por meio do discurso.

Nessas considerações, não há um consenso sobre uma única definição sobre o que é violência, visto que as sociedades e os diferentes tempos podem definir essa questão de acordo com as suas próprias particularidades. Ou seja, o que pode ser avaliado como um ato de crueldade na civilização atual poderia não ter a mesma valoração no passado, assim como o inverso também pode ser verdadeiro. Sobre isso, basta que consideremos, por exemplo, as ações perpetradas em solo brasileiro contra os povos originários no início da colonização ou contra os povos africanos que eram traficados para serem escravizados na América.

Diante disso, reafirmamos que a forma como o discurso se comporta tem relação com a sua própria historicidade. Nas considerações levantadas ao longo deste trabalho, notamos que muitas situações violentas, que tiveram lugar a partir do século XVI, não proporcionavam a devida atenção das autoridades, a não ser quando os atingidos pelos atos violentos eram aqueles que ocupavam um patamar elevado na hierarquia social. Por outro lado, existia um encorajamento da virilidade masculina principalmente entre os menos favorecidos, pois a defesa da honra era um dos atributos utilizados como forma de exibição para o sexo oposto. Já entre as mulheres, elas deveriam demonstrar docilidade para que pudessem angariar um bom casamento, nesse limiar, os atos de violência cometidos por elas representavam uma transgressão às normas e aos bons costumes, sendo rotulados como ações absurdas e inconcebíveis.

Ou seja, notamos algumas contradições na forma como a violência era considerada, ao mesmo tempo que não despertava a atenção das autoridades, ela era vista com maus olhos quando acometia às classes superiores, além disso, havia uma diferenciação entre os gêneros

masculino e feminino, uma vez que o uso da violência era aconselhado aos homens, para demonstrar força e virilidade, enquanto para as mulheres esse uso era considerado uma bestialidade, pois para elas só era aconselhado a doçura e a feminilidade.

No que diz respeito à Igreja, existe a construção de uma história permeada por situações e costumes violentos que, em sua essência, também são contraditórios, como as Guerras Santas ou as passagens bíblicas que pregam constrangimentos e agressões com o objetivo de que uma suposta conversão seja alcançada, o que denota pensamentos de uma violência simbólica. Além disso, no curso da história, os religiosos faziam vista grossa para determinados atos de crueldade que eram cometidos. Concebemos, então, uma possível contradição no discurso religioso. Pois, ainda que, em vários momentos, existisse o uso de atos de violência para defender os princípios da religião, a Instituição sempre pautou o respeito e a defesa da vida em toda a sua plenitude.

Portanto, por meio das considerações das CP expostas em nosso trabalho, reconhecemos que a violência possui um caráter de dualidade que, ao mesmo tempo, a classifica como legítima e ilegítima. A legitimidade é observada quando retomamos as ações violentas perpetradas principalmente pelas Instituições que regiam o controle social: o Estado e a Igreja. Para que a autoridade fosse validada era preciso que declarações de guerra e as condenações à tortura e/ou à morte fossem decretadas contra aqueles que eram considerados infratores. Essas sentenças, contudo, podem ser vistas na atualidade como atos de profunda crueldade, mas eram consideradas formas válidas perante os costumes que regiam os cidadãos das épocas passadas. Por outro lado, as ações violentas ilegítimas eram representadas, em um primeiro momento, por todas as infrações cometidas contra o Estado ou a Igreja, ao passo que a violência doméstica e marginal só foi reprimida pelas Instituições com o passar dos anos.

Na mesma representação do que pode ser legítimo ou não, temos os atos de violência que eram cometidos por homens ou por mulheres. A violência masculina era esperada e a violência feminina era inaceitável. Tal afirmação permite entender o possível apagamento da figura dos homens que cometem crimes, visto que esse ato é, ainda hoje, normalizado.

Dito isso, é evidente que o primeiro discurso que analisamos não pretende inocentar a figura do sexo masculino responsável pelo ato de agressividade contra a menina. Todavia, um efeito de sentido que pode emergir é o da importância de culpabilizar a mulher que comete o aborto, um pecado dentro dos princípios católicos. Portanto, a relevância não está centrada na criança que sofreu com violências sexuais, mas na criança, transformada em mãe, que não gera em seu ventre um filho. Assim, dentro das escolhas lexicais do enunciador, pouco se reflete sobre a culpa do homem. Tais escolhas são reflexo de uma memória discursiva que se

materializa nesse discurso, bem como os traços que constituem o sujeito desse enunciado que, por sua vez, corroboram com uma competência discursiva específica.

No enunciado da CDD, os efeitos de sentido que emergem são contrários. Nele, notamos uma revolta contra os atos cometidos contra a criança, que são nomeados como *tortura*, *violação da infância* e *condenação à morte*. Assim, as escolhas lexicais do segundo enunciado levam em consideração o discurso da violência, mas com o intuito de repudiá-lo. Além disso, diferentemente do primeiro material que compõe o nosso *corpus*, aparece a figura do homem que cometeu o abuso sexual, pois o enunciador faz questão de marcá-lo como tio da criança.

Nesse viés, o discurso da violência que se produz também possui ligação direta com a violência simbólica e os estados de violência. Partindo do princípio do poder simbólico, a Igreja, enquanto instituição legitimada socialmente, produz por meio do seu discurso uma imagem que é reproduzida pelos sujeitos sem que o questionamento ocorra, isto é, a imagem de uma suposta superioridade em relação aos indivíduos que estão, dentro dos pressupostos da sua hierarquia, em uma posição inferior. Com isso, partindo da conjectura de que a vida deve ser defendida em todas as situações, é possível que se crie uma violência simbólica, percebida como um estado de violência, que permita, através do discurso, a designação de mãe para uma criança de dez anos e/ou o apagamento da figura do estuprador como podemos perceber no discurso de Dom Walmor.

Em suma, os desdobramentos de nosso trabalho demonstraram que, por meio das escolhas lexicais dos sujeitos, o discurso da violência faz retomar a historicidade. Assim, o que se diz não é fruto de um posicionamento totalmente consciente dos sujeitos, mas da forma como ele é encapsulado pelas CP do discurso. Nesse viés, valendo-se das considerações das CP e do que elas possibilitam dizer, as restrições semânticas que motivam uma competência discursiva revelam um sujeito que tem a contradição como efeito de sentido possível. Tal contradição pode ser considerada de duas maneiras distintas: i) de uma forma mais simples e aparente; ii) uma forma mais complexa que se relaciona com a própria constituição do discurso.

A primeira é a que possibilita dois sujeitos produzirem o seu discurso sobre um tema com posicionamentos discordantes, como no caso das postagens analisadas no nosso trabalho. A segunda, que consideramos mais complexa, é a que permite um mesmo sujeito ser contraditório dentro do seu próprio fechamento discursivo. Na postagem de Dom Walmor, um efeito de sentido possível é o de repreensão do aborto, enquanto o crime de abuso sexual fica destinado a um segundo plano. Esse processo acaba criando um estado de violência contra a figura feminina, que é fruto de uma violência simbólica. Diante dessa lógica, acreditamos que o discurso do sujeito analisado é contraditório em si mesmo, pois as suas escolhas lexicais

permitem censurar aquilo que, de acordo com os princípios da formação discursiva a que se adere, é uma violência, mas também possibilita construir, por meio da linguagem, uma violência.

Notamos que a contradição em relação à violência se faz presente com o decorrer do tempo, pois ela caminhava entre as práticas que eram rejeitadas, como nos momentos em que acometia as instituições, a honra ou, mais tarde, alguns direitos de alguns poucos membros da sociedade. Caminhava, também, entre as práticas que eram institucionalizadas, nas guerras, nos suplícios, na defesa da honra e dos menos capazes. Na atualidade, outra questão que também podemos definir como movimento contraditório da violência é a relação entre a sua rejeição e o seu fator estruturante nas civilizações, pois é impossível que se pense o mundo sem que se construam formas de nos colocarmos afastados dela. Dizendo de outra maneira, é por conta da própria rejeição da violência que ela se faz presente e, assim, se estruturam modos de distanciamento dela, fazendo com que ela seja relegada ao que é considerado marginal e periférico, até mesmo no discurso.

É preciso entender que o olhar para a violência deve se voltar não somente para as ações que podem ser vistas, mas, também, para aquilo que está escondido e aparece, muitas vezes, como contradição. Essa é uma forma de violência que também precisa ser combatida. Não é raro nos depararmos nas redes sociais ou nos jornais com situações em que aqueles que deveriam nos representar, sejam os pastores dos mais variados cultos religiosos, sejam os políticos, reproduzindo pronunciamentos extremamente violentos com a desculpa de defenderem a família, os costumes e a moral. Esses discursos, que muitas vezes usam do discurso religioso para serem validados, são os que permitem, na mesma medida, validar ações violentas que assolam as sociedades. Assim, como nos mostra as CP do discurso, se a punição no passado era concretizada por meio dos suplícios, das guerras e das sentenças de morte, hoje ela é concretizada, também, por meio do discurso.

REFERÊNCIAS

- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do outro no discurso. *In*: AUTHIER-REVUZ, J. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. P. 11-80.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Organização e Tradução: BEZERRA, P. São Paulo: Editora 34, 2016. 176p.
- BENVENISTE, E. O. Aparelho Formal da Enunciação. *In*: BENVENISTE, E. O. **Problemas de Linguística Geral**. Tradução de Maria da Glória Novak e Luiza Neri. Campinas: Pontes, 1995. Editora da Universidade F. de Campinas.
- BOURDIE, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- BOURDIE, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Brasília: Planalto. 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 17 jul. de 2021.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Planalto. 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 17 jul. de 2021.
- BRITES, F. M. **Católicas pelo Direito de Decidir**: vozes dissonantes e discursos católicos sobre o aborto (1990 – 2010). 2014. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2014. Disponível: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129046>>. Acesso em: 20 jul. de 2021.
- CANO, M. R. de O. **A manifestação dos estados de violência no Discurso Jornalístico**. 2012. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14239>>. Acesso em: 18 jul. de 2021.
- CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. Organização da equipe de tradução Angela M. S. Corrêa & Ida lúcia Machado. 2. Ed., 3ª impressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação de tradução Fabiana Komesu. 3. Ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.
- CHAUÍ, M. **Sobre a violência**. Organizadores Ericka Marie Itokazu, Luciana Chaui-Berlinck. Belo Horizonte-MG: Autêntica Editora, 2018.

CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe**. 2. ed. Coimbra: Armênio Amado, 1978. 372p.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos-SP: EdUFSCar, 2014.

PAULUZE, T.; VALADARES, J. Menina de dez anos entrou em hospital em porta-mala de carro enquanto médico distraía religiosos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 ago. 2020. Cotidiano. s/p. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/menina-de-dez-anos-entrou-em-hospital-na-mala-do-carro-enquanto-medico-distraia-religiosos.shtml>>. Acesso em: 18 jul. de 2021.

FOLHA DE PERNAMBUCO [FOLHAPRESS]. Menina de dez anos engravida após ser estuprada no ES: o estuprador, que é companheiro de uma tia da menina, está foragido. **Folha de Pernambuco**, Pernambuco, 14 ago. 2020a. Crime. s/p. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/menina-de-dez-anos-engravida-apos-ser-estuprada-no-es/150965/>>. Acesso em: 17 jul. de 2021.

FOLHA DE PERNAMBUCO [FOLHAPRESS]. Menina que engravidou após estupro teve que sair do ES para fazer aborto legal: garota realizou procedimento neste domingo (16), no Recife. **Folha de Pernambuco**, Pernambuco, 16 ago. 2020b. Brasil. s/p. Disponível em: <<https://www.folhape.com.br/noticias/menina-que-engravidou-apos-estupro-teve-que-sair-does-para-fazer/151082/>>. Acesso em: 17 jul. de 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalheite. 42. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GRILLO, S.; VÓLKOVA AMÉRICO, E. Glossário. In: VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 353-368.

GUARINELLO, N. L. Violência como espetáculo: o pão, o sangue e o circo. **História**, Franca, v. 26, n. 1, p. 125-132, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 14 jul. de 2021.

HOUAISS [Dicionário online]. **Competência**. 2020. s/p. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#2>. Acesso em: 19 jul. de 2021.

KOCH, I. V. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. 2. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

MAINGUENEAU, D. **Discurso e Análise do Discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Maria Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6. Ed., Ampliada. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, D. **O discurso pornográfico**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2010a.

MAINGUENEAU, D. Situação de enunciação: Situação de enunciação e cena de enunciação em análise do discurso. *In*: MAINGUENEAU, D. **Doze conceitos em análise do discurso**. Organização de Sírio Possenti e Maria Cecília Perez de Sousa-e-Silva. Tradução de Adail Sobral *et. al.* São Paulo: Parábola Editorial, 2010b.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2008.

MÁRQUES, F. T. Intolerâncias e in[ter]venções: “menores” e “crianças” no imaginário social brasileiro. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 2, n. 9, p. 797 – 809, 2011. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3750910.pdf>>. Acesso em: 14 jul. de 2021.

MAXIÈRE, F. **A análise do discurso: história e práticas**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editoria, 2007.

MICHAUD, Y. **A violência**. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

MUCHEMBLED, R. **História da Violência: do fim da Idade Média aos nossos dias**. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

NASCIMENTO, J. V. O discurso teológico como discurso constituinte. *In*: NASCIMENTO, J. V.; FERREIRA, A. (orgs). **Discursos constituintes**. São Paulo: Blucher Open Access, 2020. p. 34 - 59

NASCIMENTO, J. V.; VIEIRA, J. de C. Leitura e negociação de efeitos de sentido na encenação discursiva religiosa. **Cadernos de Sion**, v. 1, n. 1, p. 131-145, 2020. Disponível em: <<http://ccdej.org.br/cadernosdesion/index.php/CSION/article/view/11>>. Acesso em: 14 jul. de 2021.

ODÁLIA, N. **O que é violência**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ORLANDI, E. Documentário: acontecimento discursivo, memória e interpretação. *In*: ORLANDI, E. **Discurso em Análise: Sujeito, sentido, ideologia**. 3. Ed., Campinas: Pontes Editores, 2017. 55-68p.

ORLANDI, E. **Análise do Discurso: Princípios e procedimentos**. 12. Ed., Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso**. Tradução de Eni Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes, 2019.

PÊCHEUX, M. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. 5. ed. Tradução de Eni Orlandi, Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi *et. al.* Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

POSSENTI, S. Dez observações sobre a questão do sujeito. *In*: POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SCHUBERT, J. D. Sofrimento / violência simbólica. *In*. GRENFELL, M. (org.) **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Tradução de Fábio Ribeiro. Petrópolis-RJ: Vozes, 2018. 234-252p.

SILVA, L. S da. **A mulher na política**: representação, gênero e violência no discurso jornalístico. 2013. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/14256>>. Acesso em: 18 jul. de 2021.

VERONEZ, M. Relações e reflexões entre a competência linguística de Noam Chomsky e a competência discursiva de Dominique Maingueneau. **Domínios de Linguagem**, v. 10, n. 3, p. 1133-1145, ago. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/32580>>. Acesso em: 14 jul. de 2021.